



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente,
Araguatins/Tocantins: perspectivas, mudanças e relações**

Herbert Costa Levy

Orientadora: Dra. Márcia Leila de Castro Pereira

Teresina (PI)

2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

L668c Levy, Herbert Costa.
Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente,
Araguatins/Tocantis : perspectivas, mudanças e relações / Herbert
Costa Levy. -- 2023.
124 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro
de Ciência Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em
Antropologia, Teresina, 2023.
“Orientadora: Dra. Márcia Leila de Castro Pereira”.

1. Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente. 2. Território.
3. Rio Araguaia. I. Pereira, Márcia Leila de Castro. II. Título.

CDD 305.8

HERBERT COSTA LEVY

Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente Araguatins/Tocantins:
perspectivas, mudanças e relações

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Márcia Leila de Castro Pereira – PPGANT/UFPI
Presidente

Prof. Dr. Potyguara Alencar dos Santos – PPGANT/UFPI
Membro Interno

Prof. Dr. Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos – DAN/UNB
Membro Externo

Prof.^a Dr.^a Mônica da Silva Araujo – PPGANT/UFPI
Membro Suplente

Aos meus pais, Erionilda e Luciano.

À minha esposa Andreia e aos meus filhos
Heloísa e Hector.

À minha orientadora Márcia Leila.

À comunidade quilombola Ilha de São
Vicente.

À Fátima Barros (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Erionilda, pois mesmo morando distante nunca deixou de cuidar de mim com amor e dedicação, sempre preocupada em saber como eu estou. Ao meu pai Luciano, referência que tenho para a minha vida pela pessoa que é e pelo profissional e acadêmico que foi por mais de trinta anos lecionando no curso de Letras, minha inspiração.

Aos amores dão sentido a minha vida que me fazem querer ser melhor, minha esposa Andreia pelo amor, paciência e compreensão e aos meus filhos Heloísa e Hector por me ensinarem a não levar a vida muito a sério e que nem tudo deve e merece ser programado e encerrado dentro de um relógio ou de uma agenda, pois ela passa rápido demais.

Aos meus colegas de trabalho do INCRA, Eleusa, Waldvogel, Lidiane e Benjamim, que me ajudaram ao longo dessa caminhada, muitas vezes resolvendo pendências e problemas durante o período em que fiquei ausente.

Aos meus colegas mestrandos da turma do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGANT/UFPI) que ao longo desses 2 anos peregrinaram comigo, proporcionando momentos de aprendizagem, discussões, troca de experiências, descontração e sobretudo motivação, pois a caminhada é proveitosa, mas nem por isso menos árdua.

Aos professores e professoras do PPGANT/UFPI, que foram de suma importância para ampliação do meu conhecimento, pois antes de adentrar no mestrado eu estava mais de uma década longe do ambiente acadêmico, e indubitavelmente deixarei o curso como um profissional mais preparado.

Aos professores Dr. Potyguara, Dr. Carlos Alexandre e a professora Dr.^a Mônica por aceitarem fazer parte da banca examinadora e que desde a minha qualificação contribuíram com críticas construtivas e sugestões para o desenvolvimento dessa dissertação.

À minha orientadora Márcia Leila, por ter me acompanhado ao longo do mestrado com sugestões, crítica, paciência e dedicação, ampliando meu horizonte ao compartilhar comigo sua experiência e conhecimento.

A toda comunidade quilombola Ilha de São Vicente pela acolhida, receptividade, conversas, convivência e aprendizagem, nas pessoas de: Dona Maria da Luz, que me recebia diariamente na sua casa, onde ia filar um café e ficávamos horas conversando na sala, na cozinha e na roça; seu Pedro Barros, que me acompanhou na maioria das vezes durante minhas andanças na ilha me explicando sobre cada lugar, seus moradores e sobre a história da comunidade; William Barros, que fazia a trajeto comigo pelo Rio Araguaia, levando e me trazendo da ilha, além de me hospedar em sua casa; Jorlando Rocha, que não somente

intermediou e ajudou na minha chegada à comunidade, mas também pelas longas conversas e por compartilhar conhecimentos.

A todos e todas que diretamente e indiretamente contribuíram para que eu chegasse até aqui. Muito obrigado.

Fogo!...Queimaram Palmares,

Nasceu Canudos.

Fogo!...Queimaram Canudos,

Nasceu Caldeirões.

Fogo!...Queimaram Caldeirões,

Nasceu Pau de Colher.

Fogo!...Queimaram Pau de Colher...

*E nasceram, e nascerão tantas outras
comunidades*

que os vão cansar se continuarem queimando

Porque mesmo que queimem a escrita,

Não queimarão a oralidade.

Mesmo que queimem os símbolos,

Não queimarão os significados.

Mesmo queimando o nosso povo,

Não queimarão a ancestralidade.

Nêgo Bispo

RESUMO

Essa dissertação é fruto do trabalho desenvolvido na e com a comunidade quilombola Ilha de São Vicente. Parte da comunidade vive nessa ilha localizada no Rio Araguaia, no município de Araguatins, norte do estado do Tocantins, na Microrregião do Bico do Papagaio. Atualmente a comunidade tem um pouco mais de 50 famílias, sendo que 12 vivem na ilha e os demais moram em outras zonas rurais e zona urbana de Araguatins, bem como em outros municípios do estado do Tocantins, Pará, Maranhão e mesmo fora do país. Os ancestrais da comunidade quilombola receberam a ilha como “doação” de seu antigo senhor em 1888, ano em que foi abolida a escravidão do país. Desde então, a ilha, que tem 2.502 ha, vem sendo ocupada por não quilombolas, de forma que hoje a comunidade ocupa apenas 32 ha, ou seja, está espremida em 1,3% da ilha. Essa ocupação por pessoas que não têm vínculos de parentesco com os fundadores ancestrais da comunidade é um dos fatores que fez com que boa parte das famílias quilombolas viesse a morar fora da ilha. Atualmente a comunidade tem lutado para garantir seu direito de fruir da ilha em sua totalidade, uma vez que o Estado já reconheceu através do INCRA que a ilha é território quilombola, faltando ainda à comunidade o título/contrato de concessão de uso em nome de sua associação. Foi sobre esse contexto fundiário que desenvolvi o que chamo de ciclo histórico territorial, que consiste em uma análise sobre o passado, o presente e o futuro da comunidade quilombola, desde a sua gênese, formas de ocupação, conflitos, relações ecológicas envolvendo humanos e não humanos, passando por discussões sobre os conceitos complexos de quilombo, quilombola, remanescente de escravizados e comunidade, além disso, abordo a ilha enquanto território associado a outras territorialidades, multiterritórios. Nesse contexto, ainda discorro sobre o atual processo de regularização do território no INCRA, a luta da comunidade não somente pelo território, mas por melhores condições de vida e sua expectativa de que em um futuro próximo possa gozar da ilha de forma plena.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente. Território. Rio Araguaia

ABSTRACT

This dissertation is the result of work carried out in and with the quilombola community Ilha de São Vicente. Part of the community lives on this island located on the Araguaia River, in the municipality of Araguatins, in the north of the state of Tocantins, in the Microregion of Bico do Papagaio. Currently, the community has a little more than 50 families, 12 of which live on the island and the others live in other rural and urban areas of Araguatins, as well as in other municipalities in the state of Tocantins, Pará, Maranhão and even outside the country. The ancestors of the quilombola community received the island as a “donation” from their former owner in 1888, the year in which slavery was abolished in the country. Since then, the island, which has 2,502 ha, has been occupied by non-quilombolas, so that today the community occupies only 32 ha, that is, it is squeezed into 1.3% of the island. This occupation by people who have no kinship ties with the ancestral founders of the community is one of the factors that made a good part of the quilombola families come to live outside the island. Currently, the community has struggled to guarantee its right to enjoy the island in its entirety, since the State has already recognized through INCRA that the island is quilombola territory, and the community still lacks the title/contract for the concession of use in the name of its Association. It was in this land context that I developed what I call the territorial historical cycle, which consists of an analysis of the past, present and future of the quilombola community, from its genesis, forms of occupation, conflicts, ecological relations involving humans and non-humans. humans, going through discussions about the complex concepts of quilombo, quilombola, remnant of slaves and community, in addition, I approach the island as a territory associated with other territorialities, multiterritories. In this context, I still discuss the current process of regularization of the territory at INCRA, the community's struggle not only for the territory, but for better living conditions and its expectation that in the near future it will be able to fully enjoy the island.

Keywords: Quilombola Community São Vicente Island. Territory. Araguaia river

FLUXOGRAMA

Fluxograma 1 – Tramitação do Processo de Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas.....	109
--	-----

LISTA DE FOTOGRAFIA

Fotografia 1 – Embarcando para a Ilha de São Vicente.....	34
Fotografia 2 – Chegando na Ilha de São Vicente.....	35
Fotografia 3 – Conversas à Mesa.....	40
Fotografia 4 – Conversas com William Barros e seu Pedro, dono da Chácara Deus é a Verdade.....	41
Fotografia 5 – Salvador Barros/Ciclo da vida.....	45
Fotografia 6 – O Rio Araguaia ao pôr do sol/Ciclo do rio.....	48
Fotografia 7 – Horta na Ilha de São Vicente.....	51
Fotografia 8 – Fátima Barros.....	56
Fotografia 9 – Babaçus.....	83
Fotografia 10 – Cocos do babaçu.....	85
Fotografia 11 – Dona Maria e a caieira.....	86
Fotografia 12 – Fogão de barro.....	87
Fotografia 13 – Casa de taipa coberta com palha.....	88
Fotografia 14 – A casa de babaçu.....	88
Fotografia 15 – Voadeira.....	91
Fotografia 16 – Rabeta.....	91
Fotografia 17 – Cais.....	93
Fotografia 18 – Praia da Ponta.....	93
Fotografia 19 – Lancha escolar.....	94
Fotografia 20 – Estudantes.....	94
Fotografia 21 – A cheia e a seca no Araguaia.....	98
Fotografia 22 – A ceva e o mutá.....	105

Fotografia 23 – Água potável.....	113
Fotografia 24 – Parte da Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente reunida.....	117

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da área ocupada pela comunidade na Ilha de São Vicente.....	24
Mapa 2 – Comunidades quilombolas do Bico do Papagaio.....	99
Mapa 3 – Barragens em operação, licenciadas e planejadas da bacia Tocantins-Araguaia	101

LISTA DE SIGLAS

ACREQUISVI – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas da Ilha de São Vicente

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

APA-TO – Alternativas Para a Pequena Agricultura no Tocantins

ARDA – Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário

CCDRU – Contrato de Concessão de Direito Real de Uso

COEQTO – Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

DOE – Diário Oficial do Estado

DOU – Diário Oficial da União

EIA – Estudos de Impactos Ambientais

FCP – Fundação Cultural Palmares

FEM – Fundação de Cultura Elias Mansour

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONGs – Organizações Não Governamentais

PAC – Programa da Aceleração do Crescimento

PNCSA – Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

RIMA – Relatório de Impactos Ambientais

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SESC – Serviço Social do Comércio

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

UFAC – Universidade Federal do Acre

UFT – Universidade Federal do Tocantins

UHE – Usina Hidroelétrica

UNITINS – Universidade Estadual do Tocantins

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 ESCOLHAS, MOTIVAÇÕES E TRAJETÓRIAS	16
1.2 A ILHA DE SÃO VICENTE	22
1.3 ANTROPOLOGIAS E INVENÇÕES	27
1.4 IMPRESSÕES, CONVERSAS E IMAGENS	33
2. CICLO HISTÓRICO TERRITORIAL	47
2.1 O PASSADO – A ORIGEM DA COMUNIDADE QUILOMBOLA ILHA DE SÃO VICENTE: DO MARANHÃO ATÉ GOIÁS	49
2.1.1 A “Doação” da Ilha	52
2.1.2 A Ocupação da Ilha	57
2.2 LIMIAR DO SÉCULO XXI	60
2.2.1 Quilombo, Quilombola, Remanescente de Quilombo e Comunidade: conceitos e complexidades	60
2.2.2 Os Dois Marcos da Comunidade: O Conflito e a Covid-19	66
3. O FUTURO: A ILHA COMO TERRITÓRIO	73
3.1 TERRITORIALIDADE, MULTITERRITORIALIDADE E TERRITÓRIO	73
3.2 TERRITÓRIO E RELAÇÕES: A ILHA, O BABAÇU, O RIO E OS ANIMAIS	80
3.3 PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	109
3.4 A ILHA DE SÃO VICENTE, FÁTIMA BARROS E O FUTURO TERRITÓRIO	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	121

1. INTRODUÇÃO

Essa dissertação é fruto do trabalho desenvolvido na e com a comunidade quilombola Ilha de São Vicente. Parte da comunidade vive nessa ilha localizada no Rio Araguaia, no município de Araguatins, norte do estado do Tocantins, na Microrregião do Bico do Papagaio. Atualmente das mais de 50 famílias, apenas 12 vivem de forma mais permanente na ilha, ocupando apenas 32 hectares do total de 2.502. Hoje uma das lutas da comunidade é poder viver, trabalhar e usufruir da ilha toda que seus ancestrais receberam em 1888. Ao longo deste trabalho será descrita a ilha, apresentarei o que chamo de ciclo histórico territorial, as relações ecológicas, o sentido de comunidade quilombola, conceitos territoriais, conflitos, resistência, dentre outras temáticas.

Neste capítulo eu apresento uma descrição sucinta da Ilha de São Vicente, da comunidade quilombola e discorro acerca do processo epistêmico de construção deste trabalho divididos em quatro subcapítulos: 1º) Escolhas, motivações e trajetórias; 2º) A Ilha de São Vicente; 3º) Antropologia e invenções; 4º) Impressões, conversas e imagens.

No primeiro subcapítulo eu falo um pouco sobre minha vida profissional até a ocupação do cargo de antropólogo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e de como o meu trabalho no órgão me influenciou a escolher a temática envolvendo território e territorialidade quilombola. Além disso, falo também das motivações e circunstâncias que me fizeram escolher a comunidade quilombola Ilha de São Vicente e de como foi o processo para me inserir no campo.

No segundo subcapítulo, faço uma breve descrição da ilha com algumas informações pertinentes à sua localização, tamanho, história, número de famílias, conflitos, processo de regularização, como forma de situar o leitor sem pretender representar ou expressar a ilha em toda sua complexidade, pois ao longo de todo o trabalho estarão presentes várias outras informações e descrições não circunscritas a este tópico.

O terceiro subcapítulo aborda a dicotomia, diferenças e complementaridades entre a antropologia aplicada e a acadêmica, já que sou um antropólogo do Estado e também acadêmico, e de como ambas estão presentes em meu trabalho com ênfase dada a segunda, ressaltando que todas as possibilidades teóricas e metodológicas proporcionadas por uma antropologia acadêmica para mim só tem sentido se levar a sério outras cosmovisões e ontologias. Por isso, busquei construir sua base epistêmica a partir do encontro entre o ético e o êmico, cujo resultado é uma antropologia mediadora, uma invenção tendo fulcro nas ideias

de Roy Wagner, mas também compreendendo que esta invenção frutuosa somente é possível através de uma relação polifônica e dialógica tomando por base a ideia de James Clifford.

Ao longo deste trabalho outras teorias, conceitos e ideias se farão presentes, como por exemplo, o conceito e a compreensão de território e territorialidade de Paul Little, que serão vistos mais adiante, por compreender que sua concepção é a que melhor capta os modos de como as comunidades quilombolas lidam com o seu meio, bem como a ideias de Tim Ingold, ao compreender que esse meio é permeado por relações de caráter orgânico entre comunidade, rios, plantas, animais como expressão do território.

Outras teorias, autores, ideias, reflexões e conceitos serão percorridos e apresentados ao longo desta pesquisa ao tratar de território, territorialidade, relações, conflitos, homem, natureza, dentre outros, mas neste subcapítulo o que discorro é sobre o arcabouço em que se desdobra este trabalho, ou seja, sua base construída a partir do encontro dialógico de ontologias, uma confluência de associação de saberes.

O quarto subcapítulo pode ser definido como os meios para construção dos meus dados, utilizando e partindo das minhas impressões, das conversas com meus interlocutores e das imagens registradas por mim, que ao mesmo tempo são norteadas e balizadas pelas ideias presentes no subcapítulo anterior, ao mesmo tempo que também reforçam essas ideias, sem estarem elas atreladas à frieza do distanciamento objetivo. Por isso, eu falo das minhas impressões, destacando paralelamente a importância das conversas com os interlocutores e o fato delas não estarem atreladas a questionários, entrevistas ou depoimentos, técnicas que muitas vezes tendem a cercear ou intimidar o interlocutor obliterando o encontro de ontologias, alteridades, pontos de vista, ainda que algumas vezes discordantes e dissonantes, e por fim, não limitando as imagens presentes no texto a mera ilustração descritiva, mas explorando sua potencialidade semiótica e polissêmica que se constituem como fonte de inspiração concorrendo para o surgimento de *insights*, ideias e mesmo de temas, que antes não existiam ou não eram meu foco na pesquisa.

1.1 ESCOLHAS, MOTIVAÇÕES E TRAJETÓRIAS

A temática envolvendo territorialidade, territorialização e território¹ tem relação com meu trabalho no INCRA, autarquia federal, como Analista em Reforma e Desenvolvimento

¹ “Territorialidade, territorialização e território”, embora estejam relacionadas entre si e tenham uma natureza semelhante por estarem associadas a “terra”, trazem consigo singularidades que serão exploradas analiticamente e conceitualmente mais adiante.

Agrário (ARDA)-Antropólogo, lotado no Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas da superintendência regional do estado do Tocantins desde 2013, quando deixei Rio Branco, no estado do Acre, para residir em Palmas.

Essa temática é uma constante no meu trabalho no serviço público federal, onde a minha principal atuação consiste em fazer relatórios antropológicos, que são peças técnicas que concorrem para delimitação e demarcação de áreas que podem constituir um território coletivo às comunidades quilombolas, no caso dos trabalhos de campo apontarem para a existência de uma trajetória histórica dessas comunidades na terra em que vivem ou pleiteiam.

Através do meu trabalho no INCRA, pude conhecer uma parte das mais de 40 comunidades quilombolas do estado do Tocantins, e a partir desse universo, como projeto inicial eu tinha escolhido duas dessas comunidades para realizar a minha pesquisa: Ilha de São Vicente (situada no extremo norte do Tocantins, no município de Araguatins) e Kalunga do Mimoso (sua área abrange parte de dois municípios do Tocantins, Arraias e Paranã, situada no extremo sul).

A comunidade quilombola Ilha de São Vicente está situada no extremo norte do estado, na região conhecida como Bico do Papagaio, localizada à margem direita do Rio Araguaia em uma ilha de aproximadamente 2.500 ha, que corresponde ao território pleiteado, na divisa com o estado do Pará. A ilha está envolvida pelo bioma amazônico e nela a comunidade quilombola vive do extrativismo, da pesca, da criação de pequenos animais, da aposentadoria, de programas de transferência de renda do governo federal como o Bolsa Família, do trabalho formal e informal na sede administrativa de Araguatins, que dista da ilha vinte minutos de barco. Alguns deles moram na ilha, outros na região da sede administrativa de Araguatins, e ainda há aqueles que vivem em outros municípios do Tocantins, cidades de outros estados e mesmo fora do Brasil. A ilha atualmente está em processo de titulação, sendo habitada, além dos quilombolas que nela moram há mais de um século (ela foi “doada” pelo antigo dono e senhor do ex-escravo fundador da comunidade), por não quilombolas, situação que gera tensão pela possibilidade de um eminente conflito, embora desde 2010 não tenha ocorrido nenhum envolvendo a comunidade quilombola.

Por sua vez, a comunidade quilombola Kalunga do Mimoso está situada no extremo sul do estado, abrangendo parte dos municípios de Arraias e de Paranã, vivendo em um território marcado pelo cerrado, isolamento e escassez de água. O território da comunidade é de aproximadamente 57.000 ha, dos quais aproximadamente 10.000 estão na posse da comunidade. O território é caracterizado por vários povoados como se fossem bairros, e a grande distância entre alguns deles e entre algumas moradias, demonstra que se trata de uma

comunidade originariamente surgida a partir da fuga de negros escravizados. As condições das estradas de acesso aos povoados são precárias.

A princípio, achei que seria auspicioso fazer um estudo comparativo dessas duas comunidades, pois em que pese o fato de ambas serem igualmente marcadas pela opressão histórica da escravidão que reverbera ainda hoje, elas são muito diferentes em termos ambientais e quanto as suas formações históricas e dimensões territoriais, dentre outras características, e foram essas diferenças fortemente contrastantes que me levaram a desejar estudá-las.

No entanto, percebi que não seria possível estudar ambas comparativamente dentro do período do mestrado, pois não teria tempo suficiente, sobretudo por causa da pandemia da covid-19, que comprometeu boa parte do meu tempo disponível, uma vez que eu tinha planejado ir ao campo em meados e no final de 2021 e janeiro de 2022, mas infelizmente só pude ir pela primeira vez somente em março de 2022 à Ilha de São Vicente.

Quando eu fiz o projeto para seleção de mestrado em 2020, não tinha noção de como seria o trabalho de campo em face da pandemia, pois nem mesmo os especialistas sobre a covid-19 tinham certeza sobre os desdobramentos da doença e da duração dessa pandemia. No entanto, na época em que desenvolvi o projeto eu tinha uma visão otimista e acreditava que em 2021 poderia iniciar meu trabalho de campo, mas diante da complexidade desse vírus e suas variantes, logo percebi que não seria possível, de forma que optei por uma das comunidades. Então, abandonei esse estudo comparativo que seria a minha primeira pesquisa e optei somente pelo estudo da comunidade quilombola Ilha de São Vicente.

No caso específico da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, as visitas de pessoas que não eram da comunidade voltaram com frequência somente em março de 2022, pois segundo uma das lideranças, Jorlando Ferreira Rocha, a comunidade tem idosos, sendo eles mais suscetíveis de contraírem o vírus. Ressalto ainda que uma das suas principais lideranças, Fátima Barros², faleceu em 2021 em virtude da covid-19, vindo à óbito poucos dias depois de seu irmão que morreu em virtude da mesma doença. Diante desse contexto, é compreensível que as visitas tenham sido adiadas, salientando que não somente a comunidade quilombola em tela seguiu o protocolo de prevenção e combate à covid-19 dos órgãos e entidades ligados à área saúde, mas outras comunidades do Tocantins também tomaram as devidas e corretas medidas de isolamento, resguardando a si mesmas e os visitantes.

² Seu nome completo era Maria de Fátima Batista Barros, mas ao longo deste trabalho aparecerá com maior frequência apenas como Fátima Barros, pois era como ela se apresentava e como ela era conhecida.

Uma vez que tive que mudar a minha pesquisa, por que a escolha dessa comunidade? A escolha da temática envolvendo territorialidade, territorialização e território, teve uma motivação mais calcada no âmbito profissional de minha atuação no INCRA. Já a escolha da comunidade quilombola Ilha de São Vicente teve três fatores que me levaram a trilhar meu caminho rumo à comunidade.

O primeiro, encontra-se no fato de que foi nela que realizei o meu primeiro trabalho de campo como antropólogo e com povos tradicionais, no ano de 2013, quando assumi meu cargo no INCRA, o que metaforicamente não deixa de ser um rito de passagem que marca emblematicamente a minha trajetória profissional, sendo muito impactante e empolgante, pois eu ainda não havia participado de nenhum trabalho dessa natureza. Antes de trabalhar no INCRA, embora tivesse me formado em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade Federal do Acre (UFAC), eu não atuava na minha área de formação, pois até dois meses antes de assumir meu cargo de antropólogo/analista em 2013, eu havia trabalhado somente com produção e organização de eventos artísticos e culturais no Serviço Social do Comércio (SESC/Acre) como técnico e coordenador do Setor Artístico – Cultural, no período de 1998 até 2008 e depois como técnico na Fundação de Cultura Elias Mansour (FEM), do Governo do Estado do Acre, durante o período de 2009 até 2013.

Nesse primeiro trabalho de campo na ilha, eu e o antropólogo Márcio Roberto Catelan, colega de trabalho também neófito, fomos auxiliar por um período de doze dias a antropóloga e professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Rita de Cássia Domingues Lopes, responsável pela realização do Relatório Antropológico do INCRA³, peça técnica fundamental como requisito para emissão do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU)⁴.

Embora esse trabalho de campo fosse mais na condição de auxiliar, foi uma experiência que se constituiu como base importante para que depois eu mesmo fosse o principal responsável por outros relatórios antropológicos do INCRA. Mesmo realizando trabalho de campo em outras comunidades quilombolas do Tocantins, ou mesmo realizando visitas técnicas sem

³ Antes de 2013 não havia antropólogos na superintendência do INCRA em Tocantins, assim, em virtude dessa falta, o INCRA fez um acordo de cooperação com a UFT para que alguns professores de antropologia do seu quadro fizessem alguns relatórios antropológicos em algumas regiões, mas devido a uma série de dificuldades, somente foi realizado um relatório, o da comunidade quilombola da Ilha de São Vicente, escrito pela professora Rita de Cássia, sendo eu e o colega Márcio Roberto designados para auxiliá-la através de uma Ordem de Serviço.

⁴ Normalmente uma vez demarcado o território é emitido um título definitivo em nome da associação quilombola como ocorre com outras comunidades quilombolas do país, mas no caso da comunidade quilombola Ilha de São Vicente deverá ser emitido o CCDRU. O procedimento neste caso é diferente, pois conforme a legislação, ilhas fluviais que dividem Estados (ela está situada no Rio Araguaia, na divisa do estado do Tocantins com o Pará) são consideradas bens da União administrados pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). O referido contrato, apesar de não ser um título definitivo, garante segurança jurídica assegurando o usufruto da ilha pela comunidade.

caráter antropológico, a comunidade quilombola Ilha de São Vicente é a minha primeira referência profissional-afetiva.

O segundo fator surgiu durante esse período de doze dias em que fiquei entre a ilha e a sede administrativa do município de Araguatins, onde com os outros colegas antropólogos íamos visitar instituições, órgão e locais diversos levantando documentos para compor o relatório. Contudo, foi o contexto da ilha que me proporcionou os momentos mais importantes dessa viagem, onde pude me reunir com a comunidade, fotografar, entrevistar e vivenciar parte do cotidiano daqueles quilombolas, sendo bem acolhido por toda a comunidade, em especial pelo seu patriarca, Salvador Batista Barros⁵ e sua família. Durante meu trabalho de campo em 2022, seu Salvador já havia falecido, mas o acolhimento continuou o mesmo, sendo eu muito bem recebido por dona Maria da Luz de Sousa, chamada de dona Maria da Luz ou simplesmente dona Da Luz, e seus filhos, Domingos William de Sousa Barros, o William e Elizângela de Sousa Barros, comumente chamada pelo apelido de Biza.

O terceiro, foi a figura emblemática de Fátima Barros. Ela não era somente uma das mais importantes lideranças da comunidade quilombola, era também uma liderança respeitada no âmbito do movimento quilombola no estado do Tocantins e nacionalmente. Seu falecimento repercutiu no estado. Eu mantinha bons contatos com ela, pois no INCRA estou trabalhando no processo de regularização fundiária da Ilha de São Vicente, mas para além disso, conversávamos também sobre a pandemia, o governo atual e sua luta para levar benfeitorias para a sua comunidade. Fátima Barros era uma liderança apaixonada pelas causas quilombolas, isso ficava patente nas suas falas e ações, mas infelizmente, em decorrência da covid-19, veio a falecer no dia 6 de abril de 2021, aos 48 anos de idade.

Esses três fatores fizeram com que eu construísse meu caminho até a Ilha de São Vicente, não sendo este apenas um caminho epistemológico, mas um caminho em que, literalmente, trilhar e “navegar é preciso”, não somente um se locomover na terra, na água e no mato, mas também um trilhar e navegar nas relações dessa comunidade entre si, com o seu meio, com outras coletividades e comigo.

A escolha definitiva da comunidade quilombola Ilha de São Vicente ocorreu em março de 2021 após me reunir via *Meet* com a minha orientadora, Márcia Leila. Na ocasião fiquei bastante animado por ter finalmente ter encontrado um norte pelo menos para iniciar a pesquisa,

⁵ Ao longo do trabalho farei referência a ele algumas vezes como “seu Salvador” ou “seu Salvador Barros”, pois é assim que as pessoas da comunidade continuam a se referir a ele. O pronome “seu”, abreviação popular do pronome de tratamento “Senhor”, será utilizado por mim sempre que me referir aos moradores mais velhos, pois essa é forma como eles costumam ser tratados pela comunidade e por outros moradores da cidade.

de forma que alguns dias depois, no dia 02 de abril de 2021, tentei entrar em contato com Fátima Barros via *Messenger*, o aplicativo de comunicação que eu comumente utilizava para conversar com ela, e assim tratar da minha pesquisa com o intuito de saber a sua opinião, trocar ideias e impressões, mas não obtive êxito, pois ela não respondia.

Então, diante dessa situação, entrei em contato com a colega que foi responsável por escrever o relatório antropológico do INCRA sobre a comunidade quilombola Ilha de São Vicente, a antropóloga Rita de Cássia Domingues Lopes com quem trabalhei em 2013 e que havia concluído recentemente sua tese também sobre a comunidade, na expectativa de que talvez ela pudesse me repassar alguma outra forma de entrar em contato com Fátima Barros. Ao falar com Rita de Cássia fui informado de que Fátima Barros estava internada e entubada no hospital em virtude de ter contraído a covid-19, vindo a falecer quatro dias depois da minha tentativa de contatá-la.

Eu, as pessoas da comunidade quilombola da Ilha de São Vicente e outras ligadas aos movimentos quilombolas em âmbito estadual e nacional, estávamos tristes e pesarosos com a morte de Fátima Barros, então, somente alguns meses depois, em agosto de 2021, eu resolvi entrar em contato com outra liderança, Jorlando Ferreira Rocha, para enfim falar sobre a minha pesquisa e das minhas intenções de ir à comunidade para fazer o trabalho de campo.

As tratativas com o Jorlando desde o início foram promissoras, estando ele ciente da natureza da minha pesquisa para a dissertação, de forma que antes de ir ao campo conversamos pelo celular, por *whatsapp* e através de *e-mails* e ele me passava informações sobre a ilha e a comunidade a partir dos minhas dúvidas e questionamentos ao mesmo tempo que também me indagava sobre alguns pontos da minha pesquisa, além disso, buscava me manter informado sobre a incidência da covid-19 na cidade de Araguatins e na ilha, fato de suma importância que iria afetar meu trabalho de campo, já que minha ida estava condicionada ao recrudescimento ou redução dessa doença pandêmica.

Antes da minha ida ao campo, Jorlando conversou com a comunidade e explicou sobre o que se tratava o meu trabalho e consultou se todos estavam de acordo com a minha pesquisa e ida à ilha. Uma vez estando todos de acordo, ele tratou dos preparativos para a minha recepção e estadia na ilha em março de 2022, quando teve início o retorno da circulação gradativa de pessoas na parte da ilha em que vive a comunidade após o decréscimo no número de infectados pela covid-19 em virtude da vacinação, sendo eu especialmente acolhido pela família de dona Maria da Luz durante todos os dias em que fiquei na ilha.

Assim, eu simplesmente não cheguei na comunidade de forma direta e invasiva, a minha inserção como pesquisador foi um processo construído iniciado através de diálogos e tratativas

com Jorlando intermediando o meu encontro com a comunidade. Uma vez inserido e convivendo com ela na ilha e na cidade de Araguatins, muitos de seus membros então tiveram uma melhor compreensão sobre a minha pesquisa, puderam me conhecer melhor e estabeleceram laços de confiança comigo, de forma que a partir daí surgiu uma ambiência profícua que me proporcionou condições para que eu pudesse construir e estabelecer novas relações com outros interlocutores como será visto mais adiante.

1.2 A ILHA DE SÃO VICENTE

Neste subcapítulo são apresentadas algumas informações e descrições sobre a comunidade quilombola e a ilha para melhor ilustrar e tornar mais compreensível o desenvolvimento da pesquisa, ressaltando que parte das fontes são oriundas do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)⁶ e Relatório Antropológico do INCRA sobre a comunidade quilombola, sendo este realizado pela antropóloga Rita de Cássia Domingues Lopes (2014) com quem trabalhei em campo no início do referido relatório, que pela densidade descritiva e informativa, eles têm se constituído como uma fonte referencial para diversos outros trabalhos envolvendo a ilha e a comunidade.

Além deles, existem outros trabalhos governamentais, publicações de ONGs, artigos, dissertações e teses, não restritas a seara da disciplina antropológica, bem como as minhas experiências, vivências e impressões sobre a ilha e a comunidade durante o trabalho de campo realizado em 2013 e 2022 que também serão fontes descritivas e informativas, ressaltando que especialmente devido ao trabalho de campo realizado em 2022, direta e indiretamente vão estar nessas descrições também as experiências, vivências e impressões dos meus interlocutores, obtidas através de conversas que normalmente ocorriam nos horários das refeições ou próximos deles, bem como durante as minhas caminhadas na ilha.

Sumariamente, as descrições aqui presentes têm fulcro em outros trabalhos, no meu trabalho de campo e na vida cotidiana dos meus interlocutores membros da comunidade quilombola e mesmo considerando essa multiplicidade de fontes, não é possível, não há intenção e nem é objetivo deste trabalho esgotar descritivamente a ilha e a comunidade, apresentando-as como se fossem uma imagem ou uma pintura finalizada em um tela, pois isso

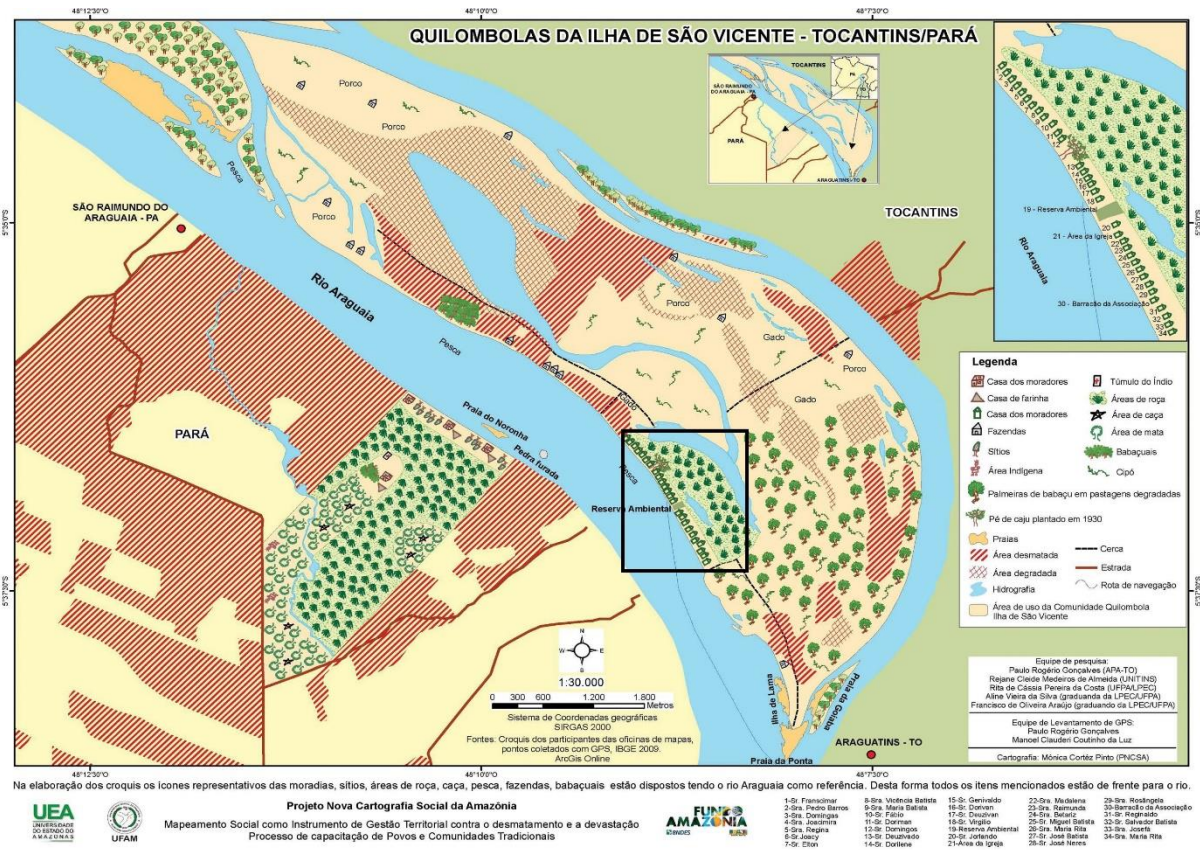
⁶ O RTID tem por objetivo identificar os limites das terras das comunidades quilombolas a partir da própria indicação da comunidade e de estudos técnicos e científicos, consistindo na caracterização espacial, econômica, ambiental e sociocultural da terra ocupada pela comunidade, considerando que terra ocupada toda a terra utilizada para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, conforme a Instrução Normativa Nº 57 do INCRA.

implicaria em dar uma forma totalizante acabada, e como disse o artista plástico Paul Klee “A forma é o fim, a morte”. (KLEE, 1973, apud INGOLD, 2015, p. 301). Ora, pretender esgotar descritivamente a ilha e a comunidade, ainda que isso fosse possível, significaria não ter mais nada a dizer sobre o ambiente e as pessoas.

Portanto, por mais que as descrições sejam oriundas de diversas fontes, elas não têm por escopo ser totalizante, pois dessa forma evita-se o risco deste trabalho se perder numa quimera de elementos excessivamente descritivos, que na ânsia de dar conta de uma totalidade, acabaria por obliterar ou ofuscar as discussões e reflexões sobre territorialidade, territorialização, território, lideranças e movimento, a história e as relações da comunidade, temáticas presentes nesta dissertação.

Assim, as descrições apresentadas neste subcapítulo serão sintéticas, devendo este termo ser entendido como um resumo que colige descrições subjetivas (pesquisador), êmicas (comunidade), de entidades, de instituições e do próprio Estado, todas elas constitutivas de verdades parciais e incompletas (CLIFFORD, 2016, p. 38), como forma de situar o leitor no tempo e no espaço de forma que seja possível a ele contextualizar sobre que história, ambiente e território que se está discutindo e refletindo.

Mapa 1 – Localização da área ocupada pela comunidade na Ilha de São Vicente*



Fonte: PNCSA, 2014, p.6

* Fiz uma alteração no mapa original, inserindo o quadrado de contorno preto para destacar melhor de forma aproximada a área da comunidade

O mapa acima é uma referência que introduzi neste trabalho, pois ele foi construído a partir da oficina realizada em 2013⁷ através do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), envolvendo vários profissionais e dezenas de pessoas da comunidade quilombola Ilha de São Vicente. A oficina foi resultado de um outro projeto que compõe o PNCSA: “Projeto Mapeamento Social como instrumento de Gestão Territorial contra o desmatamento e a devastação: Processo de Capacitação de Povos e Comunidades Tradicionais”. A sua finalidade é contribuir para que as comunidades possam mapear seus territórios tradicionais com todos os elementos que elas consideram importantes, como por exemplo, locais de pesca e moradias, e os babaçuais. Assim, utilizei esse mapa no trabalho por se tratar de uma auto-cartografia com

⁷ Mesmo o mapa sendo do ano de 2013, feito há 9 anos, de acordo com as informações de algumas pessoas da comunidade, a área da ilha em que vivem e possuem seus lotes não sofreu grandes mudanças, não havendo redução ou crescimento de tamanho. Contudo, na área da ilha fora do espaço da comunidade, mesmo não havendo mudanças drásticas como me disseram alguns membros da comunidade, é certo que houve algumas transformações ecológicas na ilha, sobretudo pela ação humana de moradores não quilombolas que costumam desmatar e a chegada em grande número de novos invasores a partir de 2010 como será apresentado mais adiante.

ampla participação da comunidade utilizado como instrumento de reivindicação do território e fortalecimento de seu movimento.

Cabe ressaltar que este mapa, além da Ilha de São Vicente que está situada na margem direita, indica também partes situadas à esquerda situada no estado do Pará, que correspondem aos locais onde seus antepassados viveram e alguns parentes seus ainda vivem. No entanto, a comunidade definiu junto ao Estado através do INCRA, somente a área pertinente à ilha, não envolvendo as áreas situadas no estado do Pará.

A comunidade está situada no extremo norte do estado do Tocantins, na microrregião conhecida como Bico do Papagaio, localizada à margem direita do Rio Araguaia em uma ilha de aproximadamente 2.502 ha, que corresponde a maior parte do seu território original, na divisa com o estado do Pará, município de Brejo Grande, que está na margem esquerda. Por percorrer mais de um estado, o Rio Araguaia é considerado um rio federal e a ilha é considerada um bem da União.

O nome da ilha está ligado a história do município de Araguatins, onde ela está situada. Araguatins, foi fundada em 1868 por Vicente Bernardino Gomes, que nomeou a localidade como vila São Vicente do Araguaia, tornando-se município em 1913. Em 1943 o nome da cidade foi trocado para Araguatins por sugestão do prefeito Antônio Carvalho Murici, baseada na junção dos nomes de dois rios, o Araguaia e o Tocantins⁸. A ilha permaneceu com o nome antigo do município.

A área da ilha, onde vive uma parte da comunidade, está restrita a 32,4751 ha, ou seja, ela ocupa apenas 1,3 % do total da ilha (vide o quadro de contorno preto que circunscreve aproximadamente parte da ilha no Mapa 1). Esta área está dividida em 35 lotes, sendo 12 deles ocupados de forma permanente, alguns não estão ocupados, embora tenha responsáveis, e outros são ocupados esporadicamente, pois a maioria das pessoas da comunidade não mora na ilha, mas costuma passar vários dias nela e nos finais de semana. A maioria deles não se estabeleceu devido à falta de estrutura da ilha. Segundo Miguel Barros, ex-presidente da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas da Ilha de São Vicente (ACREQUISVI), a comunidade é composta por 48 famílias⁹.

⁸ Disponível em: <<https://www.araguatins.to.leg.br/institucional/historia>> Acesso em: 02 de mar. de 2022.

⁹A partir das conversas com as lideranças Jorlando Ferreira Rocha, Silvanei Barros Rocha e seu esposo, Valdeir Rodrigues da Silva, atualmente o número de famílias deve ser maior, variando entre 52 e 55 famílias, pois o número apresentado por Miguel Barros tem por base um documento da associação no qual consta uma relação de 48 famílias, número levantado antes do período da pandemia, ou seja, faz mais de dois anos que não foi feito um novo levantamento. A partir da organização da associação quilombola, da retomada de ações este ano e de reuniões mais frequentes, segundo Silvanei, a atual presidente, esses números deverão ser mais precisos. Depreendi que uma das dificuldades para manter o número de famílias constantemente atualizados, além da pandemia que manteve muitos membros da comunidade isolados e fez com que a associação atuasse pouco, deve-se também ao fato da

A ilha está envolvida pelo bioma amazônico que abrange 9% do estado do Tocantins, e nela a comunidade quilombola vive do extrativismo, da pesca, do roçado, da criação de pequenos animais e do trabalho formal e informal de seus membros na sede administrativa da cidade de Araguatins, que dista da ilha vinte minutos de barco. Alguns deles vivem na ilha, outros na região da sede administrativa de Araguatins e em outras cidades próximas, ressaltando que os que vivem na ilha também tem moradia, como eles dizem: “na rua”, “na cidade”¹⁰.

A ilha atualmente está em processo de regularização fundiária realizado pelo INCRA, sendo ocupada, além dos quilombolas que nela vivem há mais de um século (ela foi “doada” pelo antigo dono e senhor ao seu ex-escravo, fundador da comunidade, Henrique Barros), por não quilombolas que vieram a ocupá-la e a explorá-la depois, situação que gera tensão pela possibilidade de ocorrer um novo conflito, apesar de que atualmente há uma certa calma.

Quanto à origem da comunidade quilombola, são cinco¹¹ gerações da família Barros vivendo na ilha há mais de cento e vinte anos. Isso já ficou demonstrado no trabalho realizado pelo INCRA, pela história da própria comunidade apontada em alguns livros e também pelo conhecimento dos moradores mais antigos de Araguatins. Embora tivessem consciência da sua história como descendente de escravizados, foi somente depois do conflito gerado por um vizinho não pertencente à comunidade quilombola é que obtiveram a certidão de autodefinição como remanescentes de quilombo por parte do Estado.

Os conflitos tiveram início no início do ano 2000, sendo seu ápice atingido em 2010, quando o vizinho conseguiu na justiça do estado o direito a inserir como sua propriedade parte da terra em que morava o seu Salvador, patriarca da comunidade. Assim, o oficial de justiça e mais policiais militares chegaram de barco e despejaram toda a família do seu Salvador, que passou a morar temporariamente com seu irmão Pedro Barros em outra parte da ilha, tendo a sua casa queimada. Ciente de sua ancestralidade e dos direitos que tinha, a comunidade formalizou o pedido e foi certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como

maioria dessas famílias morar fora da ilha e em outros municípios. Outro fator destacado por Jorlando são as constantes transformações na estrutura familiar, pois, frequentemente os membros de muitas dessas famílias, normalmente os filhos, ao se tornarem independentes vão morar em outras localidades, e assim, o número de famílias vem aumentando gradativamente. Quanto ao número de pessoas, de acordo com Silvane e seu esposo, estima-se que mais de 160 fazem parte da comunidade quilombola da Ilha de São Vicente.

¹⁰ A Ilha de São Vicente está localizada na cidade Araguatins, mas a comunidade quilombola também utiliza o termo “cidade” ou “rua” (comprar comida na rua; se consultar na rua; buscar documentos na rua) em alguns contextos como equivalentes para se referir a zona urbana e a sede administrativa de Araguatins em contraposição à ilha, considerada zona rural. Ao longo do trabalho, em algumas de suas partes, eu também irei utilizar “cidade” ou “rua” com esse sentido.

¹¹ São cinco gerações vivendo na Ilha de São Vicente, mas são seis gerações vivendo em Araguatins, pois os pais de Henrique Barros, o fundador da comunidade, vieram como escravizados do Maranhão para Araguatins, e não obtive informações de que chegaram a viver na ilha

remanescentes de quilombo a partir da sua declaração de autodefinição, conseguindo depois seu patriarca retornar a sua área e ter o processo originado pelo conflito subido da instância da justiça estadual para a federal, onde estava temporariamente suspenso. Paralelamente, obtiveram do Governo Federal, através do INCRA, a Portaria de Reconhecimento¹² do seu território. Assim, para que obtivessem êxito junto à justiça e ao Governo Federal, a comunidade teve que se organizar formalmente como uma associação, a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas da Ilha de São Vicente (ACREQUISVI).

Essa portaria é uma etapa importantíssima para que ao final do processo a ilha passe a ser usufruída integralmente e coletivamente pela comunidade quilombola como outrora, contudo, o processo administrativo até a obtenção do CCDRU normalmente é moroso, o que faz aumentar bastante a tensão na ilha. Isso porque de acordo com as normativas que norteiam a tramitação do processo, a próxima etapa implica na saída de não quilombolas da ilha. O fato é que quando o processo de regularização fundiária voltar a tramitar, poderão surgir muitas ações na justiça e ameaças, inclusive elas já ocorrem contra os quilombolas, ficando esse clima de violência patente em 2018 quando conversei com Fátima Barros. Nessa conversa ela me falou que constantemente sofria ameaças por sua atuação na defesa da ilha como território quilombola, mas que mesmo assim não se sentia intimidada, tanto que continuou seu ativismo até seu falecimento em abril de 2021.

Este tópico é uma forma de situar previamente o leitor sem a pretensão de ser descritivamente extenso, pois outras descrições e informações pertinentes aos conflitos, a fauna, a flora, aos elementos diacríticos e identitários, por exemplo, serão apresentados e discutidos ao longo deste trabalho, sobretudo nas partes em que a ilha será abordada como espaço de relações.

1.3 ANTROPOLOGIAS E INVENÇÕES

A construção epistemológica deste trabalho envolve dois tipos de antropologias que estão presentes na minha atividade antropológica: a aplicada e a acadêmica. Quanto a aplicada, deve-se ao fato de ser antropólogo do Estado em que meu trabalho de campo envolve pesquisar

¹² A Portaria de Reconhecimento é a terceira etapa do processo de regularização fundiária. Nessa fase finda o trabalho de identificação do território com a assinatura do presidente do INCRA reconhecendo o limite do território, sendo a referida portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU) e no Diário Oficial do Estado (DOE). No caso da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, a portaria que reconheceu os limites de 2.502 hectares como seu território foi publicada no dia 22/06/2020. Mais adiante, apresentarei e discorrerei de forma mais detalhada as etapas que constituem o processo de regularização fundiária.

com o objetivo de promover a regularização fundiária dos territórios quilombolas como política pública, cujo estudo pode apontar a viabilidade de delimitação de um território quilombola para futura demarcação. Por outro lado, neste trabalho, a ênfase recai sobre um fazer antropológico de cunho acadêmico, pois não busco definir um território para a comunidade quilombola da Ilha de São Vicente nos moldes do que já fora feito pelo Estado através dos relatórios do INCRA, isso já foi feito, o que se busca é uma reflexão sobre territorialidade, territorialização e território a partir das idiosincrasias, impressões, experiências, conhecimento, enfim, das cosmovisões do pesquisador e da comunidade.

Essas duas searas antropológicas em si, apesar de suas singularidades e diferenças, no fundo são complementares, uma refletindo sobre a outra, pois a antropologia aplicada necessita das teorias, conceitos e discussões acadêmicas para atender seu objetivo específico de promoção de política pública em face da demanda territorial da comunidade quilombola, e por sua vez, as discussões teóricas e conceituais também dialogam com as produções oriundas da antropologia aplicada. Inclusive, nesse sentido, o próprio relatório antropológico do INCRA sobre a comunidade Ilha de São Vicente realizado pela antropóloga Rita de Cássia Domingues Lopes foi inspiração para a sua tese, bem como outros dados e informações constantes no referido relatório são referenciados e citados em outros trabalhos acadêmicos que não se restringem à antropologia.

Ambas as antropologias são complementares, mas no plano prático do trabalho de campo elas têm formas distintas de afetar, guiar e orientar o antropólogo em campo, e por conviver e atuar com esses dois tipos de antropologia, posso falar sobre ambas, sobretudo da acadêmica, escopo deste trabalho, que concorreu não somente para ampliar meu arcabouço teórico, mas também por proporcionar maior liberdade na relação com os interlocutores e na própria escrita antropológica.

Desde 2013 sou antropólogo do INCRA, onde os relatórios antropológicos que produzo e estudo (relatórios de outros colegas antropólogos do INCRA) tem uma finalidade específica voltadas para questões menos teóricas e mais para atender uma demanda, uma política e um público específico, podendo então dizer que se trata de uma antropologia aplicada. Tais relatórios são peças técnicas que fazem parte de um relatório maior, o RTID.

O RTID e o próprio Relatório Antropológico são documentos densos e abrangentes, de forma que o trabalho do antropólogo do Estado, ou contratado por ele, está submetido a uma miríade de temáticas sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais e aos dispositivos

legais¹³ que norteiam o seu estudo e pesquisa, bem como promovem políticas públicas e garantem direitos sociais às comunidades quilombolas, de forma que é muito claro que neste contexto o objetivo da antropologia é ser uma disciplina instrumental fundamental na resolução de problemas fundiários enfrentados pelas comunidades quilombolas.

Portanto, o objetivo dessa antropologia de caráter mais aplicado é indubitavelmente necessário, mas essa não é a questão. A questão é que para desenvolver a minha pesquisa que resultou neste trabalho de cunho mais acadêmico, teórico, propositivo e reflexivo, envolvendo territorialidade, territorialização, território no contexto da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, foi necessário me desvencilhar, em certa medida, e refletir sobre minha atuação enquanto antropólogo do Estado.

Refletir e buscar me apartar, em partes, da minha atuação voltada para uma antropologia mais aplicada, foi um processo salutar e necessário para o desenvolvimento desta pesquisa, pois devido ao seu objetivo e por estar entronizada por normas e orientações legais, ela finda por restringir, a liberdade temática, teórica, conceitual, dialógica e metodológica em contraposição a uma postura mais acadêmica adotada nesta pesquisa que proporcionou mais fluidez e liberdade em campo para minha atuação, observação, sentir, dialogar e escrever.

Para fazer o que me propus neste trabalho, não é possível estar preso às normativas e as preocupações inerentes ao antropólogo servidor público, que como tal, também está envolto pelos princípios da administração pública, que apesar de preverem uma certa liberdade de atuação do agente público através de atos discricionários, via de regra preconizam que o referido agente deve agir de acordo com que a lei determina, diferente do não servidor público, que pode agir de acordo com que a lei não proíbe.

Para mim, não foi tão simples atuar em campo por uma perspectiva antropológica mais acadêmica, pois sempre estive condicionado a fazer o trabalho de campo tendo como *check-list* a Instrução Normativa nº 57 (BRASIL, 2009), onde nada, ou quase nada durante o estudo realizado nas comunidades quilombolas, pode fugir dela, sob o risco de invalidar o trabalho e comprometer a possibilidade de viabilizar um território futuro à comunidade.

Diferentemente de 2013, quando estive auxiliando a colega antropóloga Rita de Cássia durante as suas duas primeiras semanas de trabalho, e dos relatórios antropológicos que fiz e ainda não publicados das comunidades quilombolas Pé do Morro, situada no município de

¹³ Além da Instrução Normativa nº 57, existem mais 15 dispositivos legais que a fundamenta, envolvendo artigos da Constituição Federal, decretos e convenções, valendo citar alguns deles considerados os mais importantes: o artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT); Artigos 215 e 216 da Constituição Federal; Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003; Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Aragominas-TO, e a comunidade quilombola Dona Juscelina, no município de Muricilândia-TO, senti que no processo de pesquisa que deu origem a este trabalho, abordar questões pertinentes a território, territorialidades e detalhes da vida cotidiana foi menos tenso e as relações humanas mais próximas, em especial com a família de dona Maria da Luz.

Identifiquei alguns fatores que concorreram para essa relação que desenvolvi ser mais fluida e íntima: já havia ido à comunidade em 2013; o fato de ter trabalhado com a antropóloga Rita de Cássia que se tornou uma pessoa amiga, bem vista e bem quista pela comunidade, mantendo relações de amizade e visitas mesmo depois de ter realizado o relatório antropológico e a sua tese; não estar como em 2013 muitas vezes sentado como recenseador coletando dados pessoais dos membros da comunidade para fazer constar no Cadastro de Famílias ou percorrendo diariamente a ilha com uma máquina fotográfica e um caderno catalogando plantas e objetos; neste trabalho não revezei muito entre a ilha e a sede da cidade como em 2013, fiquei mais tempo na ilha, indo apenas pontualmente à sede administrativa para comprar gêneros alimentícios ou conversar com algum membro da comunidade que não morava na ilha.

O fazer antropológico por um viés mais aplicado e menos fluido, que é o que eu estou acostumado a trabalhar enquanto antropólogo do Estado, tem por objetivo, através do trabalho de campo, verificar por meio de estudos se uma determinada comunidade quilombola tem uma trajetória histórica que justifique a delimitação e a viabilidade para uma futura demarcação de um território. Indiscutivelmente enquanto política pública ela é de suma importância, mas devido ao seu objetivo, muitas vezes algumas outras formas possíveis de abordagem, observação, análise, pensar e refletir essa comunidade é impossível, indesejável ou irrelevante. Nesse sentido, somente através de uma antropologia de viés mais acadêmico, aberta à mudança temática, metodológica e epistemológica, é possível explorar de forma mais fluida e criativa elementos diacríticos, ambientes, cosmovisões, relações, eventos e fatos não abraçados por uma antropologia aplicada, explorando outras perspectivas sobre território e territorialidade.

O relatório antropológico feito pelo INCRA contribuiu para delimitar o território da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, sendo o seu resultado cancelado pelo Estado como uma etapa inicial necessária para que no futuro a ilha seja de fato usufruída na sua integralidade, embora na prática seja uma incógnita, “quando” e “como” efetivamente isso ocorrerá, devido à morosidade do processo de regularização¹⁴.

Seja como for, somente uma antropologia menos atrelada a um único objetivo e as normativas legais pode explorar com maior profundidade teórica e metodológica, temáticas

¹⁴ A morosidade processual será pormenorizada posteriormente.

como territorialidade, territorialização e território através de reflexões como: Que tipo de território eles querem e como usufruí-lo no futuro? Será que de fato poderão mesmo viver na ilha de forma plena? Como a covid-19 e as mortes causadas por ela atingiu o movimento e as ações da comunidade na luta por seus direitos territoriais? Como a comunidade se relaciona na ilha com vizinhos quilombolas? E os não humanos¹⁵ na relação com a comunidade? Qual a importância de Fátima Barros na luta pela ilha?

Muitas dessas reflexões, dentre outras, estarão direta e indiretamente presente ao longo deste trabalho. Não se trata de uma hierarquia axiológica de um tipo antropologia sobre outra, pois o resultado deste trabalho só foi possível também devido ao estudo produzido pelo relatório feito pelo INCRA, se trata apenas de ir além do que já foi dito e pensado em torno da temática “território e territorialidade”.

Mas esse “ir além” não pode somente levar em conta apenas uma abordagem antropológica com maiores possibilidades e abertura às diversas teorias e metodologias, deve considerar sobretudo, com seriedade e sem secundarizar, o outro quilombola, suas cosmovisões e as ontologias presentes no contexto da Ilha de São Vicente.

A ontologia aqui deve ser compreendida nas suas duas dimensões, filosófica e antropológica:

Na filosofia, tratou-se da busca de uma alteridade por meio do reconhecimento do estatuto de realidade daquilo que não somente não concerne ao humano, mas apresenta uma indiferença irrestrita à sua existência. Na antropologia, essa busca antinarcísica pela alteridade, embora também pós-humanista, voltou-se sobretudo para o reconhecimento ontológico dos coletivos, formas de vida e metafísicas não ocidentais. Procuramos mostrar que, em diversos aspectos, os esforços de ambas disciplinas se cruzam: tanto os filósofos quanto os antropólogos que defendem a recuperação do conceito de ontologia hoje propõem uma agenda reflexiva na qual seja revogado o protagonismo do sujeito tradicional kantiano, nas suas diversas formas, em busca de um movimento antinarcísico radical (CORRÊA; BALTAR, 2020, p.159).

Dessa forma, essa base kantiana de que a realidade somente pode ser apreendida e construída a partir da subjetividade do sujeito cognoscente não tem mais a mesma pujança de outrora, pois no âmbito da filosofia pós-contemporânea a realidade é tida como independente da correlação do homem com o seu objetos, estes tem sua própria realidade independente do homem, e na seara antropológica atual, a ontologia tem por objetivo a alteridade em que deva

¹⁵ O termo “não humanos”, por vezes adotado ultimamente por “outros mais que humanos”, envolve objetos, fenômenos da natureza, animais, plantas, seres imaginários ou imateriais. Tais elementos são abordados por Bruno Latour (2012) como actantes em sua teoria ator-rede, bem como por Anna Tsing (2013) que enfatiza a sociabilidade e as relações entre esses elementos como componentes de uma paisagem, não se restringindo apenas as relações humanas. No caso em tela, a paisagem é a Ilha de São Vicente e as relações entre quilombolas, rios, plantas, animais e objetos que serão abordadas mais adiante.

ser levado a sério as formas como culturas não ocidentais constroem e apreendem suas realidades.

Portando, enfatizar e valorizar essas cosmovisões e ontologias como condições necessárias para desenvolver a pesquisa é muito diferente do que ocorre comumente em trabalhos dessa natureza: o conhecido “dar voz a comunidade”. Esse “dar voz” muito presente nos objetivos de muitas pesquisas, ainda que não seja a intenção de muitos pesquisadores, me soa como algo preconceituoso e estereotipado, ou seja, aquilo que Marilyn Strathern (2017) chama de espantinho, trazendo consigo resquícios e anacronismos de uma antropologia evolucionista que de alguma forma ainda sobrevive e que parece hodiernamente pôr em xeque a capacidade intelectual dessas comunidades falarem por si mesmas. As comunidades quilombolas, sobretudo no contexto atual globalizado, não são meramente o “outro” passivo, mas interlocutores críticos e influenciadores.

Dessa forma, o processo epistêmico partiu das relações intersubjetivas minhas, enquanto pesquisador e dos interlocutores sobre a comunidade:

Torna-se necessário conceber a etnografia não como a experiência e a interpretação de uma “outra” realidade circunscrita, mas sim como uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois – e muitas vezes mais – sujeitos conscientes e politicamente significativos. Paradigmas de experiência e interpretação estão dando lugar a paradigmas discursivos de diálogo e polifonia (CLIFFORD, 2014, p.40).

Essa abordagem dialógica e polifônica envolvendo o ético e o êmico foi a via que me possibilitou compreender e levar o “outro” a sério ao pensar, analisar e refletir territorialidade e território. Portanto, essa característica intercultural resultou em uma invenção, um encontro entre o ético e o êmico.

Como bem pontua Roy Wagner (2010), o ponto de vista do pesquisador é sempre limitado, e que o resultado de uma pesquisa etnográfica é o que ele aprende sobre o grupo estudado a partir de sua bagagem teórica e cultural, criando uma extensão ou superestrutura, ou seja, a partir da sua cultura e da cultura do outro ele inventa o que seria uma terceira cultura como forma de compreender o grupo estudado.

Inventar nos moldes proposto por Roy Wagner (2010) é ao mesmo tempo um mecanismo de apreensão da realidade e mediador entre a minha cultura e a da comunidade quilombola, aliás como bem diz o autor, a antropologia deve ser mediadora, e é também o que defendo e busquei apresentar aqui, fazer uma antropologia que parta da ontologia quilombola, mas sem almejar representar estritamente o significado que os quilombolas atribuem a sua cultura, pois poderia desembocar numa caricatura, uma vez que eu não sou um deles, e por

outro lado, ficar atado aos conceitos e teorias sobre território e territorialidade excessivamente batidos e debatidos no âmbito das ciências humanas e jurídicas sem levar a sério a ontologia e a singularidade da comunidade quilombola da Ilha de São Vicente, incorre-se no risco de reproduzir uma autoimagem da nossa cultura estritamente acadêmica ocidental, onde falamos mais de nós do que dos “outros”.

Isso não implica que esse encontro entre o ético e o êmico presente nesta escrita etnográfica seja necessariamente sempre harmonioso, pois em alguns momentos há tensões, divergências conceituais e de categorias oriundas de cosmovisões diferentes do pesquisador e do pesquisado, mas como bem escreveu Antônio Bispo ou Nego Bispo, conhecida liderança quilombola do Piauí, podemos transformar “[...] as nossas divergências em diversidades, e na diversidade atingirmos a **confluência** de toda as nossas experiências.” (2019, p.91, grifo nosso). Confluir é associar saberes.

Destarte, ao longo de todos os capítulos deste trabalho o que busquei foi uma escrita mediadora, inventiva marcada por uma confluência de saberes, ainda que em alguns capítulos se sobressaíssem mais teorias e conceito de ordem acadêmica, em outras partes conceitos, teorias e reflexões mais êmicas presentes em algumas falas indiretas ou diretamente transcritas de meus interlocutores, e obviamente em outras, sobressaíssem meus próprios posicionamentos e pontos de vistas, a partir de minhas experiências, bagagem teórica e das reflexões e interpretações oriundas da minha relação com a comunidade e com a ilha.

1.4 IMPRESSÕES, CONVERSAS E IMAGENS

Anteriormente abordei sobre as motivações que me levaram a escolher a temática envolvendo território e a comunidade quilombola da Ilha de São Vicente, mas neste subcapítulo iniciarei falando sobre o meu trabalho de campo. Como eu já havia colocado, a pandemia da covid-19 foi um complicador que atrasou a minha ida a ilha e a cidade de Araguatins, prevista inicialmente para 2021. Mesmo diante dessa adversidade, em 2022 fui à campo duas vezes durante os períodos de 13 a 19 de março e de 13 a 19 de julho.

Em ambos os períodos, para chegar na ilha fiz uma viagem de aproximadamente 625 quilômetros, saindo de ônibus do terminal rodoviário de Palmas às 19 horas, chegando na cidade de Araguatins às 6 horas da manhã do dia seguinte. A maior parte do percurso é realizado pela rodovia federal BR-153, conhecida por Belém-Brasília e também por Transbrasiliana. Ao chegar na rodoviária de Araguatins, utilizei o serviço de táxi até o pequeno porto da cidade,

onde o William Barros foi me buscar para me levar até ilha de voadeira. O percurso do porto até a ilha leva em torno de 20 minutos.

Fotografia 1 – Embarcando para a Ilha de São Vicente



Fonte: Herbert Costa Levy, julho/2022

Fotografia 2 – Chegando na Ilha de São Vicente



Fonte: Herbert Costa Levy, março/2022

Esses períodos foram importantes para ver, sentir, analisar e pensar a ilha em dois momentos distintos, pois na primeira viagem, o Rio Araguaia ainda estava cheio e na segunda, ele estava seco e esse binarismo seco/cheio promove mudanças dentro da comunidade afetando suas relações envolvendo seres humanos e não humanos como será discutido mais adiante, onde o rio dita o ritmo a partir da ausência e da presença da chuva na região.

Essa experiência empírica em ambos os períodos suscitou em mim sentimentos, impressões e pontos de vista que foram basilares e importantes para a construção de dados como parte de um processo analítico que culminou nesta dissertação. No entanto, aqui eu também vou enfatizar essas impressões por um viés mais pautado pela sensibilidade de forma menos analítica e estruturada ao ir em campo nesses períodos.

Posso dizer que uma das minhas primeiras impressões sobre a comunidade quilombola ao chegar na Ilha de São Vicente em março de 2022, foi a de um ambiente um pouco triste e menos efervescente do que quando estive em 2013, embora a receptividade alegre e acolhedora comigo se mantivesse, especialmente por parte de William Barros, que me hospedou e de dona Maria da Luz, sua mãe e viúva de seu Salvador, cuja casa é próxima a do seu filho e onde fazia as minhas refeições.

Percebi que essa atmosfera mais pesada tinha como causas eventos locais e globais. No âmbito local, os falecimentos de seu Salvador Barros aos 81 anos, em 2017 e dona Maria Barros Noronha aos 90 anos, em 2018, afetaram a comunidade quilombola, pois eram pessoas que ao longo de décadas mantiveram viva a memória, os festejos e as histórias que concorreram para manutenção e coesão da comunidade. No âmbito global, a pandemia da covid-19 que se originou na China e se alastrou no mundo também afetou diretamente a comunidade quilombola, ocasionando as mortes de Fátima Barros e de seu irmão Raimundo Barros, ambos faleceram em 2021 com diferença aproximada de uma semana, sendo Fátima Barros uma das lideranças mais atuantes da comunidade.

Com o falecimento de Fátima Barros, o movimento quilombola da comunidade teve suas lutas e ações reduzidas abatendo a todos, especialmente as lideranças mais novas, ressaltando que além disso, a covid-19 também concorreu para o arrefecimento do movimento ao praticamente isolar os moradores quilombolas da Ilha de São Vicente durante o período de 2020 até início de 2022, pois durante esse tempo os festejos e as visitas feitas às comunidades por parentes foram reduzidas e as visitas de alunos e professores de escolas e universidades que eram muito frequentes não ocorreram, sobretudo porque partes das doze famílias que residem na ilha são compostas por pessoas idosas, sendo esta faixa etária mais suscetível a contrair o vírus.

Apesar dessas situações que abalaram a comunidade, em março de 2022, o contágio e o número de óbito causados pela covid-19 diminuiu bastante em virtude da eficácia das vacinas, o que tornou possível realizar minha primeira ida a campo ainda que com atraso, e paralelamente ao clima melancólico, percebi ao mesmo tempo a vontade de retomar o movimento, pois uma jovem liderança, Helisana Barros, 25 anos, sobrinha de Fátima Barros, me falou que a comunidade se reuniria ainda em março de 2022 para se reorganizar e retomar alguns encontros, reuniões e atividades da associação, sobretudo tratativas para a escolha do presidente dessa associação.

Ao retornar a ilha em julho, fiquei novamente na casa de William Barros. Nesta minha segunda viagem, a comunidade já havia se reunido e escolhido a nova presidente da associação, Silvanei Barros Rocha e percebi de imediato que a comunidade já estava mais animada e com a esperança renovada, pois devido a covid-19, por mais de dois anos não aconteciam as reuniões presenciais e as ações promovidas ficaram praticamente paradas. Nesse período percebi que a ilha estava mais movimentada e os membros da comunidade que moram na cidade estavam mais presentes em seus lotes, pois nesta época muitos estão de férias escolares e de seus

trabalhos, inclusive parte dos 35 lotes e o caminho que os unem estava mais limpo e cuidado do que na minha ida anterior.

No mês de julho o Rio Araguaia está mais seco, surgindo assim na ilha e ao longo do rio, praias que atraem pessoas da região e de outras cidades, sendo marcadamente um dos meses mais importante para Araguatins e para a comunidade, pois o maior fluxo de pessoas em razão das praias fomenta o turismo e economia local, especialmente através do festival da Praia do Ponta, situada entre o porto da cidade e a Ilha de São Vicente, promovido pelo poder público local. Assim, em julho, tanto a ilha quanto a cidade estavam mais agitadas e movimentadas.

Em suma, senti que de março para julho a atmosfera mais pesada foi cedendo espaço para outra mais leve, marcada essa transformação não somente pela escolha da nova presidente e do novo corpo gestor da associação ocorrida em junho, mas também pelo primeiro encontro de famílias quilombolas ocorrido no dia 24 de julho, evento que por mais de dois anos não ocorria, reunindo parentes que moram na ilha, na cidade de Araguatins e de outros municípios, onde além de se confraternizarem, discutiram ações a serem realizadas pela associação e também filiaram novos membros.

Em ambos os períodos de trabalho de campo conversei com vários membros da comunidade que moram na ilha, outros que moram cidade de Araguatins e ainda alguns que moram na cidade de Imperatriz, no Maranhão e no município tocantinense de Augustinópolis, mas que também estavam em Araguatins.

Contudo, talvez fosse auspicioso também conversar com outros moradores não quilombolas¹⁶ da ilha e da cidade no intuito de apreender a partir de seus pontos de vista, por exemplo, a forma como compreendem a ilha nos seus aspectos territoriais e sobre as suas relações com a comunidade quilombola moradora da ilha e da cidade, mas optei por não fazer para evitar e não fomentar possíveis conflitos, já que há um histórico de ameaças contra ela, sobretudo contra a família do patriarca, já falecido, seu Salvador Barros, que sofreu despejo em 2010, sendo este o ápice do conflito com o fazendeiro vizinho como será visto neste trabalho posteriormente

Cabe salientar de antemão, conforme pude constatar nos dias em que estive na ilha e a partir das conversas que mantive com a comunidade quilombola, que a maioria dos moradores não quilombolas não teve e não tem uma relação de animosidade com ela, inclusive alguns mantém mesmo uma relação de amizade. Mesmo assim, preferi não conversar ou entrevistar

¹⁶ Os moradores não quilombolas da Ilha de São Vicente são alguns fazendeiros, posseiros e grupos chamados de “ribeirinhos” ou “pescadores” que chegaram na ilha a partir de 2010 e ainda continuam a chegar. Sobre eles falarei mais adiante.

peças fora da comunidade, pois atualmente, depois do despejo e do conflito de 2010, o ambiente tem sido marcado por uma relativa calma, mas ainda há processo na justiça envolvendo a comunidade e o fazendeiro vizinho conflitante¹⁷.

Para não afetar esse período de relativa calma, me restringi a conversar somente com os membros da comunidade e a circular somente na área que eles costumam transitar, cultivar, extrair...viver. Essas conversas eram muitas vezes gravadas, mas não as considero como entrevistas no sentido de um mero jogo de perguntas e respostas, pois apesar dos questionamentos, assuntos e temas por mim suscitados seguirem um planejamento, na prática esse roteiro previamente elaborado não era uma camisa de força, de modo que eles desembocavam também em outros temas e assuntos não previstos, seja por causa de novas ideias e questões que surgiam para mim a partir da fala do meu interlocutor, seja porque ele também direcionava a conversa para searas do seu interesse.

Como exemplo do que coloquei acima, eu perguntei para alguns interlocutores quais os animais mais comuns da ilha. Depois de citarem alguns animais como a anta e o veado, eles naturalmente em seguida já foram falando que muitos animais, de caça ou não, estão desaparecendo da ilha em virtude do aumento do número de invasores chamados de “ribeirinhos” ou “pescadores” que espantam os animais com suas técnicas de caça inadequada nas áreas que a comunidade costuma caçar, além do risco de que no futuro esses invasores possam dificultar a comunidade usufruir da ilha em sua totalidade, uma vez que ela venha a ser seu território de direito e de uso exclusivo.

Dessa forma, a partir da informação sobre os animais, foi também que descobri que os invasores mais recentes eram conhecidos por “ribeirinhos” ou “pescadores” e que estão colocando a fauna da ilha em ameaça, bem como no futuro eles podem ser óbices para o pleno usufruto do território pela comunidade quilombola. Uma conversa que se iniciou abordando os tipos de animais se desenvolveu abrangendo temas como caça, extinção, invasores e ocupação territorial. Eram conversas com um ponto de partida, mas cujo desenvolvimento se dava no fluxo do imprevisível e do não programado, dando liberdade aos interlocutores, permitindo-me colher como resultado final dessas conversações uma gama de perspectivas, assertivas,

¹⁷ Ao longo desse trabalho não irei citar o nome do vizinho da comunidade que ensejou o conflito, irei me referir a ele como “vizinho conflitante” ou “fazendeiro conflitante”. Na realidade esse vizinho, até o presente, foi o único que a comunidade teve uma relação conflituosa, e com os demais vizinhos e outros moradores não quilombolas da ilha, ela mantém três tipos de relações: amistosas, de pouco contato e nenhum contato. O nome do vizinho conflitante é conhecido por todos na ilha e por parte da cidade, seu nome está também presente nos relatórios publicados pelo INCRA.

contradições, reflexões, descrições e conceitos, abrindo assim, maiores possibilidades de reflexão e construção dos meus dados.

Além dessas conversas gravadas e frouxamente roteirizadas, haviam conversas cotidianas sem nenhuma relação a priori com o objetivo da pesquisa, o que fez com que eu me tornasse mais íntimo e criasse vínculos de amizade com algumas pessoas da comunidade. Gravei algumas conversas com a dona Maria da Luz voltadas para a pesquisa, mas boa parte delas não eram gravadas e não tinham diretamente nada a ver a princípio com a pesquisa em si. Ficávamos muitas vezes conversando sobre a ilha na cozinha ou na sala, sobre situações e histórias jocosas, falávamos acerca de nossas vidas com seus dramas e alegrias, e também comentávamos sobre os fatos dos noticiários e as cenas das novelas mexicanas e brasileiras enquanto assistíamos televisão.

Eram essas conversas à mesa, na cozinha ou sentado no sofá da sala que me permitiu conhecer um pouco melhor as relações ecológicas que caracterizam a comunidade no contexto da ilha, pois dona Maria da Luz falava da dificuldade de viver “na” e “da” ilha com a família que era sustentada pelo babaçu e pelo paú e das ameaças que sofria no passado pelo vizinho conflitante que a intimidava para que saísse da ilha, culminando no conflito de 2010, e ao mesmo tempo, também falava do bem estar que a ilha lhe proporcionava, pois mesmo possuindo uma casa na cidade, ela sempre preferiu morar em São Vicente e cuidar da sua horta, plantação e animais. Era entre um café e outro, em que “uma conversa puxa outra”, que compreendi, por exemplo, os antecedentes do conflito de 2010 e parte da relação da comunidade com outros elementos da ilha, pessoas de dentro e fora da comunidade, animais, o rio, o babaçu, o barco, a covid-19, e mesmo a morte, independentes de sua materialidade ou imaterialidade, como abordarei mais adiante.

Fotografia 3 – Conversas à Mesa



Fonte: Herbert Costa Levy, março/2022

Em todos esses momentos, quase sempre estavam presentes seus filhos, e algumas vezes, outros familiares que moram na ilha e/ou na cidade que lhe visitavam com frequência. Além da dona Maria da Luz, mantive conversas dessa natureza com William Barros e com o seu tio Pedro Barros, que mora no outro extremo da área da comunidade em relação à casa de dona Maria da Luz.

A casa do William fica no mesmo lote onde mora sua mãe, era lá que eu dormia em uma rede e fazia minhas anotações e reflexões numa pequena mesa que mantinha na varanda, aproveitando para esclarecer e sanar com ele algumas dúvidas que surgiam a partir das minhas impressões e informações que eu obtinha sobre a ilha e a cidade. Era também nos momentos antes de dormir ou quando eu não estava pesquisando, que ele falava do seu trabalho na voadeira transportando pessoas e no barco escola em que leva as crianças e jovens da ilha e proximidades para estudarem na cidade. Essas conversas muitas vezes giravam em torno do seu trabalho, quase sempre histórias engraçadas, mas sempre histórias que me permitam saber um pouco mais sobre sua vida, a vida das pessoas da ilha e sobre o rio.

Seu Pedro foi outro interlocutor com quem conversei bastante, algumas dessas conversas foram gravadas, outras não. Foi ele quem andou comigo pela área onde está situada a comunidade e em alguns locais próximo aos lagos, me apresentando a alguns moradores da

comunidade que residiam na ilha, bem como me mostrou cada lote, falando sobre quem morava ali, o que cultivavam e criavam. Nos encontrávamos algumas vezes na casa de dona Maria da Luz, na do William e na sua, mas boa parte de nossas conversas era no seu roçado e na área em torno de sua casa cercada de pomares, seus orgulhos e onde pude compreender melhor a relação da comunidade com a ilha, o seu rio, sua fauna, sua flora e um pouco mais sobre a origem da comunidade, sobre a ocupação da ilha e sobre a vida dele dentro e fora da ilha.

Fotografia 4 – Conversas com William Barros e seu Pedro, dono da Chácara Deus é a Verdade



Fonte: Herbert Costa Levy, março/2022

Também mantive conversas importantes com outros membros da comunidade que aparecerão direta e indiretamente ao longo deste trabalho que foram de suma importância para descrever a ilha, situações, relações e construir meus dados e reflexões. Dentre elas: Miguel Batista Barros, 66 anos, ex-presidente da associação quilombola da comunidade e sua filha Helisana Barros, 25 anos, uma das jovens lideranças; Silvanei Barros Rocha, 37, anos, atual presidente da associação quilombola, e seu esposo Valdeir Rodrigues da Silva, 37 anos; Rosângela de Souza Barros, 30 anos, ex-presidente da associação quilombola; Jovenilson Barnabé Noronha, 31 anos, atual vice-presidente da associação quilombola; Jorlando Ferreira Rocha, 40 anos, liderança da comunidade.

Além dos membros mencionados, falei com outras pessoas da comunidade, mas eram conversas rápidas, pois algumas delas, no momento do encontro, estavam trabalhando nas suas roças ou envolvidas com outros afazeres. Em algumas situações também houve desencontros, pois muitos vivem entre idas e vindas à cidade, fazendo com que eu não conseguisse encontrá-las em suas moradias. Mesmo assim, essas situações foram importantes para sentir o ritmo da ilha e da relação ilha/cidade.

Esses encontros eram às vezes marcados, outras vezes contingenciais, como por exemplo, as conversas que mantive com algumas pessoas da comunidade, que embora morassem na cidade de Araguatins e em outros municípios, encontravam-se justamente no período em que eu estava na ilha, na própria ilha, ou na cidade, de modo que aproveitei a ocasião de suas visitas para ampliar a quantidade de interlocutores.

Ao não abordar meus interlocutores utilizando questionários ou entrevistas abertas e fechadas, mas através de conversas planejadas e roteirizadas - porém não presas e fixadas em um conjunto perguntas enumeradas e previamente estabelecidas de caráter hermético ou restrito a um único assunto – e conversas que a princípio não tinham relação direta ou intencional de atender aos objetivos deste trabalho, se assemelha muito com os acasos que compõe os processos de criação artística descrito pela artista plástica Fayga Ostrower¹⁸ :

Após imprimir minhas gravuras, faço sempre a limpeza das matrizes. Costumo colocar as chapas que foram utilizadas em cima de jornais velhos, jogo um pouco de detergente sobre as matrizes, a fim de diluir os restos de entintagem, e as enxugo com trapos e papéis. Tudo em volta da chapa fica imundo, encharcado de misturas de tinta e, no final, o monte de papéis vai direto para o lixo. Faço isto a anos. Mas um belo dia parei no meio da limpeza. Entre as dobras dos jornais amassados e cobertos de verdadeira lamaceira, de repente saltou-me aos olhos uma mancha cintilante de cor, como se fosse um leque que se abria diante de mim, Era fascinante! Fiquei olhando para ela. Não que na hora eu ainda pudesse fazer algo de concreto com esta forma, salvando-a da sujeira e do lixo que se encontrava. Joguei tudo fora. Mas a mancha eu a tinha visto. Ela me abalou profundamente. Doravante, ocuparia um lugar nos meus pensamentos e um dia, talvez reapareceria em alguma gravura como novo elemento de composição (2014, p.1).

Nesse sentido, as questões por mim suscitadas nas conversas não se encerravam em si mesmas, eram frouxamente roteirizadas, eram marcadas por diálogos em que busquei mais fluidez - ouvir mais do que ao falar - como forma de levar a sério os meus interlocutores, e

¹⁸ Ela foi uma artista plástica que nasceu na Polônia que veio com catorze anos de idade morar no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro. Era pintora, gravadora, ilustradora, desenhista, teórica da arte e professora. Expôs seu trabalho artístico em no Brasil e em diversas partes do mundo, ganhando várias premiações aqui e em bienais de outros países. Suas obras estão presentes em importantes museus brasileiros, europeus e da América latina. Lecionou nos Estados Unidos, Inglaterra e em diversas universidades brasileiras como professora de pós-graduação. Foi presidente da Associação Brasileira de Artes Plásticas. Publicou livros e artigos sobre arte e criação artística.

assim criar espaço e liberdade para que surgissem falas sobre temas, assuntos, ideias, reflexões, assertivas, contradições não previstas, imaginados ou controlados por mim, ou seja, criou-se uma seara fértil para o surgimento do acaso a partir dessas falas, que assim como a mancha cintilante percebida ao acaso pela artista, tonaram-se fontes e inspiração para a construção e composição criativa deste trabalho, pois originou reflexões, impressões, perspectivas, pontos de vista e *insights* que apareceram no momento da conversa e reapareceram posteriormente durante o processo de escrita já no ambiente do meu apartamento, mas que jamais se apresentariam ou reapareciam a mim se na minha abordagem eu tivesse utilizado questionários ou feito entrevistas roteirizadas com questões fechadas, direcionadas e sequenciadas guiadas por um sentido e interesse próprio sem espaço para o sentindo e o interesse do outro.

O acaso, o não previsto das manchas cintilantes e das falas fluidas que podem inspirar respectivamente a composição e a criatividade do artista e do etnógrafo, por mais paradoxal que possa parecer à primeira vista, não é aleatório e nem totalmente inesperado:

No instante mesmo que o acaso surge em nossa atenção já o imbuímos de conteúdos existenciais, ligando-o a certos desejos e esperanças, a uma razão íntima e plenamente significativa para o nosso ser. Nunca se trata, então, de acontecimentos aleatórios, no sentido de não estarem relacionados com a pessoa que os percebeu. Antes, pelo contrário, devemos entender que, embora jamais os acasos possam ser planejados, programados ou controlados de maneira alguma, eles acontecem às pessoas porque de certo modo *eram esperados*. Sim, os acasos são imprevistos, mas não são de todo inesperados – ainda que numa *expectativa inconsciente* (OSTROWER, 2014, p.4).

Retomando o exemplo já abordado, em que perguntei a alguns interlocutores sobre quais animais viviam na ilha e terminei por conhecer a existência de invasores da ilha conhecidos por “pescadores” ou “ribeirinhos”, foi uma descoberta, algo imprevisível, mas por outro lado não era totalmente inesperado, pois ao dar espaços às falas eu sabia que estava criando um campo de possibilidades que ultrapassaria meu questionamento inicial, tanto que trouxe a lume uma gama de outras informações não restritas a fauna.

Além das impressões e conversas com meus interlocutores, no processo de desenvolvimento deste trabalho foram de vital importância as fotografias, mapas e outras figuras, as quais irei me referir de forma generalizante como imagem, compreendendo este termo como forma de representação, reprodução e imitação de objetos, pessoas, paisagens e cenas. No entanto, as dezenas de imagens aqui presentes não é um registro passivo de momentos ou um mero recurso ilustrativo.

A leitura do texto precisa das fotos para adquirir sentido. A leitura das fotos depende das informações que os autores apresentam para se constituir como narrativa

etnográfica. O estabelecimento dessa relação dialógica entre texto e imagem não é uma tarefa simples, ainda mais se pensarmos na problematização que Mead e Bateson fazem do próprio caráter ontológico da imagem. Para ambos, a imagem é polissêmica: se, por um lado, ela tem a capacidade de evocar e elucidar coisas que o texto não consegue expressar, por outro, ela é por demais aberta e precisa de um discurso que o pesquisador quer desenvolver (BARBOSA; CUNHA, 2006, p.31-32).

Na citação acima, os autores fazem referência ao livro *Balinese Character: Photographic Analysis*, cuja ênfase está voltada para a fotografia, sendo uma referência para o campo da antropologia visual. Embora o meu trabalho não tenha a mesma ênfase e nem objetivo semelhante, penso que em boa parte dos trabalhos antropológicos em que há textos e fotografias, as imagens também têm por finalidade tornar mais clara a escrita e vice-versa, contudo, essa relação dialógica envolvendo imagens e textos não se restringe a essa via de mão dupla como forma de dar conta de uma realidade.

Essa via de mão dupla não é fechada e nem única, já que sempre é possível encontrar outras vias, outros fluxos, uma vez que mapas e fotografias são polissêmicos e não passíveis de serem controlados pela intencionalidade do autor, assim como uma obra de arte, um livro, um filme ou uma peça de teatro, que apesar de trazerem consigo, às vezes, de forma explícita mensagens e intencionalidades de seus criadores, ao entrar em contato com a crítica e com o público elas podem ser irrelevantes ou de pouca importância, dando margem e abrindo caminho para outras interpretações e sentidos não imaginados ou díspares do objetivo e da estética do artista criador.

Parte de mais de uma centena de fotografias registradas por mim em meu *smartphone*, não foram utilizadas somente para ilustrar, descrever e explicar de forma objetiva um cenário, um tema ou uma ideia, mas ao contrário, muitos dos cenários, temas e ideias surgirão e foram construídos a partir do registro fotográfico, sendo alguns desses registros motivados por um senso estético subjetivo que *a priori* nada tinha a ver com a pesquisa. Dessa forma, as imagens são sempre rebeldes, elas não se limitam a essa via de mão dupla de explicar o texto e ao mesmo tempo serem explicadas por ele, neste trabalho as imagens e toda sua potencialidade semiótica foram fontes de temas, assuntos, olhares e não apenas meras ilustrações.

Fotografia 5 – Salvador Barros/Ciclo da vida



Fonte: Herbert Costa Levy, março/2022

Como exemplo do que expus no parágrafo anterior, vemos na fotografia acima dona Maria da Luz com o seu neto Salvador. No momento em que registrei os dois não havia nada relacionado com o objetivo da pesquisa, fui movido a registrar o momento porque achei muito bonita a relação afetuosa, paciente e cuidadosa da vó com o neto, foi um momento puramente estético em que tentei captar a ternura, mas ao olhar depois algumas vezes para foto eu vi nela o ciclo da vida, renovação, crescimento da comunidade da Ilha de São Vicente e esperança de que a sua luta por melhores condições de vida, principalmente a luta pela ilha toda como o seu território, iria ter continuidade, isso foi também parte da base de inspiração do meu construto analítico sobre o ciclo histórico territorial envolvendo passado, presente e futuro que será discutido no próximos capítulos, ou seja, não era só ternura, ou então era ternura e algo mais, a fotografia que não estava prevista para compor este trabalho findou por compô-lo.

Após discorrer sobre as motivações, descrição contextual da pesquisa e processo epistemológico, no capítulo dois tratarei do construto analítico que chamo de “Ciclo Histórico Territorial”, que surgiu ao me debruçar sobre a situação fundiária ao longo do tempo, desde o passado, 1888, quando os ancestrais recebem a ilha como “doação”, sua ocupação por não

quilombolas até o limiar do século XXI, o momento atual onde faço uma abordagem sobre o conceito de quilombo, os conflitos na ilha e os impactos da covid-19.

O capítulo três é uma continuidade do capítulo anterior com o foco mais voltado para o futuro onde discuto territorialidades, multiterritorialidade e territórios inspirado nas ideias e reflexões de autores como Paul Little, Rogério Haesbaert da Costa e filósofos como Deleuze e Guattari que trabalham território de forma fluida e aberta, envolvendo também as relações de caráter ecológico englobando elementos como o Rio Araguaia, o babaçu e os animais, utilizando ainda autores como Tim Ingold e Bruno Latour para falar das relações entre as “coisas” que compõe a ilha. Por fim, serão respectivamente tratados o processo de regularização do território, a importância de Fátima Barros como liderança e o futuro território.

O quarto e último capítulo são as considerações finais, o mais sucinto, sendo ele um apanhado e uma reflexão geral sobre os capítulos anteriores.

2. CICLO HISTÓRICO TERRITORIAL

Ao analisar a comunidade quilombola Ilha de São Vicente, partindo da sua trajetória histórica desde a origem, identifiquei três partes que constituem um processo que chamo de “ciclo histórico territorial”. A ideia de ciclo parte de uma série de situações envolvendo a ocupação da ilha, cujo início se dá com o fundador ancestral da comunidade, Henrique Julião Barros, ex-escravizado, que recebeu em 1888 a ilha do seu antigo dono, Vicente Bernardino Gomes, mas em seguida a ilha começa a ser gradativamente ocupada por fazendeiros e outros ocupantes não quilombolas, se estendendo este processo de ocupação até o presente, o que fez com que os descendentes do fundador ancestral ficassem confinados em uma área de apenas 1,3% da ilha. Embora esse confinamento persista, existe a esperança de que a ilha possa no futuro ser usufruída em sua totalidade apenas pelos descendentes de Henrique Julião Barros, se de fato o processo de regularização fundiária realizada pelo Governo Federal tramitar de forma célere.

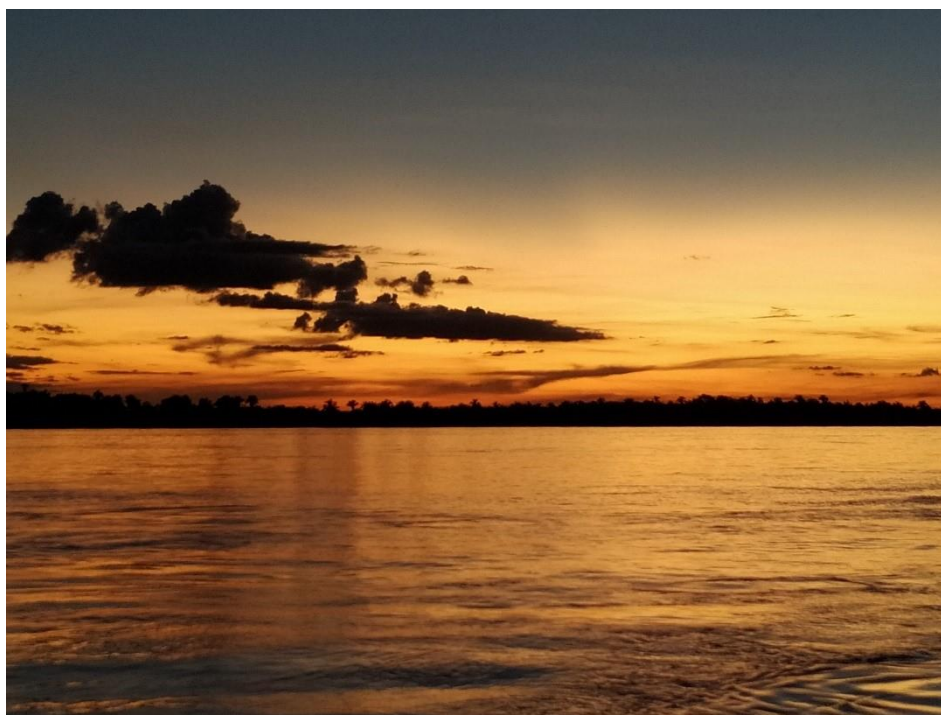
A sequência desse ciclo pode ser compreendida de forma mais direta: 1º) Havia um território (passado); 2º) O território foi reduzido e fragmentado com a maior parte das famílias vivendo fora da ilha (situação do passado que se estende até o presente); 3º) Mesmo a comunidade confinada numa pequena parte da ilha, atualmente há a possibilidade da ilha ser reterritorializada pela comunidade (futuro). A expectativa é que esse ciclo histórico territorial possa ser encerrado ainda nesta década e a comunidade deixe de estar confinada nos seus 32 hectares, de forma que possa de fato e de direito, habitar e viver a ilha na sua integralidade (contexto presente que se projeta numa situação futura, com a esperança de que a ilha possa ser totalmente da comunidade como um dia ela foi do casal ancestral fundador).

Esse “ciclo histórico territorial” foi resultado de um construto analítico sobre a situação fundiária da comunidade quilombola ao longo do tempo, onde outros ciclos são vividos, orientam e dão sentidos à vida deles, como o ciclo que envolve o Rio Araguaia com seus períodos de seca e cheia que implica, por exemplo, em uma maior ou menor quantidade de peixe, ou na facilidade ou dificuldade em navegá-lo. Outro ciclo, o da vida, me traz à memória uma fala¹⁹ de Antônio Bispo, conhecido por Nêgo Bispo, liderança quilombola do Piauí, de que nós somos água e quando morremos essa água se mistura com a terra e depois evapora, de forma que nós vamos chover em outros lugares, como na África, por exemplo, ou seja, a vida não finda com a morte, mas se renova por ela.

¹⁹ Fala proferida na conferência de encerramento do III Simpósio de Antropologia (III SIMPANTRO/UFPI), ocorrido no período de 03 a 05 de 2021.

Se o falecimento dos mais idosos e lideranças envolvia a comunidade numa certa aura de tristeza, por outro a comunidade estava crescendo e se renovando em 2022, marcado pelo nascimento de Salvador em fevereiro, neto do seu Salvador Barros e membro mais novo da comunidade, fazendo parte da sexta geração de quilombolas da Ilha de São Vicente, ou seja, a comunidade vai continuar, mas a questão é: como será essa continuidade se a área que dispõe atualmente corresponde a apenas 1,3% da Ilha?

Fotografia 6 – O Rio Araguaia ao pôr do sol/Ciclo do rio



Fonte: Herbert Costa Levy, março/2022.

Os ciclos do rio, da vida, das estações, do plantio são parte da comunidade e da própria ilha, eles são continuidade e renovação, mas o ciclo histórico territorial não deve ser compreendido como algo que deva ser contínuo, mas sim que deva ser encerrado. Esse ciclo pode ser qualificado, baseado na sequência acima, como pernicioso, pois desde 1888, quando a ilha foi recebida como “doação”, já são 134 anos que a comunidade vem perdendo espaço nela, de forma que ele deve ser encerrado, para encerrar também o clima de conflito, ora explícito, ora velado que aflige os quilombolas da ilha.

Os desdobramentos desse ciclo histórico territorial envolvem a sequência temporal passado-presente-futuro (que me levou a desenvolver os demais subcapítulos e o capítulo 3) marcada pelo anseio da comunidade de que no futuro a ilha seja totalmente de seu uso e habitar, tal qual no passado ela foi de seus ancestrais, e assim encerrar esse ciclo, podendo ele ser

apreendido com sentido de próximo de cultura de Marshall Sahlins (2003), como uma “síntese de estabilidade e mudança, de passado e presente, de diacronia e sincronia”, na qual a comunidade quilombola na sua singularidade é literalmente uma ilha de história.

2.1 O PASSADO - A ORIGEM DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA ILHA DE SÃO VICENTE: DO MARANHÃO ATÉ GOIÁS

Conforme pontua Paul Little (2002), temáticas territoriais envolvendo povos ou comunidades tradicionais devem ser abordadas historicamente, mas mais do que isso, aqui tomo tais temáticas por um viés diacrônico, sincrônico, sempre um devir. Como já explanei anteriormente, minha abordagem envolve passado, presente e futuro, caracterizados por um ciclo negativo infundável vivido pela comunidade desde o final do século XIX vive a experiência de “ganhar” e “perder” espaço na ilha, na realidade, trata-se mais de “perder” como será visto, por isso esse ciclo histórico territorial deve ser encerrado, e que o seu final possa ser marcado por um “conquistar” de fato e de direito à ilha, mas não como os seus ancestrais fundadores que ganharam a ilha como “doação” sem reconhecimento da lei e sem segurança jurídica. Esse ciclo é diferente de outros ciclos positivos que fazem parte do cotidiano da comunidade como o da vida, o dos rios e o das chuvas, é um ciclo que a comunidade espera encerrar o mais rápido possível.

A história conhecida sobre a origem da comunidade quilombola Ilha de São Vicente se dá a partir de seu ancestral, Henrique Julião Barros, que veio de Carolina, estado do Maranhão, ainda criança como escravizado para a localidade de São Vicente, em 1868, mas antes de desenvolver essa história, é importante contextualizar a escravidão no Maranhão, pois muitas comunidades quilombolas, sobretudo aquelas mais situadas ao norte do Estado do Tocantins, como por exemplo Pé do Morro, situada no município de Aragominas, e Dona Juscelina, no município de Muricilândia, têm maranhenses como fundadores.

A introdução do escravo no Maranhão ocorre no século XVII como forma de sustentar a produção de açúcar presente na faixa litorânea, especialmente da Bahia e Pernambuco desde o período quinhentista, sendo necessário adentrar os sertões. Para tanto, Portugal incentivava a ocupação dessa região interior através das sesmarias, cujos detentores arrendavam na maioria das vezes para desbravadores, aventureiros e fazendeiros, utilizando a mão de obra escrava e indígena para derrubadas das matas, agricultura e a lida com o gado.

A atividade pecuária teve início no Maranhão através da entrada de algumas cabeças de gados trazidas pelas famílias que vieram do arquipélago dos Açores a mando da Coroa portuguesa em 1615, pois esses haviam tomado a região das mãos dos franceses, e para garantirem a posse das terras incentivaram a colonização portuguesa. Os criadores de gado tiveram sua importância na conquista do território maranhense. As primeiras fazendas de gado surgiram no sul do estado. E em 1751 a capitania já contava com oito freguesias, duzentas fazendas de gado, das quais quarenta era em Pastos Bons e trinta e cinco em Aldeias Altas. (MORENO e PIMENTEL, 2012, p.3).

A partir da ocupação do Maranhão, mormente com a introdução da pecuária extensiva, a presença negra torna-se imprescindível, não estando mais o trabalho escravo limitado aos engenhos e as zonas mais próximas do litoral, onde haviam os maiores núcleos populacionais. Essa presença, não foi pontual nessas regiões, era ingente como se verifica:

Segundo Mário Meireles (2001), a introdução de escravos africanos no Maranhão talvez tenha se dado depois de 1661, informação esta baseada numa carta do padre Antônio Vieira, que defendia a importação de escravos africanos para melhorar a situação de miséria em que se encontravam os colonos. Vindos da Guiné e de Angola, Meireles calcula que, por volta de 1779, a população do Maranhão era estimada em 78.860 habitantes, sendo a parcela de negros africanos de 40,28%, quase a metade da população; o número de mestiços era de 23,53%, e os brancos de 36,19%. Portanto, a população maranhense, no fim do século XVIII e início do XIX, era, em sua maioria, negra ou mestiça. [...] A economia maranhense era praticamente agrário-exportadora, baseava-se na cultura do algodão e do arroz, porém, esta em menor escala, e já no século XIX, na lavoura canavieira. Todas elas eram sustentadas pela força do trabalho escravo. Segundo Josenildo de Jesus Pereira (2001), baseado nas estatísticas do coronel Antônio Bernardo Pereira do Lago, em 1822, a população da província era de 152.843 habitantes, dos quais 77.914 eram escravos, ou seja, 51% do total (SILVA, R. 2014, p. 31).

Assim, o Maranhão era uma província de maioria formada por negros escravizados e muitos deles foram cada vez mais introduzidos ao centro do país à medida que expandia a produção agrícola e pecuária, e em condições semelhantes as que ocorreram com os ancestrais da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, como pagamento de dívidas como será visto adiante, bem como através de fugas para os estados do Pará e Tocantins.

Essas práticas agrícolas e pecuária de seus antepassados escravizados ainda estão presentes na comunidade:

Nós tinha muito gado curraleiro. Tudininho tinha gado aqui, meu pai tirou gado aqui pra todo mundo. Quem tinha mais gado aqui era o meu irmão Eugênio. Aí, acabou. Meu pai tinha muito gado curraleiro. Aqui, ó, todo mundo tinha gado, uns tinha cinco, outros dez, outros tinha 8, outros (esses outros eram seus irmãos) ...O meu irmão tinha quase vinte cabeças de gado, o Eugênio. Tinha leite direto. Quem tirava leite era mais a minha mãe. (Trecho da conversa com seu Pedro Barros Sobrinho, 78 anos, ocorrida no dia 14 de março de 2022).

Depois que o pai do seu Pedro Barros saiu da ilha, assim como ele e seus irmãos tiveram que sair por um período da ilha em busca de melhores condições de sobrevivência, ele e seu irmão seu Salvador Barros, ao retornarem para morar na ilha novamente, não tinham mais condições de criar gado como os seus pais e outros irmãos, pois ela já estava bastante ocupada, estando limitados a pequena área de 32 ha atualmente composta por 35 lotes. Mesmo assim, outros membros da comunidade sabem lidar com o gado, pois alguns trabalham ou trabalharam em fazendas da região. Jovenilson Barnabé Noronha é um dos moradores da ilha que sabe lidar com o gado, mas atualmente trabalha em uma madeireira na cidade de Araguatins e no futuro, uma vez a ilha tornando-se de fato um território da comunidade, ele planeja criar gado. Jovenilson, assim como todos que moram na ilha, tem uma pequena produção agrícola de subsistência com roças e hortas, e planejam aumentar essa produção. Algumas famílias da comunidade, mesmo morando fora da ilha nas zonas urbanas, costumam ter em seus quintais hortas e árvores frutíferas.

Fotografia 7 – Horta na Ilha de São Vicente



Fonte: Herbert Costa Levy, julho/2022.

O contexto que antecede a chegada dos escravizados na localidade e depois na ilha de São Vicente é em geral sem maiores detalhes, pois nessa condição de subumanidade em que se

encontravam, suas histórias e trajetórias pessoais eram irrelevantes para a sociedade escravocrata da época, restando apenas para eles a memória e a oralidade que pelo contexto em que viviam nem sempre se mantiveram preservadas. A dificuldade de estabelecer uma trajetória histórica que pudesse ser pontuada com o início na África, deve-se as características do regime de escravidão através do tráfico negreiro para o Brasil iniciado por volta de 1530. Tais características faz com a própria comunidade não pudesse traçar de fato sua ancestralidade para ir além do que já se conhece sobre a chegada de seus fundadores.

No período de 1530 até 1860 foram traficados para o Brasil mais 9.500.000 de escravizados (MATTOSO, 2016) oriundos de diversos portos na África como o de Ajudá, atual República de Benim, de onde saíram aproximadamente 430 mil escravizados, e dos portos de Luanda em Angola e Costa do marfim, saindo respectivamente 1.400.000 e 648.000 escravizados (NARLOCH, 2017). Dentro desse contexto, diversas etnias africanas findavam por misturar-se, formando um complexo heterogêneo de línguas, culturas, cores, memórias e dores:

Os filhos de escravos, ao longo de um lento processo que se arrasta por três séculos, verão gradualmente se perder no horizonte a noção de que são *jejes, ambacas, quissamas, rebolos, mbundos, mbwelas, tekes, nsundi*, ou tantas outras etnias que poderiam ser afirmadas como diferenças culturais. Esse esquecimento étnico ocorre com tanto mais força quanto se afirma emergência de uma nova dicotomia, entre outras: aquela que opõe *africanos* e *crioulos*, estes últimos constituindo o grupo dos negros nascidos já na colônia (BARROS, 2014, p. 91).

O que a memória da comunidade quilombola da Ilha de São Vicente alcança é o que está escrito no livro publicado na década de 70, “De São Vicente a Araguatins – Cem Anos de História”, escrito por Leônidas G. Duarte, sobre a cidade, como será visto no subcapítulo seguinte. Então, dos seus antepassados no Maranhão, talvez crioulos, pouco se sabe, e dos antepassados mais longínquos, que foram traficados de algum porto da África, quase nada se conhece, apenas generalidades.

2.1.1 A “Doação” da Ilha

A obra de Leônidas G. Duarte (1970), mais do que um livro sobre a cidade de Araguatins abordando seus aspectos, históricos, sociais, culturais, geográfico e naturais, no tocante ao trecho que se refere aos ancestrais fundadores da comunidade, é uma fonte documental, cuja parte intitulada “Uma dívida resgatada com os seres humanos”, mostra a chegada dos seus antepassados escravizados na Vila de São Vicente em 1869, provenientes do município de

Carolina, no estado do Maranhão, como pagamento de uma dívida no valor de oitocentos mil réis, recebida pelo fundador da localidade de São Vicente, Vicente Bernardino. Esse grupo de oito escravizados como quitação dessa dívida, era formado por dois casais adultos e seus filhos. Uma dessas crianças escravizadas, filho de um dos casais, era Henrique Julião Barros²⁰, que passa a habitar a ilha em 1888.

O livro de Leônidas Duarte ficou caracterizado como uma importante fonte documental ao subsidiar o relatório feito no ano de 2010 pela historiadora Leonídia Batista Coelho para a Superintendência de Proteção dos Direitos Humanos ligada à Secretaria da Cidadania e Justiça do governo do Tocantins. Este relatório feito pela pesquisadora ajudou a comunidade a pleitear e a obter da Fundação Cultural Palmares a certidão de comunidade remanescente de quilombo. O livro também foi utilizado na elaboração do Relatório Antropológico do INCRA²¹ auxiliando na justificativa de que a ilha de São Vicente é historicamente o território da comunidade. Por fim, a obra de Leônidas Duarte, foi imprescindível como prova material no processo judicial envolvendo a comunidade e o vizinho conflitante, ao demonstrar que a comunidade vive na ilha há mais de 130 anos (o conflito e o processo serão abordados mais adiante).

A história apresentada no referido livro é semelhante àquela que a comunidade já traz consigo na memória marcada pela oralidade, mas as instituições jurídicas e o Estado de forma

²⁰ O casal, os pais de Henrique Julião Barros era João Barros e Serafina Benedita Batista. Henrique Julião Barros casou-se com Maria Batista Barros (ela era de descendência da etnia indígena Arara) e tiveram sete filhos, um deles, José Henrique Barros, casou-se com Maria Francisca Barros, pais de seu Pedro Barros, uma das pessoas que me acolheram na ilha, e de seu irmão Salvador Barros, considerado patriarca da comunidade pelo respeito, admiração e resistência ao permanecer na ilha nas situações adversas e conflituosas. A genealogia mais detalhada se encontra no relatório antropológico do INCRA (DOMINGUES-GUEDES), no processo administrativo nº 54400.001430/2011-26. Outra informação apresentada por Leônidas Duarte em seu livro, foi a de que seu avô apelidou, ainda criança e na condição de escravo, Henrique Julião Barros de Henrique “Cacete” para diferenciar do seu filho que também se chamava Henrique e assim evitar confusão quando se chamassem ou se referissem a um dos dois.

²¹ O relatório antropológico do INCRA tanto se vale de documentos escritos, como das histórias, narrativas e reminiscências presentes na oralidade como fontes, desde que possam mostrar a existência do vínculo histórico das comunidades quilombolas com o território pleiteado, ou seja, não há hierarquia entre a palavra escrita e falada. A antropologia tem sua origem e atuação caracterizada pelo trabalho de campo etnográfico com sociedades mais elementares marcadas pela oralidade e não pela escrita, foi assim que ela se consagrou e se firmou como um ramo das ciências sociais, por isso, não foi fortuito o Estado definir a antropologia como área do saber mais adequada para estudar as comunidades indígenas e quilombolas, sociedades tradicionais que por muito tempo foram mais marcadas pela oralidade e não pela escrita. Contudo, esse mesmo Estado é por vezes controverso, pois, dentro e fora do próprio órgão responsável por produzir o relatório antropológico, há setores que por desconhecer, ou não querer reconhecer a natureza do trabalho antropológico, exigem que a antropologia erga seu trabalho a partir de uma perspectiva científica de caráter positivista ou pertinente à outras ciências, descaracterizando e negando sua epistemologia ao cobrar documentos oficiais e provas (certidões, contratos, cartas, títulos, dentre outros) em detrimento das memórias, narrativas, relatos e oralidades. Além disso, parecem não conhecerem a natureza do contexto das comunidades remanescentes de escravizados, em que a oralidade se sobrepõe a escrita conforme será explicado mais adiante.

geral, hodiernamente ainda desqualificam, inferiorizam e subvalorizam as histórias, narrativas e testemunhos dos povos tradicionais que tem como suporte a língua falada:

O testemunho permite um registro da história a *contrapelo*, para lembrar uma expressão de Walter Benjamin, já que ele é elaborado antes de tudo pelos sobreviventes, ou seja, pelos pertencentes às camadas mais desprivilegiadas da sociedade. Estes normalmente não têm suas memórias documentadas. Primeiro porque estas pessoas muitas vezes estão excluídas do sistema de educação e são analfabetas, em segundo lugar por suas histórias não fazerem parte da historiografia tradicional que se volta sobretudo para as grandes ações do Estados e dos “grandes homens”. (SELIGMANN-SILVA, 2007).

Faz-se mister levantar esse ponto, pois quando se trata da origem da comunidade, é sempre o referido livro que é evocado, sobretudo quando se trata de questões judiciais, é como se as lembranças, reminiscências, memórias, testemunhos de seu Salvador Barros, seus irmãos e primos, os mais idosos da comunidade, só tivessem valor mediante a escrita e publicação de Leônidas Duarte, que foi neto do fundador de Araguatins, ocupando cargos intendente, presidente e junta administrativa, subpromotor e promotor de justiça.

A crítica não é sobre o autor e o seu livro, pelo contrário, continuarão importantes para a história de Araguatins e da comunidade quilombola. A crítica recai sobre o fato de que as instituições governamentais e judiciárias em seus posicionamento e decisões, ignoram ou minimizam a importância do contexto histórico das comunidade quilombolas ao não levar em conta que os escravizados fundadores e muitos dos seus descendentes eram analfabetos, não fazendo parte da sua vida cotidiana as palavras escritas que caracterizam os documentos que tem por suporte físico o papel, pois documentos dessa natureza pertenciam historicamente a sociedade dominante e não a um campesinato negro com raízes na escravidão, por isso não causa estranheza ou suspeita não haver documentos oficiais, ou não, produzidos ou assinados por escravizados ou remanescentes que remonte há mais de um século e meio.

Cabe ressaltar que muitas vezes as suspeitas levantadas contra as narrativas, histórias e testemunhos presentes na oralidade deveriam também recair sobre os documentos oficiais, pois o papel também pode conter informações verídicas ou não, pois a escrita, como se sabe historicamente, foi instrumento uma sociedade letrada e dominante desde a colonização e hoje com o melhor acesso da população quilombolas a uma educação formal, ela mesma produz seus documentos e questiona o que se escreve ao seu respeito.

Tecer tais considerações é importante para abordar sobre como se deu a “doação” da ilha, pois não há documentos que comprovem tal ato por parte do fundador da cidade, Vicente Bernardino, mas na memória da comunidade e na dos moradores mais antigos de Aragominas,

a doação foi um fato como assinala Domingues-Lopes (2019). Isso fica evidente também a partir do relatório feito por Leonídia Batista Coelho (2010) que ao entrevistar o neto do fundador de Araguatins, Pedro Duarte Barros, que na época tinha 84 anos, afirmava não só que sua família reconhecia que Henrique Julião Barros e seus filhos foram os primeiros habitantes, como inclusive ele mesmo acompanhou parte dessa ocupação pelos descendentes.

Outra informação importante apresentada por Coelho (2010) foi o relato da senhora Benvinda Monteiro Correa, conhecedora da história de Araguatins, onde nasceu e viveu por toda vida, tendo na época 80 anos. Ela contou que na ilha ficou Henrique Julião Barros e seus descendentes, conhecidos por “Henriques”, a família Barros e na outra margem do Rio Araguaia, no lado do estado do Pará, ficaram provavelmente os descendentes do outro casal de escravizados conhecidos como os “Tapiocas”, a família Noronha. Coelho (2010) associa essa referência pejorativa como uma ironia criada e utilizada antigamente pela sociedade de Araguatins, ao comparar a fécula de mandioca que é branca em contraposição à pele negra da família Noronha, mas mais do que uma ironia, considero o termo utilizado, “tapioca” como uma atitude racista. Durante a minha estada na ilha e na cidade não vi e nem presenciei tal forma de preconceito, talvez porque hoje atitudes racistas são mais coibidas pela lei e intimidadas pela opinião pública e pela exposição na mídia e redes sociais.

As duas famílias descendentes dos dois casais de escravizados, os Barros e os Noronhas, mesmo estando a princípio ocupando as margens do Rio Araguaia de forma oposta, sempre mantiveram contatos e relações comerciais e sociais, pois alguns membros da família Barros foram morar no lado do Pará ou mantinha suas roças por lá, e outros da família Noronha vieram morar na Ilha de São Vicente estabelecendo laços de parentesco através do casamento.

Outro relato importante da senhora Benvinda foi gravado em vídeo pela comunidade quilombola em 2013, cedido a pesquisadora Rita de Cássia Domingues Lopes (2019) que a transcreveu, em que ela afirma que conheceu todos os sete filhos do fundador da comunidade, o primeiro morador da ilha de São Vicente, inclusive sua tia era casada com um de seus filhos, “o tio José Henrique” e que sempre passou pela ilha, ou seja, ela conheceu todos os moradores quilombolas. O relato dela foi muito importante, pois demonstrou que a comunidade vive na ilha a mais de um século. Tudo o que foi apresentado até aqui atesta que a comunidade já estava na ilha há mais de cem anos, reforçando apenas a história que sempre esteve presente na memória expressa na oralidade e testemunhos ao longo de seis gerações das famílias Barros e Noronha, sendo tais relatos e informações ratificados pela comunidade em ata de sua associação.

Mas o fato de o antigo fundador de Araguaetins ter “doado” a ilha não implica que se tratava de um mero ato de benevolência em virtude da “libertação” dos escravos em 1888, como disse Fátima Barros em sua fala em maio 2018, em uma reunião da comunidade com a participação de vários órgãos e entidades, na qual eu estive presente e assim apresento:

Então, em 1888 minha família chega aqui, numa situação que para muitos era uma terra doada, as pessoas sentiam “Nossa, ganhou uma terra!”. Se você conversar com a tia Maria, com a minha mãe e com os mais velhos, elas dizem que também era uma forma de esconder os negros, de não deixar os negros no meio dos outros, então traziam para a ilha onde ficariam mais recuados, mas de certa forma eles ficaram no território, e aí eu sempre comecei a analisar isso para não ter uma visão romantizada de tudo isso, para entender a história a luz da razão.

Fotografia 8 – Fátima Barros



Fonte: Herbert Costa Levy, maio/2018.

A fala de Fátima Barros expressa o sentido que a comunidade compreende o que foi essa “doação”, para ela foi uma forma de segregar, afastar os negros do convívio sociedade branca que mora na cidade. Se por um lado a liberdade trouxe a leveza e o alívio para os negros fundadores da comunidade quilombola, posto que já não eram mais uma peça, uma mercadoria ou uma propriedade, alimentando deste modo suas esperanças de dias melhores a partir do final do século XIX na Ilha de São Vicente, por outro não significou a libertação dos grilhões do

estigma social, deixando-os em uma condição de marginalidade, pois não houve na época nenhuma política pós-abolição no sentido de propiciar, ou ao menos de facilitar ao recém-liberto, a aquisição de terras e acesso à saúde, educação e trabalho com salários dignos. Portanto, não é forçoso ou embaraçoso afirmar que mesmo após três séculos de escravidão grande parte dos negros de modo geral, ainda continuava constringida pelos grilhões e açoites, invisíveis, silenciosos e taciturnos. Em suma, receber a ilha como “doação” no contexto da comunidade tem vários significados: esconder, apartar, separar, isolar, invisibilizar, silenciar, desumanizar...

2.1.2 A Ocupação da ilha

O primeiro habitante da Ilha de São Vicente foi Henrique Julião Barros. Na ilha ele constituiu família com Maria Batista Barros e tiveram sete filhos: José Henrique Barros, Raimunda Batista Barros, Pedro Henrique Barros, Serafim Henrique Barros, Domingas Batista Barros, Virgílio Henrique Barros e Brasilina Henrique Barros. Destes, somente José Henrique Barros permaneceu na ilha. Parte dos irmãos foram morar na outra margem do Rio Araguaia defronte à ilha, no distrito de São Raimundo, município de Brejo Grande do Araguaia, no estado do Pará, onde já morava a família Noronha. Mesmo morando na ilha, José Henrique Barros também matinha roça na outra margem do rio, em São Raimundo, portanto a vida da comunidade sempre esteve mediada pelo rio, de forma que ela própria reconhece que o território ancestral sempre foi maior do que São Vicente.

Todos os filhos de José Henrique Barros e de dona Maria Francisca Barros, netos do fundador da comunidade, foram criados na Ilha de São Vicente: Eugênio Batista Barros, Maria Batista Barros, Domingas Batista Barros, Juarez Batista Barros, Vicença Batista Barros, Salvador Batista Barros e Pedro Barros Sobrinho. Destes, eu conheci e conversei com o seu Salvador Barros em 2013 e também conversei e andei na ilha com seu Pedro Barros durante o trabalho de campo, o mais novo deles e o único que ainda está vivo. Ele conta como era viver em São Vicente:

Nós fomos criados tudo aqui, mas a renda aqui era pouca. O meu pai tinha criação de gado, gado curreleiro, aí nós ficamos trabalhando com ele, e ele não queria sair da ilha de jeito nenhum, aí nós fizemos uma casa ali no Pará (na outra margem do rio), uma casa grande, quase do tamanho dessa (fotografia 2). Fizemos uma casa no Pará e levamos ele porque ele já estava doente, mas não queria sair da ilha de jeito nenhum. Aí nós ficamos frequentando aqui, e de vez em quando a gente vinha aqui e ele doido para querer vir. (Trecho de uma conversa ocorrida no dia 15 de julho de 2022).

Seu Pedro Barros ainda contou que nessa casa construída no Pará, seu pai adoentado e viúvo, morou com sua irmã mais velha, Maria Batista Barros e seu cunhado Felipe, pois não tinha mais condições de viver na ilha. Nessa época seu Pedro Barros e seus irmãos não moravam mais na ilha²², pois tiveram que sair em busca de melhores condições de vida e mesmo não morando na ilha por um período, a família Barros nunca deixou de visitar e trabalhar nela, sobretudo seu Salvador Barros. Mesmo hoje, a ilha continua sem saneamento, saúde e educação e a energia elétrica só chegou em 2018, sendo que tais fatores ainda concorrem hodiernamente para que muitos membros da comunidade não habitem a ilha de forma efetiva.

Na época em que o pai de seu Pedro Barros era são, criava gado na ilha e cultivava roça no lado do paraense onde moravam os seus irmãos que estavam situados ao lado da área onde vivia a família Noronha, e seus familiares do lado paraense também criavam gado na ilha, assim havia uma contínua relação familiar e produtiva cruzando e unindo as duas margens como se fossem ambas localidades um único território e de fato não deixava de ser, pois o território nos moldes da comunidade quilombola não era marcado por fronteiras ou marcos rígidos, e nem a terra e a sua utilização seguiam a lógica da propriedade privada ou de exploração de recursos naturais capitalistas, as pessoas da comunidade tinham a liberdade de cultivar roças e criar seu gado sem a necessidade de cercas como limite e demarcação de sua posse. Essa foi a forma como a comunidade ocupou no passado.

O grande problema de fato surgiu a partir das formas de ocupação da ilha por moradores não quilombolas que restringiu a área da comunidade quilombola ao tamanho de apenas 32 ha. As primeiras ocupações por não quilombolas se deu na época em que José Henrique Barros morava na ilha na primeira metade do século XX. Segundo me contou seu Pedro Barros, seu Santos, que era telegrafista, pediu permissão ao seu pai e compadre para morar na ilha, e foi prontamente atendido, morando na ilha por um tempo. Depois, seu Santos vendeu sua localidade para o pai do vizinho que criou o conflito em 2010 com a comunidade, de forma mais específica com seu Salvador Barros como será visto.

Aqui só quem morava era meu avô e depois meu pai, aí depois o véi Santos “Telegrafista” ficou morando lá (na ilha). Santos vendeu pro pai do *vizinho conflitante*²³. Aí ele morreu e ficou o filho dele implicando com meu irmão aqui, o Salvador, implicando, dizendo que aqui não era dele. (Trecho da conversa com seu Pedro Barros Sobrinho, 78 anos, ocorrida no dia 14 de março de 2022).

²² Houve um período em que os filhos de José Henrique Barros e outros membros da comunidade permaneceram morando fora da ilha por questões de sobrevivência, já que a vida na ilha era muito difícil, mas seu Salvador Barros retorna de vez em 1985 para a área em que viveram seus ancestrais como será visto mais adiante.

²³ Substituí o nome originalmente falado por Seu Pedro pelo termo “vizinho conflitante”. O motivo, já foi explicado anteriormente.

Assim, como seu Santos, outras pessoas pediram permissão para morar ou criar gado na ilha, como seu Pedro Barros falou para a pesquisadora Rita de Cássia Domingues Lopes, em entrevista realizada em 2013:

O meu pai, nas eras que ele morou aqui quando vinha uma pessoa e pedia para ele: ‘Seu Zé, seu Zé Henrique, o senhor me dá um pedacinho de terra pra eu criar umas galinha, botar umas rocinha?’. Aí ele ia lá em baixo e marcarva. O Zé Gavião foi um deles. Ele colocou lá. Zé Gavião, Tomaizão, Benedito Preto, ele colocou: “Você fica aqui, num sabe?”. Aí, esses foram morrendo e foi saindo e os outros tomando de conta e aí depois que ficou esses outros e aí os fazendeiros foram comprando os direitos. Foi assim, num sabe? O meu pai nunca vendeu uma linha de terra aqui. O meu pai nunca vendeu.

As pessoas sabiam que a ilha tinha sido “doada” por Vicente Bernardino ao pai de José Henrique Barros, mas mesmo havendo o conhecimento dessa história, os não quilombolas que usufruíam da ilha, passaram a dividir algumas áreas cedidas de boa fé e a vendê-las. Essa compra de direto a que se refere seu Pedro Barros se concretizaram em algumas situações através dos chamados “contrato de gaveta”, pois conforme levantamento do RTID feito pelo INCRA, não existe no cartório de imóveis de Araguatins nenhum imóvel certificado na Ilha de São Vicente.

Outras pessoas também foram chegando e se instalando na ilha ignorando a presença da família Barros, surgindo assim inúmeras fazendas. Uma delas era de um fazendeiro chamado Moacir, e atualmente, onde se situava a sua fazenda, é um complexo de vários lotes situados ao lado da área da comunidade.

Seja através da permissão ou mesmo da invasão dos primeiros não quilombolas a adentrarem na ilha, alguns permaneceram e outros venderam suas posses a diversas pessoas na forma de loteamento fazendo com que aumentassem o número de famílias não quilombolas. Não havia como a comunidade se proteger a ilha de moradores não quilombolas, pois não tinham nenhum documento que provasse a “doação”, embora todos soubessem da história e do vínculo territorial que a família Barros tinha com São Vicente.

Hoje, as posses, áreas e propriedades ditas particulares formam uma espécie de colcha de retalhos de vários tamanhos como disse uma das lideranças da comunidade, Jorlando Ferreira Rocha:

O fundo da comunidade toda faz divisa com ele (o vizinho conflitante). A comunidade ela tá em 32 hectares, e a área dele, ele tá aí, segundo informações, com 100 alqueires, dá mais de 400 hectares. Na verdade, a ilha tem vários pequenos proprietários e grandes. Além do vizinho conflitante, têm vários grandes que têm uma porção grande

de hectares, têm outras pequenas de 5 alqueires, que chega aí a vinte poucos hectares (Trecho da conversa ocorrida no dia 17 de julho de 2022).

Assim, na Ilha de São Vicente, situados em 32 ha encontra-se parte da comunidade quilombola, cuja única saída é somente pelo Rio Araguaia, pois ela está cercada por fazendeiros e outros pequenos proprietários, embora não tenha sido encontrado no cartório de registro de imóveis nenhum documento que comprovasse a propriedade. Além desses ditos proprietários, a partir de 2010 a ilha passou ser invadida por grupos conhecidos por “ribeirinhos” e “pescadores”, como será apresentado mais adiante.

Conforme os dados do RTID produzido pelo INCRA em 2014, havia pelo menos 25 propriedades de não quilombolas, contudo a comunidade informou que esse número aumentou bastante, pois algumas dessas propriedades foram loteadas e vendidas para muitos moradores de Araguatins. Atualmente há centenas de pessoas que moram e frequentam a ilha que não são da comunidade, aumentando ainda mais depois das invasões que começaram em 2010. O número total de moradores da ilha não foi levantado, pois normalmente quem detém com mais precisão esses números é a Secretaria Municipal de Saúde de Araguatins através do agente de saúde, mas este ano não houve atuação deste servidor na ilha. Seja como for a comunidade está espremida na ilha em uma pequena faixa de aproximadamente dois quilômetros, correndo o risco, devido as ocupações contínuas da ilha, de ter o seu espaço reduzido ainda mais.

2.2 O LIMIAR DO SÉCULO XXI

Neste subcapítulo, serão abordados fatos, marcos, conceitos e relações deste primeiro quarto de século que promoveram profundas mudanças e afetaram a ilha e a comunidade quilombola. Para melhor organizar e discorrer sobre essas abordagens devido as suas diferenças e complexidades temáticas, o presente subcapítulo foi dividido em dois.

2.2.1 Quilombo, Quilombola, Remanescente de Quilombo e Comunidade: conceitos e complexidades

Os termos “quilombola” e “remanescente de quilombo” são utilizados comumente de forma equivalente por diversas comunidades quilombolas que conheço aqui no estado do Tocantins. Eles são usados formalmente e informalmente pelos membros dessas comunidades em vários momentos da vida cotidiana: falas, conversas, convites, ofícios, festejos, enfim, são

termos apropriado pela comunidade como expressão da sua identidade através da autoatribuição.

É importante apresentar a compreensão contemporânea acerca desses termos, ou seja, abordá-los pelo viés semântico hodierno, pois suas características polissêmicas também ainda fazem ecoar na atualidade conceitos anacrônicos não condizentes com a realidade dessas comunidades e nem com as políticas públicas do Estado voltadas às minorias étnicas nas últimas décadas.

O conceito dos termos “quilombola” ou “remanescente de quilombo” traz consigo a carga passada do conceito de “quilombo”:

Esse conceito composto de elementos descritivos, foi formulado como uma “resposta ao rei de Portugal” em virtude de consulta feita pelo Conselho Ultramarino, em 1740. *Quilombo* foi formalmente definido como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se ache pilões nele” (ALMEIDA, 2000, p. 47).

O conceito de quilombo ficou então associado a um grupo ou uma comunidade isolada de negros fugidos, que viviam longe do que se compreende por civilização, além disso, no século XVIII o Estado e o direito tratavam conceitualmente esses grupos como se fossem homogêneos, ignorando suas diferenças, e apesar das mudanças ocorridas no conceito de quilombo como será visto adiante, o conceito primevo propalado pela historiografia oficial e pelo Estado, ainda se refletem de forma estereotipada sobre as comunidades quilombolas atuais, uma ressonância descontextualizada e anacrônica, presente em boa parte do imaginário brasileiro

Obviamente que é natural essa existência do elo cultural e social entre o passado e o presente, contudo, essa ligação não deve significar, ou querer ser, uma transposição de aspectos e características associadas ao conceito arcaico “quilombo” ao que hoje é ser “quilombola”. A esse respeito, Eliane Cantarino O’Dwyer apresenta em sua obra o conteúdo do documento do Grupo de Trabalho da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) sobre Terra de Quilombo:

[...] o termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo ‘ressemantizado’ para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil [...] Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea, Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebeldes mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas

cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio (2000, p.18).

A comunidade quilombola da ilha de São Vicente expressa claramente essa compreensão atual, pois seus integrantes são urbanos e rurais, negros/pardos descendente de escravizados e também de não descendentes, ou seja, ela é heterogênea, portanto, não cabe mais a utilização do conceito ultrapassado de quilombo que ainda hoje recai sobre as comunidades, pois não se trata de grupos isolados, caracterizados por traços étnico-raciais específicos, mas de remanescentes que ao longo dos séculos vêm se transformando, resistindo e se mobilizando, assumindo seu papel de protagonista no processo de desconstrução desse conceito “frigorificado”, termo feliz utilizado por Alfredo Wagner B. de Almeida (2001).

Um traço dessa heterogeneidade que destaque foi identificado primeiramente pela pesquisadora Rita de Cássia Domingues Lopes em 2017 durante o encontro realizado na Ilha de São Vicente pela comunidade quilombola. Nesse encontro foi tratado e discutido entre os membros da comunidade a diferença entre dois termos identitários: “quilombola” e “remanescente de quilombo”. Assim, sucintamente ser “remanescente de quilombo” significa possuir parentesco por consanguinidade com os ancestrais escravizados das famílias Barros e Noronha, e ser “quilombola”, por outro lado, não implica necessariamente ter laços de consanguinidade, bastando para tanto, possuir laços de afinidade. Contudo, mesmo tais diferenças não se encerram nesses conceitos dualistas, pois na comunidade existem outras formas de compreensão sobre o que é ser quilombola, ser remanescente e ser da comunidade (DOMINGUES-LOPES, 2019).

Essas diferentes formas de compreensão apontadas no parágrafo anterior ficam evidentes em algumas falas e entendimentos de alguns membros da comunidade, conforme constatei quando perguntei para Silvanei Barros como era o processo de para se associar na Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas da Ilha de São Vicente (ACREQUISVI):

Pra se associar não é só os remanescentes, aí tem os outros que não são que podem se associar também. No caso eles podem se associar, como meu esposo, ele não é remanescente. Quem não é remanescente de quilombo não pode acessar algumas políticas, como a cota pra acessar a universidade. [...] É igual a irmã da dona Da Luz, a Madalena, o filho dela passou (na universidade), mas ele não pôde entrar pela cota. (Trecho da conversa com Silvanei Barros Rocha, 37 anos, ocorrida no dia 16 de julho de 2022).

A partir da fala de Silvanei Barros essa diferença fica evidente, sendo ela e os três filhos reconhecidos como “remanescentes quilombo” e “quilombolas”, ela bisneta do ex-escravizado

e fundador da comunidade, Henrique Julião Barros. Por outro lado, Valdeir Rodrigues, seu esposo, não possui parentesco por consanguinidade, seu parentesco é por afinidade estabelecido através do matrimônio, reconhecido apenas como “quilombola”, portanto ele não pode acessar por exemplo, diferentemente dos seus filho e esposa, a quota de vagas destinada pelas universidades públicas aos membros de comunidades descendentes de escravizados, pois no tocante a essa política pública específica, a comunidade quilombola da Ilha de São Vicente faz essa distinção.

Situação semelhante ao que foi apresentado acima é o de dona Maria da Luz, 62 anos, viúva de seu Salvador Barros, patriarca da comunidade, neto do fundador. Ela é “quilombola”, mas não é “remanescente de quilombo” como o seu falecido marido e seus filhos. Uma situação peculiar é que a mãe dela, irmãos e sobrinhos, mesmo não descendendo dos ancestrais fundadores da Ilha de São Vicente, por habitarem e frequentarem a ilha desde a década de 80, são respeitados e considerados “quilombolas”, eles não só fazem parte da comunidade, como também possuem lotes na ilha, mas assim como Valdeir Rodrigues, não podem acessar as vagas das universidades públicas destinadas.

Há na comunidade também aqueles que compreendem que os termos identitários “quilombola” e “remanescente de quilombos” são equivalentes, devendo ambos serem atribuídos apenas aos membros descendentes dos ancestrais fundadores, mesmo assim, aqueles que não possuem laços de consanguinidade, mas de afinidade, são considerados membros da comunidade tanto quanto os descendentes.

Por fim, há membros da comunidade que não fazem essa distinção entre ser “remanescente de quilombo”, que implica laços de consanguinidade com os ancestrais fundadores das famílias Barros e Noronha, ou ser membro da comunidade através do parentesco por laços de afinidade, sendo indistintamente todos os membros considerados “quilombolas”. Neste caso, ser “quilombola” envolve todos aqueles que fazem parte da comunidade e são associados a ACREQUISVI.

Na minha ida ao campo, a única diferença que constatei entre os membros da comunidade, conforme demonstrei acima no trecho da conversa com Silvanei Barros, foi no que tange as quotas para acessar vagas para estudar nas universidades públicas, pois neste contexto, a associação da comunidade somente emite documento atestando que uma pessoa da comunidade é “remanescente” para o requerente da comunidade quilombola Ilha de São Vicente que tem vínculo de parentesco por consanguinidade com os ancestrais fundadores, não sendo emitido o referido documento para aqueles membros que não tem vínculo por

consanguinidade. Essa diferença foi semelhante a constatação da pesquisadora Rita de Cássia Domingues Lopes (2019) em seu trabalho.

Embora, como foi demonstrado, exista algumas compreensões conceituais diversas sobre os termos indenitários “quilombola” e “remanescente de quilombo”, constatadas a partir das falas de alguns membros da comunidade, percebi que essas categorias identitárias na prática são pouco acionadas nas suas relações internas, de forma que o único contexto em que presenciei a existência dessas diferenças identitárias entre os membros foi relacionado as quotas de acesso as vagas ofertadas pela universidade pública como já foi tratado acima. Durante minha permanência na ilha e na cidade de Araguatins, em que pese esses diversos entendimentos acerca dos termos identitários por parte dos membros da comunidade, nas relações cotidianas não era perceptível essa diferença, pois todos os membros, independentemente de descenderem ou não dos fundadores da comunidade, podem igualmente, por exemplo, possuir lotes na ilha²⁴, receber cestas básicas de ações promovidas pela associação, participar e receber apoio de projetos de fomentados por Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades e órgãos do Estado, bem como participar na reuniões da associação para tratar de assuntos pertinentes à comunidade.

Mesmo na seara jurídica também não há definição quanto quem são os quilombolas e os remanescente de quilombo, como pontua Vercilene Francisco Dias²⁵:

Note-se que a Constituição de 1988, no Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), não definiu quem seriam os “remanescentes das comunidades dos quilombolas”, quando lhes assegurou o direito à terra que ocupavam. Em outras palavras, a Constituição, ao dispor sobre um direito, não identificou de forma precisa quem são seus destinatários. Não se definiu quem seriam os quilombolas ou a comunidade/território quilombola, tampouco foram estabelecidos critérios de identificação dessas comunidades ou de seus membros. Assim, ficou uma lacuna a ser preenchida pela integração do ordenamento jurídico, a partir de um viés socioantropológico, cultural e consuetudinário, que implica tanto a análise do pertencimento em nível individual e subjetivo, quanto o reconhecimento e a autonomia do coletivo em relação à identidade (2020, p.77).

²⁴ A comunidade ocupa aproximadamente 32 hectares da Ilha de São Vicente, divididos em 35 lotes, sendo que em algumas situações, o mesmo lote pertence ou é trabalhado por mais de uma família. Assim, essa área reduzida em que vive atualmente parte da comunidade não permite que o número de lotes seja ampliado de forma a beneficiar todos os membros que anseiam por uma área na ilha, de modo que algumas famílias que fazem parte da comunidade ainda não conseguiram um pedaço de terra, mas, uma vez que a comunidade consiga no futuro usufruir de fato da Ilha de São Vicente na sua integralidade, diferente da situação fundiária atual, todas as famílias da comunidade que tiverem interesse poderão de morar, habitar, viver e/ou trabalhar nela.

²⁵ Quilombola do Vão do Moleque, Território Kalunga situado no município de Cavalcante-GO. Atua como advogada da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).e Terra de Direitos.

Assim, ser “quilombola” ou/e “remanescente de quilombo” implica uma via de mão dupla em que o membro da comunidade quilombola da Ilha de São Vicente se reconhece enquanto tal e é reconhecido pela comunidade, por isso, tão ou mais importante do que os termos “quilombola” e “remanescente de quilombo” é o sentido e a importância de “comunidade” que qualifica os termos anteriores que marcam identitariamente a sua origem.

Mas também “comunidade”, em termos conceituais, é bastante complexa

Comunidade é um desses conceitos das ciências sociais que, por mais que o tempo passe, permanecem controverso. Teorias após teorias, décadas após décadas, mesmo com grandes mudanças que vivemos neste nascente século XXI – e após mudanças drásticas que transformaram o mundo do século XX –, não há ainda uma definição que seja hegemônica no debate sobre tal conceito. No entanto, seja no uso cotidiano, seja entre os teóricos sociais, comunidade é um conceito que evoca algo “positivo” (MOCELLIM, 2011, p. 106)

Mesmo diante dessa amplitude conceitual, ao menos como ponto de partida norteador sem a pretensão de adotar um conceito hermético de comunidade, é possível tomar a concepção trabalhada por Max Weber (1987) na qual a comunidade é uma relação social, cuja ação social tem por base a solidariedade oriunda dos laços emocionais e tradicionais de seus membros. O sentido apresentado está presente na comunidade quilombola Ilha de São Vicente, contudo quando tomamos um elemento importante caracterizador da comunidade como “identidade”, não devemos imaginá-la como homogênea como são vistas muitas vezes as comunidades tradicionais, ou seja, ela não é mais compreendida como “signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída [...] em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna” (HALL, 2013, p. 109-110).

Embora no passado as famílias fundadoras tenham sido marcadas por um modo de vida associado ao campesinato negro e hoje ele ainda ser presente, especialmente para aqueles que moram na ilha, hodiernamente, tendo em vista que a maior parte das famílias da comunidade vive fora da ilha em diversas cidades e em diferentes contextos urbanos e rurais, não cabe pensar em identidade no sentido homogêneo. Muitos são autônomos, servidores públicos, professores, estudantes universitários, profissionais liberais, empreendedores, dentre outros. Além disso, quanto ao aspecto religioso a maioria da comunidade é cristã dividida entre católicos e evangélicos. Quanto aos aspectos fenotípicos, há na comunidade a prevalência do negro, mas também existe a presença parda e branca.

Além das que foram expostas acima, outras diferenças poderiam ser elencadas sobre a comunidade quilombola, isso demonstra que a sua identidade é relacional, dinâmica,

heterogênea e flexível, em que seus membros se autorreconhecem como parte dessa comunidade, sendo imprescindível como alicerces mantenedores de sua coesão aos laços emocionais e tradicionais, a história e a memória, sendo esta concebida “[...] dessa forma menos como um objeto e mais como um ato (de lembrar), que conecta diversos tempos e pode desempenhar um papel fundamental na articulação de expectativas e na formação de um sentido de pertencimento a um grupo” (MELLO, 2012, p. 72). Assim, as diferenças existentes não fragilizam a comunidade, mesmo ela sendo espacialmente dispersa.

Diante do que foi apresentado existem compreensões diferentes sobre “quilombola” ou “remanescente de quilombo”, mais tais diferenças são subsumidas pelo sentido maior de “comunidade” conferido pelos seus membros, o que implica não somente os laços de parentesco por consanguinidade ou afinidade, mas também estar associado a ACREQUISV e participar da vida comunitária, ainda que muitas vezes não seja possível a todos os seus membros estarem sempre presentes nos eventos e ações, pois muitos vivem em outras cidades e mesmo na Espanha, sendo esta situação semelhante à da comunidade negra rural de Cambará no Rio Grande Sul, estudada por Marcelo Moura Mello (2012), em que morar fora da comunidade não é um problema mas uma necessidade: “Ser do lugar não é viver sempre e continuamente no mesmo local: é não perder os vínculos, voltar para *os de casa*, cuidar e *parar* na terra quando preciso”.

2.2.2 Os dois marcos da comunidade: o conflito e a covid-19

No limiar do século XXI dois acontecimentos impactaram a comunidade quilombola Ilha de São Vicente promovendo profundas transformações, o conflito no ano de 2010, em que o patriarca da comunidade, seu Salvador Barros, e sua família foram despejados da casa na ilha, que foi queimada logo em seguida, e o surgimento da covid-19 em 2020, que vitimou pessoas da comunidade e transformou a sua rotina e as formas de interação. Assim, abordarei ambos discorrendo sobre os seus reflexos e desdobramentos na vida da comunidade quilombola.

Conflitos na Ilha de São Vicente

Antes de abordar o conflito de 2010 envolvendo a comunidade quilombola, cabe ressaltar brevemente que antes houve um conflito envolvendo moradores não quilombolas da Ilha de São Vicente, de forma que o que ocorreu com seu Salvador Barros não foi o primeiro

evento envolvendo violência na ilha. Além disso, serão destacados neste tópico os antecedentes e a violência sofrida por dona Maria da Luz e seu Salvador antes do seu ápice em 2010.

Houve na ilha um primeiro conflito conhecido na cidade, mas que não envolveu nenhuma família quilombola. Esse conflito por terras envolveu duas famílias conhecidas em Araguatins que moravam na ilha e um membro de uma dessas famílias matou o membro da outra. Fazer referência a esse conflito é importante para mostrar que o conflito de 2010 envolvendo a comunidade quilombola não foi o primeiro e que na situação atual com inúmeros moradores e invasores, a eminência de um outro conflito, independentemente de envolver ou não famílias da comunidade quilombola, é fato.

Os antecedentes que desembocaram no conflito de 2010 envolvendo a comunidade quilombola Ilha de São Vicente se iniciou depois da morte de José Henrique Barros, pai de Salvador Barros, quando houve um período em que ele e seus filhos tiveram que viver fora da ilha em busca de melhores condições de vida. Mesmo tendo que viver na cidade por um tempo, seu Salvador Barros e seus irmãos nunca perderam o vínculo com a ilha, frequentavam-na constantemente, sobretudo na área em que se criaram, viviam e trabalhavam seus pais. Assim, mesmo antes de viver novamente no de 1985, na ilha de seus ancestrais, terra em que nasceu e foi criado, seu Salvador Barros e dona Maria da Luz costumavam trabalhar e a passar dias em São Vicente, época em que se inicia as ameaças e violências:

Nós trabalhava na ilha no decorrer da semana tirando palha e ele pescando e juntando adubo e ainda fazia aquelas barraquinhas de caibro no chão, botava só uma travessa de cumieira e os caibro do lado e do outro e botava um plástico, ou então fazia mesmo de palha. Quando acabava o rancho²⁶ nós ia pra rua vender as coisas pra fazer rancho de novo. Aí, tinha tempo que às vezes não dava pra chegar de dia na ilha, chegava de noite. Quando chegava eles tinham queimado casa, queimado tudo, não deixava nada. Isso era no começo quando entramos aqui. Aí ele (Salvador Barros) me explicava, dizia: Não sei porque esse povo faz isso com nós, porque isso aqui era de meu pai e de minha mãe, foi um dos primeiros proprietários daqui. (Trecho da conversa ocorrida no dia 16 de julho de 2022).

Ao morar de vez na Ilha de São Vicente em 1985, na área em que vivia seu pai, as ameaças e violências começaram a ocorrer com mais frequência e intensidade contra seu Salvador Barros e dona Maria da Luz:

²⁶ “Rancho” no sentido empregado significa uma porção de comida que uma pessoa, um grupo ou uma família vai precisar para se manter por um determinado período em algum lugar. A utilização desse termo é muito comum no estado do Tocantins. Antes de morar por aqui, não conhecia o termo com esse sentido.

Nós já estávamos na ilha quando “eles”²⁷ começaram mesmo a aprontar, já tava morando mesmo. Até quando “eles” deram para ameaçar, vir aqui de espingarda. Nós tinha a casinha de barro bem ali, já tava morando mesmo, até o irmão mais novo de minha mãe já tava mais nós, mas quem entrou mesmo junto com nós foi o Zé de Ferro²⁸ mais a mãe. “Eles” deram conselho pra nós sair porque já tinha morrido muita gente, mas meu coração sempre dizia: tem alguma coisa. Meu coração não pede pra sair, pede pra ficar. “Eles” ameaçaram muito moço, gosto nem de pensar. Tem hora que eu fico até pensando assim: o que é que eu fiz na minha vida para passar por tudo isso. No tempo que “eles” começaram a ameaçar, nem rabeta nós tinha, era no remo. Ele (seu Salvador Barros) carregava os meninos daqui para Araguatins, no remo, para estudar. Aí ele ia com a canoa cheia de paú (adubo). Teve uma vez que “eles” jogaram a voadeira em cima, quase mata ele com tudo. Aí eu ficava aqui sozinha, eu dizia: Meu Deus, o que é que vai ser de mim hoje se esse povo chegar me ameaçando? Eu sozinha aqui. Aí, nós criava muito cachorro, aí o povo dizia: Cria muito cachorro valente pra quando aparecer o lado do mal eles darem o aviso. (Trecho da conversa ocorrida no dia 16 de julho de 2022).

Como seu Salvador Barros tinha que sair da ilha para vender paú na cidade de Araguatins, bem como levar seus filhos para estudar, dona Maria da Luz passava às vezes o dia sozinha cuidando de sua casa na ilha e da roça, e mesmo os cachorros não eram capazes de mantê-la tranquila:

Eu tinha um fogãozinho (fogão feito de barro) de assar bolo e assar coco. Ai, eu pegava assim, enchia o fogo de carvão, uns tachão assim grandão, aí eu largava no fogo e largava água e era carregando nas costas o bujãozinho, jogava nas costas lá da beira do rio e vinha por aqui. Enchia o tachão de água e deixava no fogo o dia todinho. Na hora que um aparecer eu não tenho outra coisa a fazer, a não ser pra me defender, essa panela de água e os cachorros. Era desse jeito. Da outra vez o Antônio José (falecido irmão de dona Maria da Luz) tava aqui, ele era quem olhava aqui mais o William, ficava daqui pra casa da mãe. Um dia “eles” atiraram foi no cachorro, Antônio José chegou foi chorando. Cachorro bom que nós tinha pegava porco brabo²⁹ ainda do tempo do pai do Salvador. (Trecho da conversa ocorrida no dia 16 de julho de 2022).

Além do ocorrido acima, outro cachorro de nome Pitchula apareceu morto. Dona Maria da Luz também conta que certo dia quando foi cortar palmito com um de seus filhos, o vizinho conflitante apareceu e disse para ela que os porcos eram dele, o que segundo dona Maria da Luz não era verdade, pois eram os porcos brabos que viviam há tempos na mata e, portanto, não pertenciam mais a ninguém.

O vizinho conflitante sempre alegou que as terras onde vivia seu Salvador Barros e sua família eram dele, assim, dona Maria da Luz contou que numa ocasião o vizinho conflitante

²⁷ O pronome “eles” ao longo da fala de dona Maria da Luz quando estiver entre aspas, deve ser compreendido como o vizinho conflitante e/ou as pessoas que trabalhavam para ele.

²⁸ Zé de Ferro, já falecido, era casado com dona Josefa Francisca de Sousa, mãe de dona Maria da Luz. Dona Josefa faleceu em 2022.

²⁹ O porco brabo não é o porco do mato que era comum também na Ilha de São Vicente. Os porcos brabos na realidade eram porcos domésticos criados pelo pai do seu Salvador que ficaram soltos quando ele teve que sair da ilha. Assim, os porcos foram procriando na mata tornando-se ariscos a presença humana.

disse que ela só poderia fazer sua roça se também plantasse capim para os seus gados, ela não aceitou. Ele disse ainda que se quisesse também derrubava a casa deles.

Todas essas situações já prenunciavam o que haveria de acontecer em 2010. O que causou maior indignação à comunidade é fato de que muitos em Araguatins sabem da história da ilha e que os avós de seu Salvador Barros foram os primeiros moradores da ilha, inclusive como salientam os moradores mais velhos da comunidade quilombola, os pais do vizinho conflitante costumavam participar dos festejos católicos, realizados por José Henrique Barros, pai do seu Salvador e de seu Pedro Barros.

O vizinho conflitante se considerava proprietário da área, mesmo não havendo no cartório de registro de imóveis de Araguatins nenhuma certidão de inteiro teor que comprovasse sua alegação, mesmo assim, em 26 de outubro de 2010, foi expedido um mandado de remoção, que findou por despejar seu Salvador Barros e sua família, sua sogra e seu enteado. A liminar que expulsou foi expedida pelo juiz da comarca de Araguatins, reconhecendo a titularidade da terra do vizinho conflitante.

Por cerca de um mês, todas as famílias da comunidade despejadas ficaram alojadas na casa de seu Pedro Barros que está situada dentro da área atual em que vive a comunidade. Essa situação foi traumática para todos, pois muitos dos seus pertences, conforme contou dona Maria da Luz, foram danificados durante a remoção de barco. A remoção foi realizada pelo oficial de justiça e policiais militares. Para piorar a situação, logo em seguida ao despejo, suas casas foram queimadas, destruídas, bem como seus cultivos.

Diante do ocorrido, amigos da cidade e os membros das famílias Barros e Noronha se uniram em defesa de seu Salvador Barros e seus familiares, de forma que a conseguiram através de uma ação liminar junto a Comarca de Araguatins autorização para retornassem à área. Contudo, o retorno estava eivado pela desconfiança e o medo de que outro despejo ocorresse, pois apesar da liminar, o processo no âmbito da justiça tramitava normalmente. Além disso, o retorno também foi bastante desgastante, pois tiveram que reconstruir suas casas, roças e criações de animais.

Paralelamente, a comunidade quilombola Ilha de São Vicente foi certificada, no dia 9 de dezembro de 2010 pela FCP, como remanescentes de quilombo a partir da sua declaração de autodefinição. Isso foi importante, pois fez com que a ação judicial que estava no âmbito da justiça estadual, fosse tratada na esfera federal. Contudo em 2015 a ação retornou para o âmbito da justiça Estadual e em 2016 o juiz determinou que área fosse desocupada. Assim, mais uma vez, recomeça o drama para os membros da comunidade quilombola.

Diante disso, Fatima Barros acionou o Ministério Público Federal (MPF) que entrou com uma Ação Civil Pública na Justiça Federal que acatou a liminar que pedia a manutenção da comunidade quilombola na ilha, de forma que a determinação pelo juiz da Comarca de Araguatins para a desocupação da área foi suspensa. Atualmente, o processo no âmbito da justiça estadual está suspenso até que a Ação Civil Pública contra o vizinho conflitante seja julgada na seara da Justiça Federal.

Desde então, há uma ambiência de relativa “calmaria” entre a comunidade quilombola e o vizinho conflitante, mas pelo os fatos ocorridos em 2010, a relativa “calmaria” não implica em tranquilidade, no entanto, diferente do que ocorreu em 2010, como forma de resistência e organização a comunidade possui uma associação criada em 2011 e depois do despejo algumas pessoas das famílias Barros e Noronha vieram morar na ilha, e a área que o seu Salvador Barros costumava trabalhar foi loteada para diversos membros da comunidade, de forma que hoje há um fluxo maior de quilombolas que concorre para manutenção e vigilância da área. Isso faz-se necessário, pois paralelamente aos problemas enfrentados com o vizinho conflitante, vem recrudescendo o número de invasores à ilha desde 2010, chamados “ribeirinhos” ou “pescadores”. Esses invasores, estão mais concentrados em uma área da fazenda do vizinho conflitante e próximo da área atual da comunidade, o que tem preocupado a comunidade, pois pessoas estranhas estão transitando pelos lotes e roçados.

Dessarte, diante desse cenário incerto com o vizinho conflitante e invasores no entorno do atual território da comunidade, os seus membros creem que a solução se dará somente com a consecução legal da ilha como território, pois no atual cenário, apesar de seus direitos e garantias, o pequeno território em vivem atualmente está ameaçado, pois desde que seus antepassados chegaram na ilha a relativa calmaria é sempre temporária, um ciclo que deve acabar.

A Covid-19

A covid-19 é a forma comum de se referir ao novo coronavírus, cientificamente chamado de SARS-CoV-2. O vírus foi primeiramente identificado na cidade de Wuhan, China, em dezembro de 2019. Até o presente, o vírus causador dessa pandemia que assola o mundo não teve ainda sua origem identificada. A esse respeito, existem várias teorias. A mais comum e aceita é a de que o vírus tenha sido transmitido do morcego diretamente ao homem, ou do morcego para outro animal e deste ao homem (Minas Gerais, 2023). Existem ainda hipóteses

menos prováveis como a transmissão através de alimentos e a de que o vírus tenha escapado acidentalmente do Instituto de Virologia de Wuhan (São Paulo, 2021).

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), até o dia 12 de abril de 2023 762.791.152 milhões de pessoas contraíram a doença e morreram 6.897.025 milhões. No Brasil, no mesmo período, 37.319.254 milhões de brasileiros foram infectados e 700.556 morreram. No estado do Tocantins, segundo a Secretaria de Saúde, até o dia 15 de abril de 2023 367.062 pessoas contraíram covid-19 e 4.237 vieram a óbito (TOCANTINS, 2023). No município de Araguatins-TO, conforme os dados da Secretaria Municipal de Saúde atualizado até o dia 08 de setembro de 2022, o município teve 4.098 casos confirmados e 71 óbitos em virtude da covid-19 (ARAGUATINS, 2022).

Os dados acima mostram que praticamente nenhuma parte do mundo ficou incólume à covid-19 e a comunidade quilombola Ilha de São Vicente também foi afetada por esta doença que vitimou a liderança Fátima Barros, 48 anos, no dia 6 de abril de 2021 e seu irmão Raimundo Batista Barros, que veio a falecer uma semana antes, no dia 30 de março. Miguel Batista Barros, irmão de ambos, não veio a falecer, mas também contraiu a doença.

A covid abalou bem mesmo, muito mesmo, porque com a covid nós tivemos duas perdas, uma atrás da outra dentro de 7 dias, 8 dias, que foi o Raimundo Barros e Fátima Barros. A Fátima, ela era uma guerreira e aí muita gente sentiu a perda dela, nossa comunidade ficou até meio frágil. [...] Parou muitos eventos, festejos, mutirão pra tá limpando aqui o barracão da associação, aí não podia tá reunindo por causa da covid, né?! Inclusive, dentro da nossa comunidade mesmo dos moradores aqui, alguns pegaram covid, eu, graças a Deus, apesar de tá trabalhando na cidade nunca peguei. Fiz exame e não detectou nada. (Trecho da conversa com Jovenilson Barnabé Noronha, 31 anos, ocorrida no dia 17 de julho de 2022).

A covid-19 também transformou no período de 2020 até o início de 2022, toda a rotina da comunidade quilombola, tanto as mortes provocadas por ela quanto o isolamento social tornaram a ilha menos movimentada e efervescente, seja por parte dos parentes que moram fora da ilha que deixaram de visitar os familiares que lá moram, seja por parte de alunos e professores que sempre costumavam visitar a comunidade³⁰. Aliás, uma das características da comunidade quilombola Ilha de São Vicente é o diálogo e a receptividade com visitantes, momento em que as lideranças e os mais velhos falavam sobre a vida na ilha e a história da comunidade, mostrando os pontos históricos. Essas visitas de caráter educativo eram

³⁰ Uma das instituições de ensino que com frequência visitava a comunidade quilombola Ilha de São Vicente era a Faculdade do Bico (FABIC), situada na região do Bico do Papagaio, na cidade de Augustinópolis-TO. A faculdade desenvolvia em parceria com a comunidade o projeto educacional “Somos diferentes? Em que?” como atividade da disciplina de Relações Étnicas Raciais e Culturais Afro-Brasileiras e Africanas dos cursos de Tecnologia e Gestão em Agronegócio, Direito, Enfermagem e Contabilidade.

importantes para comunidade, pois como colocou uma das jovens lideranças da comunidade, Helisana Barros, é necessário desconstruir continuamente a os estereótipos presentes no imaginário nacional sobre as comunidades remanescentes de escravos, como se todas as comunidades quilombolas fossem oriundas de quilombos de fuga como Palmares: “Então, muitas vezes tu olha alguém e ela tá falando assim: Aqui é um quilombo? Essa pessoa é quilombola? Mas já tá bem desconstruído, mas ainda precisa mais”.

A ilha se constituiu, sobretudo no ápice da pandemia, como refúgio de suma importância para os mais velhos da comunidade quilombola. Dona Maria da Luz tem a saúde fragilizada após se curar de um câncer de mama, sendo para ela imprescindível a permanência na ilha. A ilha também foi um refúgio para seu Pedro Barros que ainda levava sua máscara no bolso quando estive lá em março de 2022, um momento que a comunidade estava se abrindo novamente para receber visitantes. Seu Pedro Barros contou como foi a covid-19 na comunidade e a forma como lidou com ela:

Aqui na Ilha foi um reboiço danado, ainda teve uns que pegaram covid e eu sempre me apegando com Deus pra livrar minha família, porque sempre que tem coisas assim eu me apego com Deus e dava tudo certo. Por isso que minhas coisas dá certo. Minha primeira canoa é “Deus é Bom” e a minha chácara é “Deus é a Verdade”. [...] Eu me vacinei, já tomei foi a quarta dose, agora diz que é pra tomar a quinta. Já tomei a da gripe também. (Trecho da conversa ocorrida no dia 15 de julho de 2022).

A covid-19 como já salientei, findou por atrasar e alterar a minha pesquisa, mas ela também atrasou e alterou as relações, fluxos, visitas e ações da comunidade, mas a partir de junho de 2022, apesar da covid-19, a normalidade e a vitalidade começaram a retornar gradativamente com as reuniões da associação, o encontro de famílias, mutirão, lazer nas praias, limpeza de lotes, construção e reparos de moradias.

3. O FUTURO: A ILHA COMO TERRITÓRIO

O que a comunidade almeja é que a Ilha de São Vicente em sua totalidade seja de fato e de direito sua, para tanto cabe ao Estado cumprir o seu papel e garantir o direito da comunidade quilombola, ao mesmo tempo, ela também desde 2010 tem se organizado e atuado na melhoria de condições de vida de seus membros dentro e fora da ilha.

Serão aqui destacados e discutidos conceitos, reflexões e compreensões sobre territorialidade, multiterritorialidade e território e as relações ecológicas que ocorrem na ilha, discorrerei também sobre a atuação do Estado na regularização fundiária da Ilha de São Vicente envolvendo a tramitação do processo, sua morosidade e importância. O último subcapítulo tratará das ações desenvolvidas pela e para comunidade, da importância de Fátima Barros na luta da comunidade por melhores condições de vida e sobre futuro território.

3.1 TERRITORIALIDADE, MULTITERRITORIALIDADE E TERRITÓRIO

Neste subcapítulo abordarei as temáticas territoriais a partir de alguns autores, da minha experiência em campo e da própria comunidade quilombola Ilha de São Vicente e das suas relações com o meio. Territorialidade, multiterritorialidade e território são termos que estão imbricados e são interdependentes, mas com características, concepções, conceitos e discussões próprios.

Territorialidade

Para tratar da temática territorialidade, iniciarei com o conceito de Paul Little (2002) pela sua consonância com o contexto da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, de modo que ele será basilar para o desdobramento de outros conceitos e compreensões partindo das características, cosmovisões, relações e ontologias inerente a própria comunidade, e ao mesmo tempo, de minha experiência com ela.

Dessarte, o conceito de territorialidade de Paul Little, desenvolvido a partir da realidade dos povos tradicionais, dialoga com a realidade territorial da comunidade quilombola por mim estudada:

Defino a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território”. [...] Para analisar o território de qualquer

grupo [...] precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado. Outro aspecto fundamental da territorialidade humana é que ela tem uma multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais. Assim, a análise antropológica da territorialidade também precisa de abordagens etnográficas para entender as formas específicas dessa diversidade de territórios. No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utilizo o conceito de cosmografia, definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2002, p. 3-4).

Essa definição abrangente traz consigo toda a complexidade que marca as comunidades quilombolas e ao mesmo tempo advoga a necessidade de refletir e abordá-las na sua singularidade em termos de relações e história por uma perspectiva antropológica territorial. Por isso, ao longo deste trabalho discuto as relações da comunidade quilombola no passado, presente e futuro e as relações contidas nesses tempos distintos e contínuos, mas marcado por um ciclo territorial histórico.

No país, existem aproximadamente 3500³¹ comunidades quilombolas, e no estado do Tocantins, mais de 40, tendo em comum o fato de serem descendentes de negros escravizados, mas muitas vezes marcados por uma trajetória histórica diferente com relação à terra. Isso fica evidente quando se compara a comunidade quilombola da Ilha de São Vicente, cuja ilha foi recebida como “doação” pelo casal de ex-escravizados, e a comunidade quilombola Kalunga do Mimoso, cujo território é de aproximadamente 50.000 ha e foi historicamente formado a partir das fugas de seus ancestrais do jugo dos senhores de escravos.

Assim, de forma geral, tanto a história de cada comunidade, suas relações entre si e com o ambiente biofísico da terra (territorialidades), na efetiva ocupação desse espaço (territorialização), podem ser semelhantes em muitos aspectos, mas devem ser tomadas em sua singularidade para não ficar limitado ao conceito banalizado de território como um espaço delimitado por fronteiras fixas, como é a lógica territorial do Estado, ou ideia equivocadamente

³¹ A Fundação Cultural Palmares (FCP), entidade governamental atualmente vinculada ao Ministério do Turismo, é responsável pela certificação das comunidades remanescentes de escravizados. Ela já certificou 3427 comunidades quilombolas. A inexatidão quanto ao número, deve-se ao fato de que algumas comunidades estão com processos abertos aguardando a certificação e outras ainda estão providenciando documentos em busca dessa chancela da FCP. Além dessas, há também aquelas que por motivos e circunstâncias próprias não buscaram tal direito por parte do Estado, o que não implica que elas não sejam também remanescentes de escravizados, uma vez que sua autoafirmação identitária não depende da anuência do Estado. Através do censo demográfico a ser realizado este ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que pela primeira vez vai recensear as populações quilombolas, poderemos ter números mais precisos sobre a quantidade de comunidades e habitantes quilombolas, bem como outras informações de cunho político, social, cultural e econômico.

arraigada de que todo território quilombola atual foi historicamente originado a partir das fugas dos ancestrais escravizados³².

Numa perspectiva conceitual ainda calcada dentro de uma lógica territorial estatal, é possível representá-la por um constructo nos moldes de uma expressão matemática que envolve a tríade dos “Ts”: Territorialidade (formas de organização e manutenção de um espaço físico por um grupo ou grupos/ relações) + Territorialização (a efetiva ocupação de um determinado espaço físico/ ocupação) = Território (relação + ocupação). Essa perspectiva estatal é notadamente marcada por fronteiras fixas e fluxos, tem caráter homogeneizador e heteronômico, pois embora reconheça do ponto de vista jurídico-político a diversidade das populações tradicionais do nosso país, na prática esse reconhecimento não é pleno, pois essas populações não conseguem fazer valer na maioria das vezes seus direitos à terra, pois a política pública fundiária³³ é burocrática, morosa e de recursos financeiros e humanos insuficientes para atendê-las, ao mesmo tempo em que sua compreensão de território se sobrepõe as compreensões territoriais dos povos tradicionais como as comunidade quilombolas.

Por outro lado, o conceito de cosmografia de Paul Little apresentou para mim possibilidades de ultrapassar a expressão acima envolvendo a tríade dos “Ts” para abordar territorialidade, territorialização e território a partir das relações singulares da comunidade, que no caso específico da comunidade são desenvolvidas não somente no espaço da ilha, mas também em outros fora dela, pois a maior parte da comunidade vive na zona urbana de Araguatins e em diversos municípios, dessa forma depreendo que não há somente uma territorialidade, mas territorialidades, pois suas relações não envolvem somente um espaço, mas uma diversidade de espaços, de forma que é possível afirmar que a comunidade quilombola da Ilha de São Vicente vive uma experiência multiterritorial.

³² Embora muitos quilombos tenham se formado a partir da fuga de escravizados, houve também aqueles formados pelo abandono das terras por parte de alguns fazendeiros senhores de escravos por motivo de falência, de forma que os negros escravizados pertencentes a esses senhores passaram a viver sozinhos com o seu grupo e suas famílias nessas terras; teve situações em que os escravizados além de comprarem sua liberdade também conseguiram comprar terras para viver; existiram ainda aqueles herdaram algum pedaço de terra através do testamento dos seus senhores; aqueles formados por escravizados fugidos e ex-escravizados que formaram bairros dentro de algumas cidades, originando os quilombos urbanos. Apesar das diversas origens dos quilombos, a imagem de quilombo que ficou no senso comum foi a de Palmares, situado onde hoje é o estado de Alagoas, que foi o maior e o mais destacado na história Brasil, sendo ele marcadamente um quilombo formado por escravizados fugidos, destruído ainda no século XIV. Por isso, ainda hoje no imaginário brasileiro, muitos acreditam que os milhares de quilombos foram todos formados a partir das fugas. Embora muitos tenham se formado dessa forma, não é possível generalizar.

³³ Posteriormente mostrarei alguns dados e informações do INCRA sobre valores envolvendo recursos humanos e financeiros e apresentar outros fatores que concorrem para a morosidade do processo de regularização fundiária.

Multiterritorialidade

Paul Little (2002) destacou que a territorialidade humana é múltipla produzindo consequentemente diversos tipos de territórios. A partir dessa ideia busco ampliar esse entendimento a partir do conceito de multiterritorialidade trabalhado por Rogério Haesbaert da Costa (2016), para não ficar focado, como normalmente ocorre, no conceito e tratamento de território apenas como espaço um físico e/ ou um espaço simbolicamente apreendido, seja ele uma área em que vive a comunidade ou uma área que ela esteja pleiteando.

No caso da comunidade Ilha de São Vicente existem essas duas dimensões territoriais, contudo acho importante destacar aqui outras formas de territorialidades pouco abordadas quando se trata de povos tradicionais partindo do conceito multiterritorialidade assim compreendido:

Multiterritorialidade (ou multiterritorialização se, de forma mais coerente, quisermos enfatizá-la enquanto ação ou processo) implica assim a possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode se dar tanto através de uma “mobilidade concreta”, no sentido de um deslocamento físico, quanto “virtual”, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico, como nas novas experiências espaço-temporais proporcionadas através do ciberespaço” (COSTA, 2016, p. 343-344).

Multiterritorialidade implica sobretudo, no contexto da pós-modernidade, tanto o território no sentido físico quanto o território-rede, que pode ser virtual associado ao ciberespaço, como por exemplo, a internet. No caso da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, esse território-rede existe e é de suma importância na manutenção de sua sociabilidade dentro e fora da ilha, ao mesmo tempo que concorre para manter a atual área que ocupam e contribui na luta, organização, defesa e reivindicação da ilha toda como território.

Antes de aprofundar mais na multiterritorialidade, vou iniciar explanando sobre a situação territorial atual da comunidade, partindo do binarismo “morar/habitar” na perspectiva de Tim Ingold (2015), cujos conceitos não são sinônimos, mas antagônicos, em que “habitar” significa compreender o lugar como formado pelo movimento de seus habitantes e “morar” compreende o lugar como algo mais circunscrito. Assim, utilizei o binarismo porque na situação atual a comunidade não usufrui da ilha toda, estando sua ocupação restrita a uma área de aproximadamente 32 ha (1,3 % do total da ilha), ou seja, a comunidade está vivendo em um limbo, pois ao mesmo tempo em que ela está circunscrita a um lugar que restringe seu movimento (morar), ela ainda assim consegue se movimentar nesse pequeno lugar, na perspectiva de que esse movimento restrito se amplie no futuro se estenda por toda a ilha toda

como outrora (habitar). Não basta morar, há que habitar. Mas como habitar se 98,7% da área da ilha não está acessível a comunidade? Como se movimentar?

Ao ser publicada a Portaria de Reconhecimento por parte do Governo Federal, a comunidade quilombola da Ilha de São Vicente tem se mantido otimista para que no futuro o seu movimentar dentro da ilha não se restrinja mais a uma faixa de aproximadamente dois quilômetros por trezentos metros de fundo onde se encontram seus 35 lotes, mas tal otimismo não se deve somente ao reconhecimento do Estado, a própria comunidade também descobriu que pode através de suas redes de sociabilidades criar territórios-rede virtuais para se organizarem e discutirem a manutenção do seu território reduzido visando o território macro que é a ilha na sua totalidade, ou seja, cria-se um território virtual para manter e ampliar o território físico.

Essa possibilidade de criação desse território-rede virtual recente, surgiu devido ao fato da maioria dos membros da comunidade morarem fora da ilha, o que impedia muitas vezes de se reunirem de forma presencial, pois muitos moram em outras cidades no estado do Tocantins, Pará, Maranhão e até mesmo na Espanha. Independentemente disso, a maioria dos que vivem longe da ilha se encontram presencialmente nela com certa frequência, o que faz com que o sentimento de pertença e vínculo não seja arrefecido, mas pude perceber que os encontros virtuais contribuem para consolidar a união da comunidade.

Assim, a comunidade se reúne na própria ilha, na cidade de Araguatins e através do território-rede. Indubitavelmente os encontros presenciais são os mais importantes para ela, como o encontro que ocorreu no dia 10 de junho de 2022, na paróquia São Vicente Ferrer em Araguatins, para a escolha do presidente, vice e corpo diretivo de sua associação, e em seguida, o encontro de famílias na própria ilha como forma de confraternização e filiação de novos membros na associação. Esses encontros são eventos nos quais os familiares trocam afetividades, matam a saudade, colocam os assuntos pessoais e pertinente à coletividade em dia. Mesmo assim, os encontros nos territórios virtuais hoje também são imprescindíveis e necessários para mobilização e preparação dos encontros presenciais e como um campo de luta e de afirmação de sua identidade.

Através da internet é possível a comunidade se movimentar nesse espaço virtual por meio das redes sociais como *Whatsapp* e plataformas de vídeo conferência como o *Meet*, onde, três coletivos se encontram, segundo Helisana Barros, 25 anos, liderança jovem da comunidade:

Além do coletivo de jovens e mulheres, há o coletivo maior no *whatsapp* que envolve todas as famílias do quilombo, aí assim, sempre que tem informação para receber cesta básica ou informativo de vacina só para o quilombo, faz o repasse nesse grupo maior.

Agora nesse momento, o que posso te falar, é que o coletivo está se movimentando nesse sentido de fazer uma reunião, abrir processo de votação para atualização da associação, no caso da presidência, secretários, a gente deve dar uma reformulada nisso. (Trecho da conversa ocorrida no dia 16 de março de 2022).

A partir desse encontro virtual a comunidade se reuniu presencialmente e em junho escolheu a presidente e os membros que iriam ocupar os demais cargos da associação, mas antes da escolha, a atual presidente me contou sobre o processo que antecedeu:

A gente fez a reunião no dia 10 de junho (reunião mencionada acima), a reunião definitiva, porque antes, a gente tem o grupo de jovens lideranças, a gente estava fazendo reunião só no coletivo e aí a gente montou a chapa: “vamos montar a chapa e a gente leva pro grupo, pro grupão maior, pra ver se tem outra chapa pra surgir”. Aí colocaram o meu nome, aí eu disse: “Se aparecer outro, eu deixo”. Não apareceu outro nome, ninguém, não apareceu outra chapa. (Trecho da conversa com Silvanei Barros Rocha, 37 anos, ocorrida no dia 16 de julho de 2022).

Essa reunião do grupo de jovens lideranças ocorreu via *Meet*. Além dessas redes sociais de encontros virtuais que se constituem em espaços de organização, mobilização e informação mais voltado às relações internas, a comunidade também utiliza o *Instagram*³⁴ como uma rede social voltada para dentro e para fora da sua coletividade, onde se encontra um *link*³⁵ sobre a história da comunidade, publicações e fotografias sobre o seu cotidiano, paisagens naturais, eventos importantes (censo demográfico quilombola 2022, o encontro anual de famílias da comunidade, homenagem póstuma à Fátima Barros), produtos produzidos pelos membros, dentre outras.

Além dos espaços físico da ilha e dos virtuais, eu penso que cada quilombola também é um microterritório individualizado, formado por carnes, osso, fluidos e órgão que formam um corpo, um espaço que só tem sentido pelas vontades, desejos, vida, relações, idiossincrasias, autonomia que nele existem, assim como a ilha, que só existe como território pela relações e vida que nela pulsam, formadas por quilombolas, rios, fauna e flora. Extrapassando esse entendimento do corpo como território, é possível pensá-lo também partindo do que escreveu Selma dos Santos Dealdina³⁶ (2020), de que “cada mulher negra é um quilombo”, assim, de um modo mais ampliado, entendo também que cada membro da comunidade quilombola Ilha

³⁴ Perfil da comunidade no *Instagram*: @quilombosaovicente.

³⁵ <https://www.historiasdailha.com> - O sítio foi produzido pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) – Faculdade de Letras, Câmpus de Araguatins. O sítio traz um pouco da história da comunidade e histórias de vidas de alguns de seus membros.

³⁶ Quilombola da comunidade Angelim III do Território Sapê do Norte, localizado no município de São Mateus-ES. Ela é liderança quilombola com atuação em diversos movimentos sociais e secretária executiva da CONAQ.

de São Vicente traz consigo a própria ilha, independentemente dos territórios e espaços que ocupam, ainda que não habitando nela.

Essa autonomia de caminhar dentro e fora da ilha e nos espaços virtuais, o corpo, um microterritório, é que ajuda a tecer a malha territorial unindo e concomitantemente criando os multiterritórios, ou seja, ao se movimentar o corpo tece tramas ou malhas, que são as relações de diversos corpos entre si e com os variados objetos e ambientes. Tomar essas relações como malhas tem inspiração em Tim Ingold (2015), bem como na sua compreensão de ambiente: “Concluo que o organismo (animal ou humano) deva ser entendido não como uma entidade limitada rodeada por um ambiente, mas como um emaranhamento ilimitado de linhas em um espaço fluido.” (INGOLD, 2015, p. 113).

Esse pensamento de Ingold também tem influência de filósofos como Deleuze e Guattari:

O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, oposto aos decalques, o rizoma se refere a um mapa que deve ser reproduzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga (DELEUZE, GUATTARI. 1995, p. 32).

Seja trama ou rizoma, o fato é que esse caminhar tomado como linhas em espaço fluido ou linha de fuga é o modo pelo qual os quilombolas da Ilha de São Vicente tecem seus movimentos marcados por relações não circunscritas a um único espaço ou território, mas a vários, sua malha é multiterritorial, que condensa o tradicional e o pós-contemporâneo, expressa na fala de Helisana Barros, uma das jovens lideranças da comunidade: “A minha perspectiva futurista para o quilombo, é a de um quilombo tecnológico, é de um quilombo cheio de vida, de poder e espaços”. (Trecho da conversa ocorrida no dia 16 de março de 2022).

Comumente, ao se tratar de questões territoriais quilombolas na seara acadêmica e mesmo por parte do senso comum, a referência é muitas vezes restrita ao território no seu sentido físico, concreto e tradicional, sendo outras formas de territorialidade e território ignoradas. Essa ênfase dada a multiterritorialidade é importante, sobretudo quando se trata de comunidades quilombolas semelhantes à Ilha de São Vicente, cujos membros vivem tanto no seu território físico e simbólico, ou próximo dele, bem como em localidades distantes. Isso não quer dizer que todas as territorialidades e territórios possíveis tratados aqui tenham o mesmo grau de importância para comunidade, pois não tem, uma vez que a ilha na sua totalidade enquanto um território no sentido físico, concreto e tradicional é o que a comunidade mais almeja, sendo este o mote precípua de sua luta, reivindicação e anseios, tanto que o foco deste trabalho é a ilha em si, mas acho importante trazer à baila o corpo e o ciberespaço como

territórios, não somente como uma reflexão³⁷ pertinente que deva ser tratada com seriedade, mas como espaços relacionais que contribuem para construir, manter e organizar o espaço ilha, e assim, a se movimentar por ela afetivamente e virtualmente, mesmo que no presente ela ainda não esteja totalmente acessível para o livre caminhar e habitar pela comunidade com os pés no chão.

3.2 TERRITÓRIO E RELAÇÕES: A ILHA, O BABAÇU, O RIO E OS ANIMAIS

Como visto anteriormente, a comunidade quilombola Ilha de São Vicente vive múltiplas territorialidades, no entanto aqui o foco recai sobre a ilha como espaço territorial mais importante, pois é a partir da dela que se desenvolvem as demais territorialidades. Contudo, é possível afirmar que historicamente o território é maior do que a ilha reivindicada, pois a outra margem do Rio Araguaia defronte a ela, situada no estado do Pará, era uma área utilizada pelos antigos quilombolas para fazer seus roçados e onde também moraram alguns deles.

Dominique Tilkin Gallois pontua a diferença entre “território” e “terra indígena” que pode ser aplicada para o contexto apresentado no parágrafo anterior:

Território não é apenas anterior à terra e terra não é tão somente uma parte de um território. São duas noções absolutamente distintas. [...] A noção de “Terra indígena” diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de “território” remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial (GALLOIS, 2004, p. 39).

Partindo dessa diferença apresentada pela antropóloga, é possível dizer que o território atualmente reivindicado pela comunidade quilombola está mais próximo da noção de “terra indígena” – devido ao contexto em tela chamo aqui de “terra quilombola” – por ser uma área delimitada e reconhecida política e juridicamente pelo Estado, enquanto que historicamente o “território” de fato deveria ser a ilha mais a área que fica do outro lado do rio.

Esse “território” maior, englobando a ilha e a outra margem do rio, corresponde ao espaço pelo qual circulavam e habitavam os ancestrais fundadores e os membros mais velhos da comunidade, contudo mesmo ciente de que nesse espaço foram desenvolvidas relações que

³⁷ Envolver corpo e ciberespaço como território foi mais uma reflexão que a princípio eu não previa, um *insight* que surgiu durante o processo de construção deste trabalho, pois aqui o foco recai mais sobre a ilha como espaço físico territorial, já que esta é a dimensão considerada a mais importante para comunidade, de forma que não irei explorá-los com maior profundidade como eu gostaria. Contudo, estou bastante interessado em aprofundar minhas reflexões, estudos e medrar meu arcabouço teórico sobre corpo e ciberespaço como territórios continentes de territorialidades, de forma que no meu próximo trabalho, provavelmente a minha tese, devo centrar minha atenção neles, a partir da comunidade quilombola da Ilha de São Vicente ou de outras do estado do Tocantins.

vincularam seus antepassados ao meio ecológico através do habitar, caçar, pescar, plantar, navegar e extrair, a comunidade restringiu sua reivindicação como território somente a área da ilha.

Essa restrição não se deveu ao fato da comunidade quilombola subvalorizar suas vivências no outro lado do rio, mas devido a consciência de que a reivindicação da própria ilha em si já é uma dura luta, tanto pelo conflito que ocorreu em 2010 da comunidade com um fazendeiro vizinho conflitante, como pelo fato de que na ilha existe atualmente mais de uma centena de moradores não quilombolas. Somado a esse cenário, ainda há a morosidade do Estado na regularização do território. Portanto, se a reivindicação da ilha enfrenta todas essas dificuldades, pleitear uma área mais ampla envolvendo uma área defronte à ilha em outro estado ampliaria ainda mais as dificuldades. Logo, concentrar sua reivindicação territorial ao espaço da ilha, foi uma forma estratégica de luta e resistência por parte da comunidade de garantir a maior parte do território original de outrora. Assim, a Ilha de São Vicente ao mesmo tempo que se aproxima da concepção de “terra” de Gallois (2014) ela também pode ser apreendida como um “novo território” possível que foi formalmente reivindicado a partir de 2011, oriundo de um território ancestral mais amplo que o antecedeu.

Além disso, outro ponto a ser abordado é o aspecto relacional presente partindo de alguns objetos que compõe o contexto territorial da Ilha de São Vicente, partindo da compreensão de Marcos Aurélio Saquet:

Para nós há territórios e territorialidades sobrepostos em rede. Há redes nos territórios e territórios em redes bem como movimento do território e das redes. Os territórios e as territorialidades humanas são múltiplos, históricos e relacionais [...]. Pela nossa concepção, há rompimentos das delimitações e áreas; sobreposições; uma miríade de atores e redes sociais; movimento *do* e *no* território; momento entre os territórios, transtemporalidade e transescalaridade; unidade entre sociedade e natureza (SAQUET, 2008, p. 86-87).

Tanto o posicionamento de Little (2002), apresentado anteriormente, quanto o de Saquet (2008) a respeito de territorialidades e território, dão margem para uma reflexão que vai além do conceito jurídico-político de território como um espaço hermético, permitindo então uma abordagem analítica de território como um espaço de abertura ao se falar em “multiplicidades”, “atores” e “movimento”, remetendo desta forma a noções de “relações”, “processos” e “performances”.

Assim, a Ilha de São Vicente e a pequena parte em que vive atualmente a minoria da comunidade são territórios constituídos pelas relações ecológicas dos diversos objetos das esferas biótica e abiótica com ela. Mas, quais seriam esses objetos, elementos ou coisas

presentes nessa relação que contribuem para compor e formar a ilha enquanto território? Seriam muitos e incontáveis.

A escolha dos três aqui apresentados, o babaçu, o rio e os animais, tem fulcro nas falas e conversas que mantive com a comunidade quilombola e nas suas vivências cotidianas. Partindo do pensamento de Ingold (2015), são todos “coisas” em movimento onde pulsa vida, linhas e trajetórias que se cruzam tecendo a malha que forma e ao mesmo tempo ultrapassa vazando a própria ilha, ou seja, eles tanto afetam a vida da comunidade quanto são afetados por ela como parte da dinâmica do território, de forma que o território nunca é estático, mas está constantemente se transformando

A vida social humana não é dividida em um plano separado do resto da natureza, mas faz parte do que está acontecendo em todo mundo orgânico. É o processo no qual seres vivos de todos os tipos, naquilo que fazem, constituem as condições de existências uns dos outros, tanto para si próprios quanto para as gerações (INGOLD, 2015, p. 32).

Assim, partindo da assertiva de Ingold, da minha experiência e da vivência da comunidade, no qual, homem, rio, babaçu e animais constituem uma malha relacional a partir do ato de tecer, movimentar e cruzar suas ontologias, eles devem ser apreendidos como coisas que são mais verbos do que substantivos, pois elas se afetam e agem mutuamente entre si em um fluxo que transforma e condiciona continuamente suas existências caracterizando o território.

Babaçu

Fotografia 9 - Babaçus



Fonte: Herbert Costa Levy, março/2022

O babaçu (*Orbygnia phalerata mart*) é uma palmeira característica da Ilha de São Vicente e região. Embora possa ser encontrada em toda ilha, cada vez mais vem sendo derrubada em virtude do recrudescimento da presença de invasores e moradores não quilombolas em decorrência da criação de pastos para gado pelos fazendeiros e da construção de casas próximas à beira do rio.

Muitos deles não têm consciência de que é uma ilha, então ela é segurada por Deus e pela raiz dos paus. Se devorar tudo ela acaba. Aí tem deles que derriba os pés de coco babaçu. O que tem mais aqui é o babaçu que pode segurar a terra. (Trecho da conversa com dona Maria da Luz de Sousa, 61 anos, ocorrida no dia 13 de março de 2022).

Na área de 32,4751 ha em que vive atualmente a comunidade, a presença do babaçu é constante na paisagem, margeando o caminho que une os 35 lotes, bem como próximos as casas

da comunidade, sendo sua derrubada restrita a limpeza de terreno para a construção de casas e roças:

O babaçu fica na área de torrão onde são feitas as casas. Assim, nessa região alguns babaçus têm que ser derrubados para dar lugar as roças, casa, bem como espaço para outras plantas frutíferas: banana, laranja, murici... (Trecho da conversa com Jorlando Ferreira Rocha, 40 anos, ocorrida no dia 17 de julho de 2022).

A palmeira do babaçu é muito importante para a comunidade quilombola Ilha de São Vicente, pois dela se aproveita tudo da palha, do tronco e do coco. Esse aproveitamento integral do babaçu é proveniente do conhecimento que é menos transmitido e mais vivenciado no movimento do fluxo da vida cotidiana, pois como pontua Ingold (2015) o conhecimento entre as diversas gerações só se fixa e se perpetua ao longo da história se praticado e experimentado, pois do contrário, a transmissão de conhecimento sem estar inserido no processo da vida finda por dissolver-se ou tornar-se inútil. Nada se perde do babaçu:

O babaçu serve para muita coisa. Você sabe pra que o babaçu serve? O óleo serve para temperar; a casca dele serve pra fazer o carvão; a massa do coco eu criava os porcos e ia quebrar coco, quando eu vinha de lá era com a massa do coco, daquela massa grossa eu já trazia pra dar pros porcos; a palha do coco serve para cobrir uma casa, serve os talos; quando ele morre que cai, o paú serve pra plantar (adubo), pra botar nas plantas. É um prejuízo (acabar com o babaçu). Aí pra riba (na área de invasão) acabaram. (Trecho da conversa com dona Maria da Luz de Souza, 61 anos, ocorrida no dia 13 de março de 2022).

O paú é formado a partir da decomposição do tronco da palmeira do babaçu e utilizado como adubo natural para plantas. Por muito tempo parte de comunidade quilombola que vive ou viveu na ilha tirava do paú parte do seu sustento. Seu Pedro Barro contou que seu irmão, seu Salvador Barros, patriarca da comunidade, foi quem mais trabalhou e sustentou a família com o paú:

O serviço dele ele vender paú, bosta de gado pra aquele pessoal lá da rua. Ele tirava daqui da ilha mesmo, às vezes bosta de gado ali do Luiz “Palhaço”. Ele todo tempo foi vendedor de paú de babaçu [...] trabalhava só com paú e esterco de gado. (Trecho da conversa com seu Pedro Barros sobrinho, 78 anos, ocorrida no dia 15 de julho de 2022).

Fotografia 10 – Cocos do babaçu



Fonte: Herbert Costa Levy, março/2022

Ao longo do caminho que unem todos os lotes da comunidade quilombola, próximo das habitações é comum encontrar amontoados de cocos, frutos da palmeira do babaçu. Ele é utilizado em sua totalidade, do epicarpo até o endocarpo, ou seja, da casca até o seu interior. Embora nos trechos já apresentados da conversa com dona Maria da Luz ela tenha explicado as várias formas de utilização do coco do babaçu, ela detalha nos dois trechos a seguir, após a fotografia 11, como é feito o carvão.

Fotografia 11 – Dona Maria e a caieira



Fonte: Herbert Costa Levy, julho/2022

Esse buraco aqui você só faz limpar ele, aí bota um pouco de coco pra pegar fogo, aí vai carregar coco, carregar coco até encher ele dessa altura (próxima da abertura do buraco), aí a gente pega o talo (da palha do babaçu) bota em cima, forra todinho de talo, bota a folha de flandre por cima e bota terra. [...] Primeiro queima o coco, aí depois que tá só aquele brasilão que o fogo tá azul é que a gente forra de talo, põe o flandre e terra por cima. No inverno se você começar de manhã ela vai dar o ponto de noite. (Trecho da conversa com dona Maria da Luz de Sousa, 61 anos, ocorrida no dia 16 de julho de 2022).

Dentro do mato aí, onde acha cava um buraco e faz (a caieira). Se você andar no mato você vê os buracos, a caieira. De primeiro, pra mim botar um bujão de gás dentro de casa eu tinha que fazer 10 sacos de carvão e vender pra comprar o bujão. (Trecho da conversa com dona Maria da Luz de Sousa, 61 anos, ocorrida no dia 16 de julho de 2022).

Atualmente, o carvão produzido pelos quilombolas moradores da ilha é mais para consumo próprio. No lote de dona Maria da Luz existem algumas caieiras, mas quem costuma fazer o carvão com frequência é a sua filha Elizângela Barros, pois mesmo adquirindo um fogão a gás, a família continua a usar o fogão de barro. Dona Maria da Luz utiliza diariamente o fogão de barro para preparar a comida, ficando o fogão a gás para fazer o café e a merenda.

Fotografia 12 – Fogão de barro



Fonte: Herbert Costa Levy, março /2022

A madeira e a palha do babaçu também são muito utilizadas na construção de moradias da comunidade quilombola. Atualmente na área habitada pela comunidade há casas com parede de madeira e cobertura de palha, casas de taipa³⁸ e cobertura de palha ou telha de barro, normalmente de chão de terra batida. Recentemente também estão surgindo casas de alvenaria utilizando tijolos e telhas. Mesmo assim, a palha ainda é predominante na cobertura das moradias.

³⁸ Casa rústica feita com estrutura formada pelo entrelaçamento de varas cobertas com barro.

Fotografia 13 – Casa de taipa coberta com palha



Fonte: Herbert Costa Levy, julho /2022

Fotografia 14 – A casa de babaçu



Fonte: Herbert Costa Levy, março /2022

Além das fotografias 13 e 14, a fotografia 4, a casa de seu Pedro Barros, também é um outro tipo de moradia encontrada na área da comunidade, mas no caso específico da casa da fotografia 13 a palmeira babaçu é praticamente utilizada de forma total, a maior parte das paredes é feita da madeira do babaçu e de sua palha, sendo ela a moradia do vice-presidente da associação quilombola, Jovenilson Barnabé Noronha, 31 anos:

Aí nas paredes eu utilizei as tábuas de babaçu. Como a gente tem muito, né?! Muito boa, arrancando na lua boa é madeira pra muitos anos. A palha aí (apontando para o telhado da casa) vai pra três anos agora e ela vai aguentar mais uns dois anos. Depende da forma que você vai fazer. (Trecho da conversa ocorrida no dia 17 de julho de 2022).

A palha do babaçu também é fonte na complementação de renda de alguns membros da comunidade quilombola. William Barros, por exemplo, costuma retirar e vender a palha do babaçu, sobretudo no mês de julho quando as praias começam a surgir ao longo do Rio Araguaia e próximas a Ilha de São Vicente, pois muitas pessoas da cidade de Araguatins, de outras cidades e turistas costumam acampar nessas praias utilizando a palha para fazer barracas.

Embora a palha do babaçu seja ainda bastante utilizada, existe a preocupação com o desaparecimento da arte do manejo, traçado e utilização:

Teve a perda do irmão Raimundo, irmão da Fátima, então assim, o Raimundo era uma pessoa que lhe dava bem com o traçado do babaçu, de fazer um cofo, de fazer um abano. O tio Pedro, ele tem um pouco de habilidade com isso de fazer o traçado do babaçu. Então, assim...Quais outros conhecimentos que estão com as pessoas que estão indo (morrendo)? A gente teve a perda do tio Salvador, da tia Domingas, da tia Vicência, da tia Maria. A tia Maria era totalmente habilidosa com a palha do babaçu, de fazer várias coisas: caixa de segredo, esteira, abano...Então, assim...E os jovens? Como você transmite esse conhecimento pra juventude, sendo que essas pessoas mais velhas estão indo (morrendo) e muitos não tendo esse contato com o território? (Trecho da conversa com Jorlando Ferreira Rocha, 40 anos, ocorrida no dia 17 de julho de 2022).

A preocupação de Jorlando é pertinente, pois na Ilha de São Vicente moram poucos jovens, pois eles tendem a viver mais na zona urbana de Araguatins ou em outras cidades, locais em que é mais fácil conseguir trabalho e também onde existem melhores condições de saúde e educação. Como me falaram em algumas conversas, o ex-presidente da Associação, Miguel Barros, seu Pedro Barros e dona Maria da Luz, para habitar a ilha de forma permanente ou passar boa parte do tempo nela, é necessário ter outras rendas, como por exemplo as proveniente de aposentadoria, pois por morarem em uma área muito restrita, as plantações, criações de animais e mesmo o extrativismo são insuficientes para gerar uma renda que supra as suas necessidades, sendo a produção de parte da comunidade que vive na ilha mais para consumo próprio.

Para ilustrar o que foi discorrido anteriormente, uma das filhas de dona Maria da Luz, Maria Rita de Sousa Barros, 40 anos, que morava na ilha, trabalhava com o coco do babaçu extraíndo o óleo das amêndoas, contudo a renda obtida com o produto não era suficiente para sua sobrevivência, dessa forma, ela se mudou para o estado do Pará onde seu esposo conseguiu trabalho em uma fazenda.

Dona Maria da Luz vive hoje na ilha com a renda de sua aposentadoria e da de seu falecido esposo, seu Salvador Barros. Apesar de ter uma casa na zona urbana da cidade de Araguatins, ela gosta mais da vida na ilha, a casa da cidade ela vai quando tem que fazer compras ou exames de rotina, pois ela se curou de um câncer de mama e com frequência vai consultar o médico que faz seu acompanhamento na cidade de Araguaína, distante 235 quilômetros de Araguatins.

Diferentemente do fluxo migratório que ocorre com maior frequência que leva muitas pessoas a saírem da zona rural para a zona urbana, no caso de dona Maria da Luz e Salvador Barros eles até tentaram na década de 80 residirem na cidade, mas não conseguiram, pois segundo ela, eles estavam passando mais necessidades na cidade do que na ilha, pois não tinham qualificação e escolaridade para conseguir um emprego. Assim, preferiram sobreviver “na” e

“da” ilha, apesar do trabalho árduo e exaustivo sempre salientado por ela nas conversas. O babaçu foi imprescindível para o sustento de sua família.

Na roça era mais eu que buscava coco, tirava azeite do serviço que eu fazia, aí que ele (seu Salvador Barros) revendia. As coisas que eu fazia pra vender, azeite, carvão eu criei meus filhos e eduquei foi assim e ele vendendo adubo. Eu tirava azeite até pro povo de São Paulo. (Trecho da conversa com dona Maria da Luz de Sousa, 61 anos, ocorrida no dia 16 de julho de 2022).

O Araguaia

O Rio Araguaia percorre os estados de Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Pará, possuindo aproximadamente 2000 quilômetros de extensão. É tautológica a assertiva de sua importância para as cidades por ele banhadas para manutenção do equilíbrio ecológico, abastecimento de água à população, irrigação, turismo, geração de energia, especialmente atividades de caráter econômico, mas para as comunidades tradicionais não se trata de um mero recurso ou potencial econômico, ele tem outro sentido, sua relação é de ordem mais orgânica fazendo parte de sua cosmovisão, imprescindível para a sua sobrevivência e associado ao seu bem-estar.

No contexto do estado do Tocantins, o Rio Araguaia, além de várias cidades, banha várias outras localidades onde se encontram diversas comunidades tradicionais como a Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo, terra da União, onde vivem os povos indígenas Karajá, Javaé e Ava-Canoeiro. No extremo norte do estado, na microrregião conhecida como Bico do Papagaio, o Araguaia envolve a Ilha de São Vicente, onde vive parte da comunidade quilombola mote desta pesquisa, e no município de Esperantina ele encontra o Rio Tocantins, região onde estão localizadas as comunidades quilombolas de Carrapiché, Ciriaco e Prachata.

No que tange a Ilha de São Vicente, o Rio Araguaia literalmente abraça comunidade de forma que para ela a relação com o rio é intensa há mais de um século, e mais do que representar ou significar algo, o rio atua e afeta a vida dos moradores da ilha nas suas dimensões sociais, econômicas, culturais, comportamentais, religiosas, recreativas, de saúde, dentre outras esferas.

Um dos cenários que marcam essa relação é a presença das voadeiras e rabetas, embarcações mais comuns encontradas na região, sendo exclusivamente a via fluvial o único meio para se chegar na ilha. O Araguaia e os barcos são indispensáveis para a comunidade, durante o período que estive na comunidade quilombola, pude acompanhar cotidianamente a relação entre quilombolas, rio e barco.

Fotografia 15 – Voadeira



Fonte: Herbert Costa Levy, julho /2022

Fotografia 16 – Rabeta



Fonte: Herbert Costa Levy, março /2022

Durante o trabalho de campo utilizei as duas embarcações, a diferença entre as duas é quanto ao número de pessoas que cabem em cada uma, velocidade e resistência do material. A voadeira tem o motor de popa mais potente, sendo mais veloz do que a rabeta, no caso a de William Barros tem 15 hp, espaço para dez pessoas e feita de alumínio, sendo mais resistente aos perigos que representam as pedras e bancos de areia existentes no Rio Araguaia, já a rabeta, pequeno barco ou canoa com motor acoplado de baixa potência com eixo de transmissão e hélice na sua ponta conduzido manualmente com auxílio de um bastão, no caso a de seu Pedro Barros, na fotografia 16, tem 7 hp de potência, de madeira e com capacidade mais reduzida quanto ao número de passageiros. A rabeta por ser um barco com motor menos potente é o mais acessível para os moradores da Ilha de São Vicente, mas antes, quando não era possível adquirir o motor, os membros da comunidade quilombola utilizavam o barco ou canoa a remo, fazendo com que o percurso entre a ilha e a sede administrativa da cidade durasse aproximadamente uma hora, segundo Jovenilson Noronha. Um dos últimos membros da comunidade quilombola a fazer esse trajeto utilizando o remo foi o seu Zé de Ferro, já falecido, padrao de Dona Maria da Luz, que nunca abdicou de remar seu barco. Atualmente o percurso é feito pelas embarcações movidas a motor.

Durante o trabalho de campo, percorria diariamente a pé um pouco mais de dois quilômetros que corresponde a trilha que unem as casas da comunidade próxima à beira do rio,

mas também naveguei algumas vezes a mesma extensão pelo Araguaia na rabeta conduzida por seu Pedro Barros nas águas próximas ao seu leito, o que para mim era um misto de passeio e ao mesmo tempo uma forma de economizar tempo e otimizar meu trabalho, além de reduzir o esforço físico pela caminhada, para seu Pedro Barros, navegar é quase sempre conectar a ilha com a cidade e vice-versa.

Seu Pedro Barros possui uma casa na cidade onde mora sua esposa, mas ele prefere viver mais tempo na Ilha de São Vicente, assim sua relação com a cidade é constante. Várias vezes ao longo da semana ele vai comprar mantimentos na cidade, trazer água potável, como na fotografia 16 ou levar algum excedente da sua roça e todos os domingos pela manhã ele sai da ilha para ir à missa na igreja matriz na Praça da Bandeira, paróquia São Vicente Ferrer, padroeiro de Araguatins, estando localizado a sua frente o cais da cidade. Normalmente seu Pedro Barros quando ia para à cidade também levava sua bicicleta na rabeta antes dela quebrar, sendo ela um outro meio de transporte importante para agilizar seus afazeres. Outro morador quilombola da ilha, Jovenilson Barnabé, diariamente faz esse trajeto, saindo antes das 8 da manhã rumo à cidade, onde trabalha em uma madeireira, retornando ao final da tarde.

A voadeira, além de ser uma embarcação mais rápida, também proporciona uma importante fonte de renda. Acompanhei um pouco da rotina de William Barros que recentemente havia adquirido uma voadeira para trabalhar transportando pessoas, especialmente no mês de julho, período que o Araguaia está mais seco e surgem praias próximas à Ilha de São Vicente e ao longo do leito do Rio Araguaia, atraindo milhares de turistas de várias localidades, moradores de Araguatins e mesmo parte da comunidade quilombola que não mora na ilha.

Algumas vezes, no período em que estive em campo no mês de julho, William Barros saía antes das sete horas da manhã para levar grupo de pessoas para diversas praias da região, mas boa parte da sua renda era oriunda do transporte de pessoas do cais da cidade para a Praia da Ponta, localizada no Rio Araguaia, situada entre a Ilha de São Vicente e a cidade. Esta praia, no mês de julho, é maior ponto turístico de Araguatins, recebendo milhares de pessoas, de forma que a prefeitura investe em estrutura de barracas com bares, lanchonetes, restaurantes e palco com apresentações musicais de artistas locais e de renome nacional. Durante o evento, tem dias que a praia fica movimentada desde a manhã até a madrugada do dia seguinte. O valor da passagem nas voadeiras varia de R\$ 4,00 (quatro reais) a R\$ 5,00 (cinco reais). Dezenas de voadeiras fazem esse pequeno percurso da Praia da Ponta-cais/ cais-Praia do Ponta. Na fotografia 15, William Barros está aguardando sua vez de levar os passageiros para o cais. Nesse período, o turismo no rio é uma oportunidade que alguns membros da comunidade quilombola

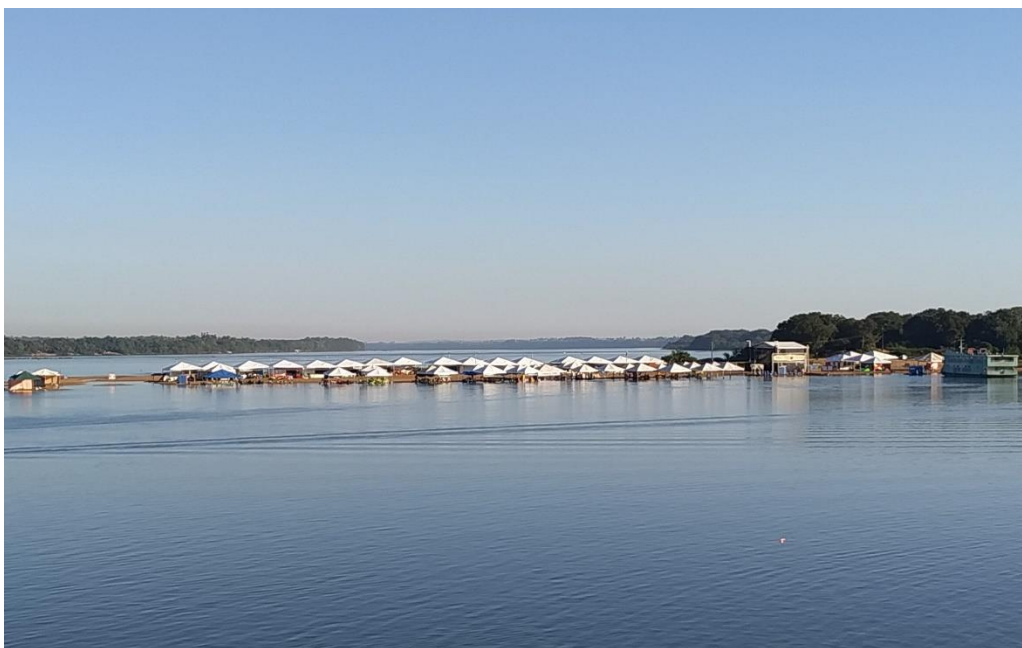
e moradores da região encontram para auferir uma renda maior. Após o mês de julho o Araguaia começa a encher gradativamente e as praias vão desaparecendo.

Fotografia 17 - Cais



Fonte: Herbert Costa Levy, julho /2022

Fotografia 18 – Praia da Ponta



Fonte: Herbert Costa Levy, julho /2022.

Outra embarcação importante é a lancha escolar, adquirida em 2014 através do Governo Federal e mantida pela prefeitura de Araguaatins. Ela fica atracada na beira do Rio Araguaia, situado defronte à casa de William Barros, que também é o seu condutor. O local é o principal cais da comunidade quilombola. A lancha escolar atende não somente as crianças e jovens estudantes da comunidade, mas os demais alunos que moram na ilha, quilombolas ou não. Além de atender a ilha, a lancha também busca estudantes de outras localidades próximas.

A lancha escolar capacidade para 20 pessoas e começa a transportar os alunos a partir das 11 horas chegando por volta do meio-dia ao cais da cidade, de lá seguem a pé ou de ônibus para suas escolas e por volta das 17 horas, a lancha escolar zarpa do cais da cidade deixando os alunos na beira do Araguaia em pontos próximos as suas casas.

Fotografia 19 – Lancha escolar



Fonte: Herbert Costa Levy, março /2022

Fotografia 20 - Estudantes



Fonte: Herbert Costa Levy, março /2022

“Navega” também pelo Rio Araguaia a fé católica como elemento diacrítico da comunidade quilombola desde a chegada dos ancestrais fundadores na ilha. Muitos membros costumam ir à missa aos domingos como o seu Pedro Barros, mas outra afirmação de fé também se manifesta nos festejos que costumam ser realizados em homenagem aos três santos: São José, no dia 19 de março; Nossa senhora do Rosário, no 2º domingo de outubro; São Lázaro, no dia 17 de dezembro. Todos esses festejos católicos sempre congregaram membros da comunidade

quilombola da ilha e de outras localidades, parentes que moravam do outro lado do Rio Araguaia, no município de Brejo Grande-PA e moradores da ilha não quilombolas e da cidade com quem mantinham vínculos de amizade. Era pelo rio que todos se uniam pela fé na ilha de São Vicente. Seu Pedro Barros descreveu um pouco como eram esses festejos:

Nosso santo que nós tinha era São Lázaro, Nossa Senhora do Rosário e São José. Meu pai era devoto desses santos. Aí quando era dia de São Lázaro, que é (santo) dos cachorros, fazia os pratinhos de comida tudo bem feito³⁹. Tinha aquelas festas, o festejo de Nossa Senhora do Rosário, minhas irmãs iam fazer bolo aqui no lado do Pará, aí atravessavam (o rio) com aquele horror de lata cheio de bolo. Aí onde morava Vicência, minha irmã, lá era festona, fazia duas latadas, uma na frente da casa outra lá no fundo, tinha suça⁴⁰, tinha baile tocado. Eu era menino nesse tempo. Aí o pai matava um boi, tinha uma galinha, tinha porco, vinha aquele pessoal do Pará, de Araguatins, o porto cheio de barco. (Trecho da conversa ocorrida no dia 15 de julho de 2022).

O festejo de São Lázaro, ainda foi mantido pelo pai do seu Pedro Barros, mas não foi levado adiante pelos seus filhos. Nos festejos de São José e Nossa Senhora do Rosário era seu Salvador Barros quem estava à frente com apoio da comunidade, sendo que o de São José, a princípio, tinha a frente Juarez Batista Barros, que antes de falecer em 2003, segundo dona Maria da Luz, pediu para que seu irmão, Salvador Barros, ficasse à frente do festejo do santo.

Apesar desses festejos serem tradicionais da comunidade quilombola, o último festejo realizado foi o de Nossa Senhora do Rosário, no ano de 2017. Dona Maria da Luz conta que vinha muito “motor”, embarcação para assistir à missa na ilha. Nesse dia, seu Salvador Barros ia para a cidade e a santa era trazida em uma procissão fluvial pelo Rio Araguaia até a Ilha de São Vicente e ao chegar era realizada uma missa, depois eram servidos almoço e café com bolo. Quanto ao festejo de São José, dona Maria da Luz disse que embora muitos viessem de barco para o festejo, não era uma procissão fluvial. Neste festejo normalmente também se rezava uma missa, e quando o padre da paróquia não podia realizar a missa, realizava-se o festejo do mesmo jeito. No entanto, desde a morte de Salvador Barros, faz cinco anos que nenhum festejo é realizado. Os motivos encontram-se numa conversa que mantive com Jorlando Rocha:

A morte do tio Salvador foi um marco muito grande porque hoje temos uma divisão religiosa. Nós temos as pessoas que são católicas e nós temos as pessoas que são

³⁹ Várias cidades no estado do Tocantins comemoram o dia de São Lázaro, protetor dos animais. No festejo costuma-se preparar um banquete que é servido primeiramente aos cachorros e em seguida os seus donos e demais participantes fazem as suas refeições.

⁴⁰ Também conhecida como sussa ou sussia, é uma dança de origem africana presente nos estados de Goiás e Tocantins surgida a partir da inserção de escravos no trabalho de mineração no período colonial. A suça envolve movimentos circulares, o canto e instrumentos musicais como caixa, viola, tambor, cuca e pandeiro. É uma dança típica comum em festejos e folguedos. Atualmente não se costuma dançar na comunidade, mas em outras comunidades quilombolas a tradição se faz presente.

protestantes, e assim, tradicionalmente eu não sei dizer porque, mas o cristianismo ele entrou dentro das comunidades quilombolas, não é uma tradição africana, mas como uma forma de resistência também, os negros acabaram aceitando essa questão do cristianismo de Jesus. Junto com isso veio a questão das celebrações e cada comunidade hoje tem suas celebrações, seja no caso de nossa comunidade, que é São José, seja no caso da de Ciriaco com o Círio de Nazaré que vem lá de Marabá, vem de barco. Então, a nossa comunidade tinha a tradição e o tio Salvador mantinha isso por causa que o pai dele fazia essa festa junto com os irmãos, com a tia Domingas, vó Domingas, vó Brasilina, com tia Raimunda, todos católicos, então eles mantinham isso. Com a morte do tio Salvador e aí depois com a covid, nós tivemos várias perdas que dificultou a questão das celebrações. Tivemos a morte do tio Salvador, tivemos a morte da tia Maria, irmã do tio Salvador e depois a morte da tia Domingas, irmão do tio Salvador e depois tia Vicença, e aí depois que veio (a morte) a Fátima mais o Raimundo. (Trecho da conversa ocorrida no dia 17 de julho de 2022).

Faz 5 anos que nenhum festejo é realizado, assim que foi realizado o último, o de Nossa Senhora do Rosário, seu Salvador Barros veio a falecer poucos dias depois. Nesse ínterim morreram suas irmãs, Maria Batista Barros, Domingas Batista Barros e Vicença Batista Barros, está última era mãe de Fátima Barros e Raimundo Batista Barros, ambas lideranças vítimas da covid -19. Hoje seu Pedro Barros é o único irmão vivo de Salvador Barros, ele é um dos últimos da 4ª geração da comunidade, geração que tem em média mais de 70 anos e lamenta a não realização dos festejos que costumavam ocorrer ao longo das gerações: “Acabou tudo, aqueles encontros do ano retrasado para cá. Depois da morte do Salvador acabou tudo. Aí, começou a pandemia. Depois dessa pandemia, pronto, acabou.” (Trecho da conversa ocorrida no dia 14 de março de 2022).

Diante do exposto e conforme apreendi em outras conversas e no convívio diário com algumas pessoas da comunidade, o crescimento da religião evangélica, a covid -19 e as mortes, foram motivações para o arrefecimento dos festejos católicos. Apesar desses motivos, em 2022, a comunidade está retornando paulatinamente a conviver como outrora após o isolamento em virtude da pandemia. Diante desse novo contexto auspicioso, alguns membros da comunidade quilombola desejam retomar algumas celebrações e festejos, ver o rio cheio de barcos na procissão e no porto da ilha, como dona Maria da Luz, que venceu o câncer, mas está ainda com a saúde pouco fragilizada: “Eu tenho vontade, se eu ficar boa com fé em Deus, e eu espero em Deus, vou mandar fazer uma capela e os dois festejo, São José e Nossa Senhora do Rosário. Eu tenho coragem de seguir com eles.” (Trecho da conversa ocorrida no dia 14 de março de 2022).

O Araguaia não é só meio, caminho e fluxo ele também é fonte. Ele abriga uma variedade de animais aquáticos, em especial os peixes, parte importante da dieta alimentar da comunidade quilombola, especialmente daqueles que vivem “na” e “da” ilha. O conhecimento sobre o rio atravessa gerações, faz com que eles conheçam uma variedade grande de espécies

de peixe e as técnicas adequadas para pescá-los relacionado com o fato do rio estar mais cheio ou seco:

A comunidade tem bastante conhecimento sobre os eu território, o que é uma coisa boa. Ela não conhece só aquele espaço que ela tá ocupando ali, os 32 hectares. As pessoas mais velhas e as mais jovens que lidam com a questão da pesca, eles conhecem a ilha como um todo, conhecem as espécies. (Trecho da conversa com Jorlando Ferreira Rocha, 40 anos, ocorrida no dia 17 de julho de 2022).

Alguns membros da comunidade quilombola contaram sobre os tipos de peixes que a costumam pescar e as técnicas utilizadas:

Peixe a gente pega a curimatá, tucunaré, piau, barbado, fidalgo, corvina, tudo a gente pega aqui. Aqui a gente apela pra duas coisas: anzol e malhadeira. [...] O pessoal pratica o espinhel, principalmente na cheia pra pegar peixe maior, tipo filhote, jaú, pirara. Esses é mais difícil de pegar com a rede, pois ela não suporta. (Trecho da conversa com Jovenilson Barnabé Noronha, 31 anos, ocorrida no dia 17 de julho de 2022).

É anzol, é rede, mais é rede, anzol é quando dá certo, rede que é garantido e tarrafa, mas aqui a nossa pesca mesma é mais pra consumo. Vai ali (no rio), pega o almoço, depois volta, pega a janta. Tudo depende do horário. Espinhel tem muita gente que usa aqui. Tem pesca de mergulho também. Tem muito jacaré, mas nunca chegou a ter um ataque. (Trecho da conversa com Valdeir Rodrigues da Silva, 37 anos, ocorrida em 16 de julho de 2022).

Dona Maria da Luz, também falou da utilização do “anzolão”, praticado por seu Salvador Barros para pescar peixes como filhote, dourado e pirarara, que consiste em amarrar a linha de pesca em um galho de árvore próximo ou dentro do rio com uma chumbada para o anzol submergir nas águas.

Além da pesca, o período de cheia e seca do Rio Araguaia também promove alterações na vida da comunidade em outras searas. No período em que ele está mais seco, normalmente entre os meses de maio e setembro, a ilha e seu entorno fica mais movimentada, sobretudo no mês de julho, quando se formam várias praias, e parte da comunidade quilombola que vive na cidade e em outros municípios visita seus parentes e também aproveita para cuidar de seus lotes. No período em que o rio está cheio é quando os membros da comunidade aproveitam para adquirir matérias como tijolos e telhas para construção de casas ou qualquer outro material mais pesado, pois durante o período em que o rio está seco, os seus barrancos ao longo do leito se tornam mais íngremes e o rio se distancia mais das casas, tornando o transporte desses materiais difíceis e mais trabalhosos.

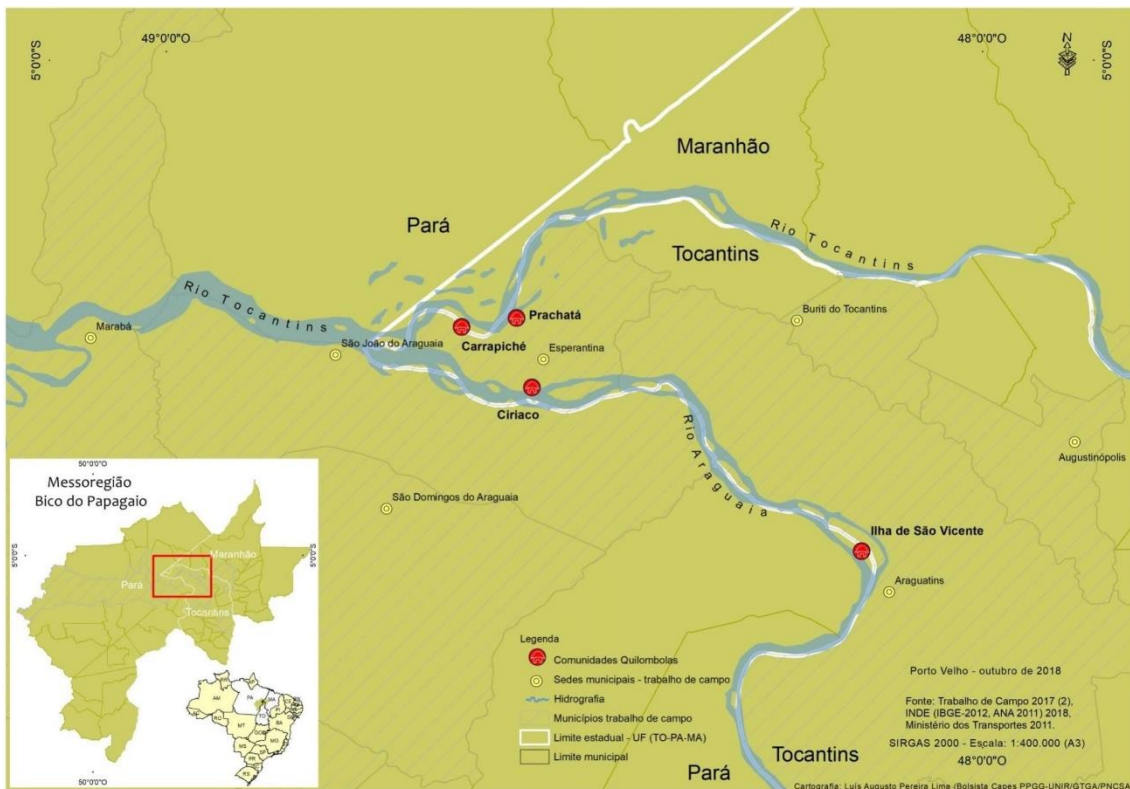
Fotografia 21 – A cheia e a seca no Araguaia



Fonte: Herbert Costa Levy, março e julho /2022.

Destarte, o Rio Araguaia afeta e age sobre comunidade quilombola compondo sua cosmovisão e modos de vida na ilha numa relação orgânica que dá sentido à vida e garante a sua sobrevivência, contudo, existe também o risco eminente de uma ação humana no Rio Tocantins que afetará o Rio Araguaia que poderá acabar com Ilha de São Vicente afetando as suas formas de vida em futuro próximo. Sobre esse risco eu já tinha tomado ciência quando estive pela primeira vez na ilha em 2013, mas que continua latente assolando a comunidade: a construção da Usina Hidrelétrica de Marabá (UHE Marabá - PA), no Rio Tocantins, bacia Tocantins-Araguaia. A construção da barragem afetará pelo menos 4 comunidades quilombolas conforme os pontos em vermelho do Mapa 2.

Mapa 2 – Comunidades quilombolas do Bico do Papagaio



Fonte: SANTOS (2019)

Assim, além dos conflitos e da presença de não quilombolas na ilha, as águas poderão ser outro empecilho para o usufruto dela como território, conforme pontuou Jorlando Rocha em uma de nossas conversas:

Existe a possibilidade, ela é grande. A questão da barragem é só uma questão de tempo mesmo pra que ela saia. Se sair impacta totalmente a ilha, impacta porque eles chamam de cota 96 e aí ela vai ficar praticamente toda de baixo d'água, vai ficar só os torrãozinho [...] e aí todas aquelas bicharadas que tem naquelas matas somem tudo. [...] A barragem de Marabá, Serra da Mesa, tá bem adiantada, a questão dos processos de licenciamento já tá bem adiantada. Eles deram uma calada, ninguém sabe como está direito. [...] Não vão desistir porque ela faz parte de um grande projeto pra ser construída mais de vinte barragens no Rio Tocantins a partir da de Estreito. A de Estreito vai ser a primeira construída, depois vem essa de Marabá e depois dessa de Marabá vem outras barragens menores. [...] A de Estreito e a de Marabá são as grandes que vão impactar. A de Marabá é a que vai impactar mais e aí, depois, a longo prazo, ao longo de cinquenta anos você tem a previsão de tornar aí, é como se fosse você represar e aí o rio se torna intrafegável, então, assim, tem um grande projeto aí de 50 anos que não tá parado por mais que o pessoal ache que tá parado. Ele faz parte desse projeto da ferrovia Norte-Sul. (Trecho da conversa ocorrida no dia 17 de julho de 2022).

Os responsáveis pelo empreendimento conjunto são as centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte) e a Construtora Camargo Corrêa S.A como parte do Programa de

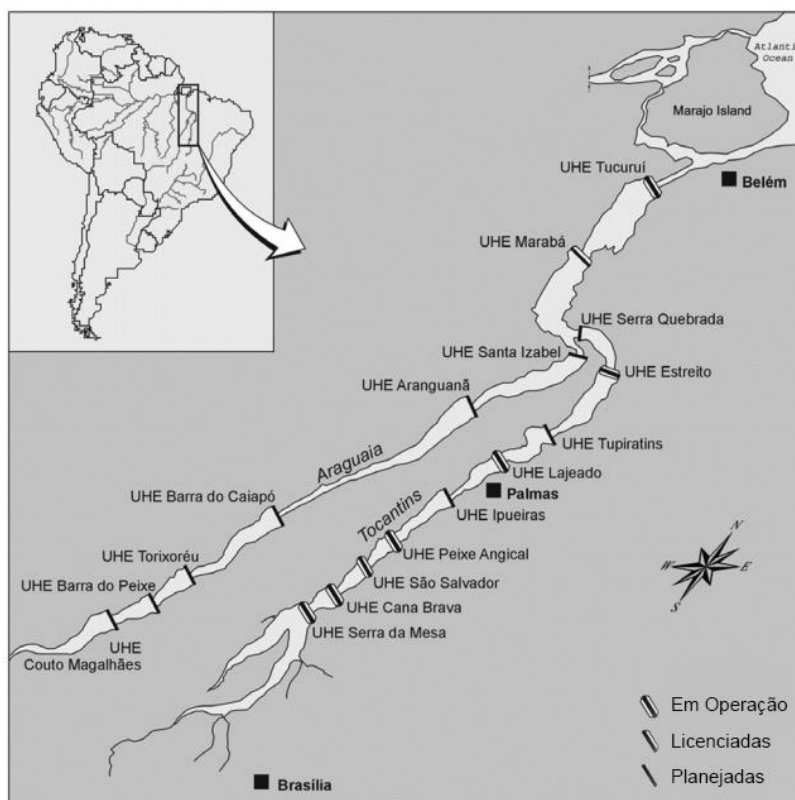
Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. A região do Bico do Papagaio no Tocantins, fronteira com os estados do Pará e Maranhão é considerada de alto potencial energético. Projetos dessa natureza desenvolvimentista vem recrudescendo desde a década de 60 fomentado pelo Estado para atender os interesses em especial da indústria siderúrgica em virtude da abundância de minério principalmente do estado do Pará, tanto que o Plano Nacional de Energia de 2030 prevê 30 projetos de hidrelétrica na região Amazônica (Brasil, 2015).

Tais projetos são danosos a todo o ecossistema da região, afetando a fauna, a flora, os peixes, as cidades e os povos tradicionais dessa região. O impacto ambiental e social, informado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), segundo os Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e o Relatório de Impactos Ambientais (RIMA), é de que a obra formará um lago de 660 Km², maior do que o de Belo Monte, desterritorializando mais de 10 mil pessoas, afetando 12 municípios dos estados do Pará, Tocantins e Maranhão⁴¹. Nesse contexto, municípios tocantinenses como Ananás, São Sebastião do Tocantins, Esperantina e Araguaatins serão afetados e parcialmente inundados, sendo que nos dois últimos existem comunidades quilombolas. Nesse contexto, a Ilha de São Vicente que é parte do território primevo da comunidade será praticamente toda inundada.

No Mapa 3 é possível ver as barragens em operação, licenciada e planejadas nos rios Tocantins e Araguaia, ressaltando que neste último, onde a comunidade quilombola Ilha de São Vicente está localizada, não possui ainda nenhuma barragem construída, mas a barragem planejada para Marabá no Rio Tocantins afetará ela e as outras que estão mais próximas do empreendimento.

⁴¹ Disponível em: < <https://mab.org.br/2015/02/18/usina-marab-perigo-que-se-aproxima/> > Acesso em: 04 de dez. de 2022.

Mapa 3 – Barragens em operação, licenciadas e planejadas da bacia Tocantins-Araguaia



Fonte: AGOSTINHO; AKAMA E LUCINDA (2009)

As comunidades tradicionais creem que os impactos podem ser ainda maiores trazendo consequências mais profundas, pois veem com desconfiança o EIA/RIMA e o processo para o licenciamento ambiental subsequente, pois muitas vezes elas não são devidamente informadas pelas empresas responsáveis pelas obras e pelos órgãos governamentais competentes, situação ocorrida com a comunidade quilombola da Ilha de São Vicente, que fez com uma das lideranças, Fátima Barros, questionasse sobre o licenciamento ambiental junto a FCP, órgão do Governo Federal responsável por se manifestar sobre empreendimentos dessa natureza em terras quilombolas, recebendo a resposta de que o órgão não havia recebido nenhuma informação sobre o licenciamento, fato que a deixou indignada, pois não havia nenhum alerta ou informação clara sobre que impactos de fato serão causados pela barragem (Cruz, 2017). Passados seis anos, a situação continua a mesma, pois quando estive na comunidade quilombola fui informado que nenhum órgão governamental ou empresa responsável pelo empreendimento havia realizado audiência pública na comunidade, encontro ou reunião para informar, esclarecer ou sanar dúvidas sobre a construção da UHE Marabá-PA e seu impacto socioambiental.

Portanto, a construção do empreendimento traz riscos reais que podem desestruturar a comunidade quilombola Ilha de São Vicente, já que para eles o território não é um pedaço de

terra negociável dentro de uma lógica capitalista na qual os proprietários de terra vendem e compram buscando auferir maiores possibilidades de lucro, a ilha é o berço da comunidade, os laços com ela não é mercadológico como a de muitos moradores não quilombolas que nela vivem, são laços históricos e afetivos que somente uma coletividade que tem uma relação orgânica ancestral com o seu ecossistema pode desenvolver.

As águas do Rio Araguaia que desde o passado até hoje sustentam e caracterizam o modo de viver da comunidade são as mesmas que no futuro não muito longínquo podem se transmutar em lago artificial, uma espécie de metamorfose degenerativa que transformam o movimento das águas em águas paradas que asfixiam todo um ecossistema, fragilizando ou causando mortandade e extinção de peixes, animais silvestres e vegetais, assim como a favelização de indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, pequenos agricultores, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, que serão des-re-territorializados ocupando precariamente cidades da região do Bico do Papagaio agravando ainda mais os problemas sociais nas zonas urbanas, e o pior para a comunidade quilombola da Ilha de São Vicente, como disse Jorlando, é ter que viver longe do Araguaia:

O rio pra comunidade tá muito relacionado com essa questão do extrativismo de pesca. Poucas famílias tão vivendo dessa pesca do rio. Alguns são pescadores, o Reginaldo, o tio Pedro, já aposentado, o Deusivan, ainda usufruem para o consumo, mas ele (o rio) tá relacionado com a questão do bem estar, assim como o território, por exemplo: a tia Da Luz que tava passando por essa situação de câncer, ela procura a comunidade ali pra se sentir bem, e aí não só o rio faz bem pra eles, o trabalho com a horta, com o sítio. [...]. Já para o William o rio é uma forma de sobrevivência, trabalha no barco transportando os alunos. No período de praia ele trabalha ganhando dinheiro ali transportando pessoas pra praia. Agora você imagina pensando no rio enquanto impacto da hidrelétrica. A hidrelétrica vai impactar a ilha e aí nós temos que sair dali e vamos ser reassentados num local onde não tem rio. (Trecho da conversa ocorrida no dia 17 de julho de 2022).

Assim, urge celeridade na tramitação do processo fundiário junto ao INCRA através da emissão do CCDRU para que principalmente parte comunidade quilombola que vive fora da ilha possa ocupar, habitar, trabalhar nela de forma livre em toda a sua dimensão e desta maneira reforçar seus vínculos afetivo com ela e entre si, ademais, o CCDRU se constitui também como um instrumento importante ao garantir a segurança jurídica à comunidade, que reforçará na luta que se travará no futuro contra a o Estado e as empresas envolvidas na construção da barragem. Até lá, o Rio Araguaia seguirá sendo o que sempre foi conforme me explicou Jovenilson em uma das nossas conversas em julho de 2023: “Vejo o rio como uma mãe e um pai porque muitas vezes tá só com o arroz e o feijão, aí a gente dá um pulinho lá e pega o peixe. Sem o rio, a comunidade não é nada”. No presente a comunidade está mais preocupada com o aumento dos

invasores na ilha que não só estão ocupando ela indevidamente estabelecendo morada, mas também cometendo crime ambiental, como por exemplo, desmatar e derrubar ilegalmente árvores como o centenário estopeiro, símbolo da comunidade, ações criminosas estas que a comunidade quilombola vem denunciando com frequência às autoridades, situação que poderia ser aplacada se o problema da regularização fundiária estivesse resolvido, um problema presente.

Animais

Ações antropogênicas estão afetando a Ilha de São Vicente e conseqüentemente a vida de parte da comunidade que vive nela, devido à presença do gado dos fazendeiros, do fogo e dos invasores chamados de “ribeirinhos” ou “pescadores”, sobretudo a partir de 2010, causando a extinção e o desaparecimento de diversas espécies animais, incluindo aquelas que fazem parte da dieta da comunidade, pois a caça, embora hoje não tenha o mesmo peso de outrora, ainda é uma prática importante que caracteriza diacriticamente a comunidade.

Ao conversar com dona Maria da Luz e seu Pedro Barros, eles contam que animais como porco do mato ou porcão, paca, anta, tatu, veado estão desaparecendo da ilha, sendo a capivara um dos poucos animais encontrados com maior frequência e que costuma prejudicar os roçados da comunidade. Segundo Jovenilson, a paca também costuma prejudicar as plantações, roendo os pés de milho para primeiro derrubá-lo e em seguida poder comer sua espiga, “ela é muito sabida”.

Algumas espécies de pássaros comuns na ilha também estão desaparecendo, conforme seu Pedro Barros:

Tinha mais caça aqui, tinha mutum, tudo nós matava pra comer. Hoje acabou. De pássaro que tem ainda é o jacamim e assim mesmo muito pouco. Jacamim tá em extinção, nós nem matar nós mata. Antigamente a gente matava pra comer, jacu grande, rapaz, do tamanho de um peru, tinha muito. Hoje não existe. Se eu ver nem mato. (Trecho da conversa ocorrida no dia 14 de março de 2022).

Hoje a abundância de animais da ilha está somente nas histórias contadas pelos mais velhos evocada pela memória dos mais jovens como Jovenilson:

Aqui, que nem eu conversava com a minha vó e o tio Salvador, eles contavam que aqui era fartura. Ele disse que porcão aqui era demais, a queixada mesmo, ele via muito. Eles atravessavam do Pará pra cá, passava uma temporada aqui, depois voltava pra lá no nado. Onça aqui tinha, hoje não existe. A gente tem uns conhecidos ali pra baixo, lá a gente já viu rastro da anta. Na região nossa aqui a gente não viu. A gente

já viu o caititu do lado de lá da lagoa onde tem o najazal. Essas caças maiores é sempre do lado de lá do najazal, mas a gente vai preservando e vai aumentando. (Trecho da conversa, ocorrida no dia 17 de julho de 2022).

O lago supracitado está situado próximo ao fundo dos lotes da comunidade quilombolas. Existem três grandes lagos na Ilha de São Vicente: Piroasca, Pessoa e Lagoa Grande. A região próxima, no entorno dos lagos é alagadiça e pouco acessada pelos moradores da ilha, no caso da comunidade quilombola, o acesso restrito deve-se ao fato desses lagos estarem atualmente fora do perímetro do seu atual território. Assim, é possível encontrar ainda algumas espécies animais e árvores que em outras partes da ilha já não se encontram mais.

O najazal citado por Jovenilson é um espaço onde estão localizadas várias palmeiras chamadas de inajá, que assim como o babaçu, também existe em profusão, cujos frutos servem de alimento para os animais, e é com utilização desse fruto que os membros da comunidade quilombola que costumam caçar, fazer a “ceva”, local com alimentos para atrair a caça, e mais recuado, como na fotografia 22, tem o “mutá”, uma armação de madeira onde o caçador fica trepado com uma espingarda esperando a caça, evitando por exemplo, ser atacado por uma cobra ou outro animal.

Na realidade um conjunto de fatores vem afugentando, reduzindo e causando a extinção de alguns animais de caça, como o desmatamento das árvores e as queimadas que afetam a vegetação da ilha. Normalmente o fogo começa no mês de agosto e atinge a área que a comunidade quilombola vive atualmente. No ano de 2021 chegou próximo da casa de dona Maria da Luz e deu trabalho para apagar. Não se sabe se o fogo vem dos fazendeiros ou dos “ribeirinhos” ou “pescadores”, pois como me falaram é o tipo de ação criminosa que ninguém assume, tal como a armadilha de espera.

Fotografia 22 – A ceva e o mutá



Fonte: Herbert Costa Levy, março /2022.

Essa forma de caçar pela comunidade é voltada para subsistência, mas encontra-se afetada pelas invasões que vem ocorrendo acarretando o desaparecimento de várias espécies, conforme contaram o casal Silvanei Barros e Valdeir Rodrigues:

Valdeir: - A caça mais daqui é tatu, paca e capivara, já teve mais. Depois da vinda desses ribeirinhos pra cá acabou mais porque a “varrida” que eles fazem pra caçar afasta muito deles. Eles fazem a varridona aí. A”varrida” faz um limpa aqui pra andar de noite, fazem uma varrida de mil metros, bota duas, três, quatro pessoas. Aquilo dali vai afastando os bichos, aí quando o bicho chega naquela “varrida”, onde foi feita ela, ele não passa mais. Eles, os caçadores, ficam caminhando de noite.

Silvanei: Teve uma vez, não foi dessa parte aqui da ilha, um negócio de caça, colocou um cano (espingarda/badoque) e deixou no mato, aí o rapaz quando veio colocar energia (funcionário da empresa de energia que estava realizando o trabalho de instalação de energia elétrica na ilha), disparou nele, aí não apareceu o dono desse negócio da parte lá dos ribeirinhos. Nós fomos lá (delegacia) pra fazer a ocorrência, tudo porque não era daqui.

Valdeir: Eu faço ceva, ceva não espanta o bicho não, faz é atrair. Eles lá fazem varridona. Eles já vêm querer caçar pra cá porque lá não acha mais, tá fraco e espanta os bichos daqui também. (Trecho da conversa ocorrida no dia 14 de março de 2022).

As falas de Valdeir e Silvanei mostram duas formas de caçar praticadas pelos invasores conhecidos como “ribeirinhos” ou “pescadores” que preocupam a comunidade quilombola, pois a “varrida” praticada por eles não somente tem espantado as caças da área que estão situados, dentro da fazenda do vizinho conflitante com a comunidade, como das áreas situadas entre o fundo dos lotes e o lago em que a comunidade costuma caçar, uma vez que os invasores estão percorrendo áreas cada vez maior afugentando os animais. A segunda, é uma armadilha de espera em que a espingarda ou badoque (espingarda de fabricação caseira) é montada no chão com uma corda amarrada no gatilho acionada quando o animal pisa ou puxa ela, sendo essa forma bastante perigosa, pois não somente membros da comunidade quilombola pode ser vítimas dessa armadilha, como os demais moradores não quilombolas. Jovenilson contou que o funcionário da Energisa, mencionado por Silvanei, quando estava instalando a rede de energia elétrica foi vítima de um tiro, mas por sorte não morreu porque antes o projétil acertou a lâmina de um trator, mesmo assim, os estilhaços causaram ferimentos no queixo do funcionário.

As “coisas” da Ilha de São Vicente

Além do rio, barcos, babaçus, armadilha, animais, em suma, do que foi discorrido acima, outros elementos poderiam ser explorados: animais domésticos, animais do lago, árvores frutíferas ou utilizada para construções e até mesmo como remédio, plantas medicinais e cultivadas na roça, inclusive mesmo uma profusão de objetos na vida cotidiana da comunidade quilombola como televisão, geladeira, fogão elétrico e tanquinho de lavar roupa, a partir da instalação da energia elétrica em 2018.

Destarte, o material, os elementos das relações que permeiam a ilha não são apenas pertencentes a seara do social, pois envolve humanos e não humanos, isto posto, coletivo é um termo que melhor define esse conjunto, em que ambos, partindo da teoria ator-rede, devam ser norteados por relações simétricas, não no sentido de criar uma simetria absurda entre humanos e não humanos, mas no sentido de que não somente a ação humana se imponha (Latour, 2012). Assim, tem razão Tsing (2018) quando fala sobre o início do cultivo de cereais pela humanidade, ao afirmar que não somente os seres humanos domesticaram os cereais, mas também que aqueles foram domesticados por estes, ou seja, domesticados ao domesticar, e assim, ao ver o contexto da comunidade quilombola, ela afeta é afetada por outros objetos, elementos, coisas ou seres não humanos, ou mais que humanos.

Essa forma de se relacionar é o que caracteriza as relações constitutivas da territorialidade da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, mas de uma forma um pouco

diferente das concepções de Bruno Latour (2012) em que os elementos humanos e não humanos são tomados por “objetos” conectados em rede, vejo essas relações mais próximas das concepções de Tim Ingold (2015), em que a relação entre ambos é mais orgânica e simbiótica, cada um tomado como “coisa”, cujas linhas não se conectam, mas se atravessam no movimento que promove o encontro tecendo malhas e não redes, dissolvendo a dicotomia entre natureza e cultura, uma ideia próxima de Deleuze e Guattari (2015), em que as relações não são caracterizadas pela heteronomia de uma ontologia sobre outra, como se fossem linhas relacionas orientadas por uma raiz pivotante ou matriz. Na realidade tais linhas são rizomáticas sem um centro norteador, linhas de devir.

As linhas são formadas a partir do movimento de coisas humanas e não humanas, movimento que Tim Ingold (2015) compara a um peregrinar, caminhar pelos lugares, assim o andar e o viver é que promovem o conhecimento, de forma que o conhecimento é mais vivido do que transmitido quando se pensa na comunidade quilombola da Ilha de São Vicente, ou seja, não é uma forma de conhecimento vertical e categorizado dentro de um padrão educacional formal ou familiar ocidental, onde os conteúdos repassados estão fora do contexto em que são apresentados.

Dessarte, como exemplo desse conhecimento vertical e categorizado tomando por tema o “rio”, podemos saber sobre a extensão do Araguaia, que cidades ele banha, a localização de sua nascente, espécies endêmicas, seus afluentes, tudo isso, sem a necessidade de ter provado, nadado, pescado ou mergulhado em suas águas, ou ao menos, pisado próximo as suas margens para captá-lo num olhar fotográfico, na realidade podemos saber muito sobre o Araguaia estando em qualquer parte do mundo, menos no próprio rio.

Não se trata aqui, por exemplo, de discutir qual a melhor forma de saber sobre o rio, se através do conhecimento do hidrólogo ou do nadador (Geertz 2001). Ambos à sua maneira são importantes, mas o do nadador é o saber local, é por assim dizer mais visceral, é o que tradicionalmente está próximo da realidade da Ilha de São Vicente, um conhecimento que se desenvolve peregrinando no próprio ambiente, cujo conteúdo não pode ocorrer fora do contexto como ocorre com o saber vertical, é um saber construído nas relações cotidianas entre os familiares e destes com os humanos e não humanos da ilha.

Para navegar o Rio Araguaia em algumas áreas próximas à ilha tem que conhecê-lo muito bem, pois na época em que ele está mais seco, as pedras e os bancos de areia se tornam um perigo para as embarcações, algumas delas não estão visíveis para os condutores, mas muitos membros da comunidade quilombola, apesar de não as ver, sabem onde estão e quais partes do rio devem ser evitadas. Mesmo durante a noite, com pouca visibilidade, muitos sabem

identificar os trechos perigosos, que para quem não conhece o rio é difícil distinguir mesmo durante o dia.

Esse conhecimento vem da relação dos mais velhos com as gerações mais novas, que é mais uma vivência partilhada das situações cotidianas do que um repasse de conhecimento de modo verticalizado e formal, assim o rio torna-se conhecido como parte da sua vida, por exemplo, quando mais os velhos levavam diariamente as crianças da ilha para cidade remando para que pudessem estudar, antes da chegada da lancha escolar, ou tratar de algum problema de saúde, quando saem para pescar ou tomar banho nele.

Outras formas de partilhar esse conhecimento também ocorrem através do mutirão, que reúne diversos membros da comunidade quilombola em ações solidárias como por exemplo, as roças de coivara⁴²:

O fogo a gente tem que utilizar. A gente traça a roça e tem que queimar. A gente faz um arrastão de dois, três metros do mato seco, o aceiro⁴³ e aí a gente põe fogo nos quatro cantos da roça que é pro fogo acabar no meio. Aí, sempre tem a “junta” de homens, nunca se faz só, é conhecido mais como “mutirão” porque na época (no passado) só falava “junta”, que é o “mutirão” hoje. Aí, num dia a gente queima duas ou três roças. Queimou, queimou, aí o dono fica de olho pra não ter alguma brasa pra sair queimando, alastrando. [...] De Alguns anos para cá é que arrumaram trator para passar aqui. (Trecho da conversa com Jovenilson Barnabé Noronha, 31 anos, ocorrida no dia 17 de julho de 2022).

O mutirão também acontece quando um membro da comunidade quilombola precisa levantar uma casa de taipa ou manutenção e limpeza de lugares como o barracão, onde se realizam as reuniões. Tudo isso envolve o conhecimento tradicional para utilização do barro e dos tipos de madeiras, mas não se resume apenas as “coisas” da ilha, mas corpos que estão distantes e mesmo assim atravessam a sua vida, como a lua, pois cortar uma madeira fora da fase lunar apropriada pode colocar toda uma construção a perder.

Assim, as linhas que se formam a partir da trajetória de humanos e não humanos que se encontram no fluxo da vida formando “coisas” e promovendo encontro entre “coisas” são também relações e movimentos que promovem o conhecimento e caracterizam as formas de

⁴² Essa técnica é tradicionalmente empregada por quilombolas e indígenas. Consiste na utilização controlada do fogo na queima da vegetação da área aonde será feita a roça. As cinzas resultantes dessa queima são usadas como fertilizantes do solo, então a área é utilizada enquanto se mantém fértil e ao perder sua fertilidade procura-se outra área até que a área infértil se recupere. As áreas utilizadas pela comunidade quilombola são pequenas, pois cada um dos 35 lotes, tem em média o tamanho de 50 metros x 100 metros, sendo que alguns são ocupados por casas que normalmente tem árvores frutíferas ao seu redor e cercado para criação de animais, de forma que as roças são pequenas e voltadas para a subsistência.

⁴³ O aceiro é um corte, limpeza em volta da área a ser queimada para evitar que o fogo se propague.

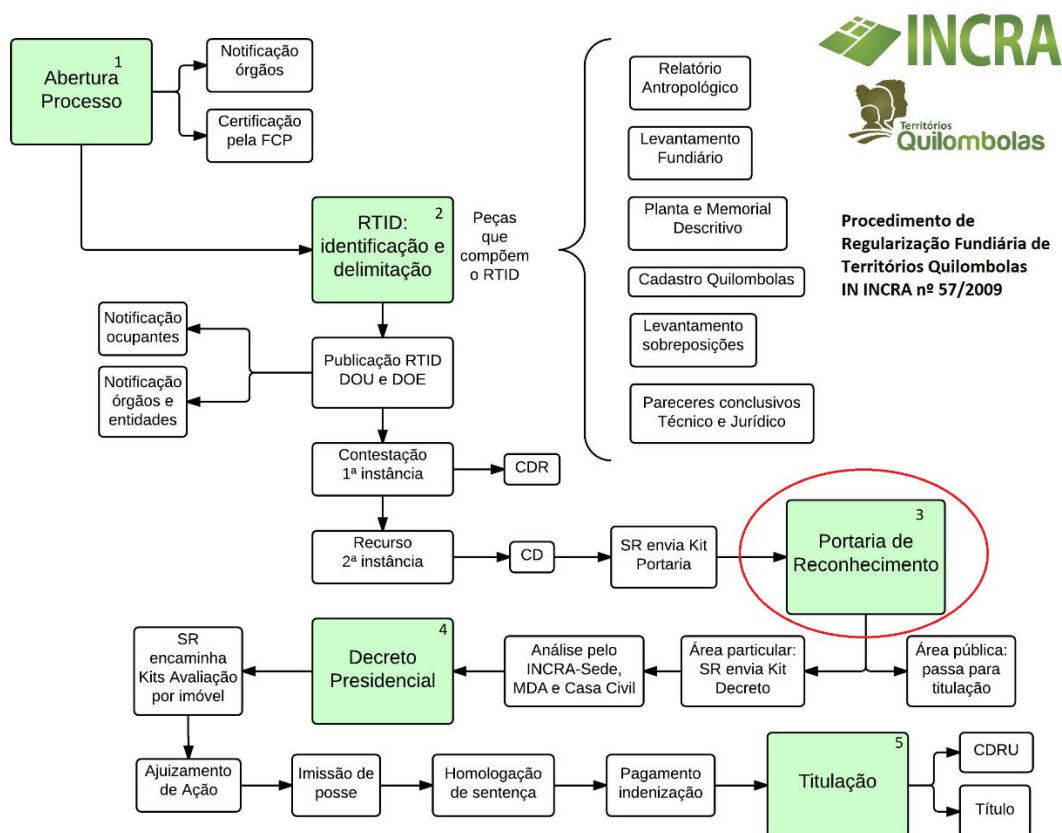
organização da comunidade quilombola da ilha de São Vicente (territorialidade) e a ocupação atualmente de parte da ilha (territorialização)

3.3. O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Após tratar de territorialidade, multiterritorialidade, e relações inerentes ao território, aqui, território será tomado por um outro escopo, abordado enquanto objeto de política pública estatal com fins a garantir que a comunidade possa de fato e de direito fruir da ilha em sua plenitude.

Após o despejo em ocorrido em 2010 e a emissão da certidão de autodeterminação emitido pela FCP, no dia 20 de abril de 2011, a comunidade quilombola Ilha de São Vicente solicitou a formalização do processo requerendo a regularização fundiária do seu território junto ao INCRA, processo administrativo nº 54400.001430/2011-26 (BRASIL, 2011). Abaixo segue o fluxograma que demonstra como tramita os processos de regularização fundiária de territórios quilombolas:

Fluxograma 1 – Tramitação do Processo de Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas*



Fonte: (BRASIL, 2020)

*Altere o fluxograma original inserindo o círculo vermelho para mostrar em que fase está o processo da comunidade e também inseri números nos quadrados verdes para enfatizar as cinco etapas.

O trâmite processual é bastante complexo, mas dá para resumir o fluxograma em cinco fases: 1 Abertura do processo – qualquer comunidade quilombola pode solicitar ao Incra abertura de processo, mas para iniciar a regularização o solicitante deve apresentar a certidão emitida pela FCP; 2 Elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) – é a primeira etapa da regularização fundiária. Esta etapa consiste em levantar informações cartográficas, antropológicas, agronômicas, fundiárias, ecológicas, históricas, socioeconômicas, etnográficas, obtidas em campo e em instituições. O objetivo do relatório é identificar os limites das terras quilombolas. Uma vez estando pronto o RTID, então ele é publicado podendo ser contestado. Não havendo contestação ou sendo elas julgadas como insustentável é publicado a Portaria de Reconhecimento; 3 Portaria de Reconhecimento – aqui encerra-se a fase de identificação do território. A publicação da portaria pelo Presidente do Incra implica no reconhecimento dos limites do território quilombola. A portaria de reconhecimento é publicada no Diário Oficial da União e dos estados; 4 Decreto Presidencial de Desapropriação por Interesse Social – quando nos territórios há imóveis privados é necessária a publicação deste decreto pelo Presidência da República. Após a publicação, os imóveis desapropriados serão vistoriados e avaliados pagando-se pela terra nua e benfeitorias; 5 Titulação – consiste na outorga de título coletivo, imprescritível e pró-indiviso em nome associação da comunidade quilombola legalmente constituída (BRASIL, 2020).

O que fora exposto acima é apenas uma forma sucinta de tornar o fluxo do processo mais acessível as pessoas em geral. No entanto, cada movimentação do processo está atrelada a uma série de normas técnicas e a diversas legislações, bem como sujeita a atos discricionários e vinculados envolvendo vários órgãos e poderes. Tudo isso, torna o fluxo mais moroso não sendo possível determinar ou prever prazos para o término desses processos.

Como exemplo disso, antes do Decreto assinado pela Presidência da República (fase 4), há o kit decreto, que envolve vários documentos, que é submetido antes a análise e a aprovação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e à Casa Civil da Presidência da República. O orçamento para custear a indenização dos imóveis incidentes no território (fase 4) é disponibilizado pelo Ministério da Economia. Ainda referente a fase 4 do fluxograma 1, cabe ao poder judiciário a decisão de desapropriar cada um dos imóveis incidentes no território, uma vez que a ação deve ser aberta para cada uma das propriedades/ posses particulares, ou seja é no âmbito do poder judiciário que ocorre o ajuizamento da Ação Desapropriatória, depósito judicial dos valores da indenização e decisão do juiz.

Assim, há inúmeras normativas, legislações, órgãos e atores que compõe e norteiam esse processo, mas o que de fato tem concorrido demasiadamente para essa letargia processual administrativa é também a falta de recursos humanos e orçamentários.

Sem buscar se estender muito sobre essas faltas, como exemplo, na Superintendência do Incra no estado do Tocantins, o corpo técnico do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas chegou a ter cinco servidores (3 antropólogos e 2 agrônomos), depois quatro servidores (2 antropólogos, um agrônomo e uma assistente social), em seguida dois (2 antropólogos) e atualmente apenas um antropólogo para acompanhar 33 processos de regularização de territórios de quarenta comunidades quilombolas.

No tocante a questão orçamentária, o orçamento exíguo também tem sido motivo para que o processo se torne menos célere:

Em relação ao orçamento destinado à execução dessa política pública, faz-se necessário destacar que, especialmente ao longo dos 3 últimos anos, houve um corte brutal nos recursos destinados para a Ação 210Z (Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas), do Programa 1040 (Governança Fundiária). Em 2010, o orçamento destinado à Ação 210Z na Lei Orçamentária Anual (LOA) era de R\$ 64 milhões (R\$ 10 milhões para gastos correntes e R\$ 54 milhões para indenizações). Em 2019, esse quantitativo foi de R\$ 3,5 milhões (quase R\$ 2,5 milhões para gastos correntes e R\$ 958 mil para indenizações). Em 2020, o montante da Ação 210Z foi de R\$ 2.942.132,00 (sendo apenas R\$ 735.533,00 para indenização de imóveis), e, em 2021, o orçamento disponível para a política de regularização fundiária quilombola de todo o país foi de apenas R\$ 206.008,00, o que representa uma redução de mais de 90% em relação ao exercício financeiro anterior, sendo que em 2021 não houve montante aprovado para pagamento de indenização de imóveis rurais. Em 2022, a LOA foi apresentada com R\$ 405.000,00 na Ação 210Z, sendo R\$ 54.000,00 para indenização de imóveis. O projeto de lei orçamentária encaminhado para 2023 mantém o montante de R\$ 405 mil para a política pública. (COLETIVO DE SERVIDORES E SERVIDORAS LOTADAS/OS NOS SERVIÇOS DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS E COORDENAÇÃO-GERAL DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO INCRA, 2022).

Fica patente a existência muitos empecilhos, entraves e gargalos ao longo do processo de regularização de territórios quilombolas, mesmo assim, atualmente no âmbito do estado do Tocantins a comunidade quilombola Ilha de São Vicente, das 40 comunidades com processo aberto no Incra, é a que atualmente está mais próxima de ser titulada, pois é única cujo território é um bem da União por se tratar de uma ilha fluvial, e dessa forma, pode sair da fase 3 do fluxograma 1, Portaria de Reconhecimento, direto para emissão de CCDRU, fase 5, mas antes, o SPU e o Incra irão discutir de forma conjunta ações para notificação e desintrusão de famílias não quilombolas para que a comunidade possa habitar de fato e de direito a ilha.

3.4 A ILHA DE SÃO VICENTE, FÁTIMA BARROS E O FUTURO TERRITÓRIO

A ilha é a terra ancestral da comunidade, mas viver nela sempre foi difícil por inúmeros fatores que vão desde a sua ocupação por não quilombolas, até a falta de infraestrutura para que alguns de seus membros permanecessem nela. Hoje, a vida na ilha está menos difícil do que no passado, mesmo assim algumas dificuldades só foram sanadas a pouco tempo. Isso fica evidente, por exemplo, quanto a energia elétrica que chegou somente no século XXI, em 2018. Seu Salvador Barros, que tanto ansiava por ela, morreu sem usufruir dela na ilha.

Com a energia as famílias da comunidade passaram a ter fogão elétrico, geladeira, televisão e tanquinho de lavar roupa. O tanquinho para o seu Pedro Barros foi uma das mais importantes aquisições, ele mora sozinho na ilha e agora dizia estar contente por não ter mais trabalho lavando à mão e ter roupas limpas constantemente. Dona da Maria da Luz diz não confiar no tanquinho, embora sua filha costume usar frequentemente, ela ainda prefere lava a roupa diretamente na beira do Araguaia. Jovenilson Barnabé, por sua vez, veio a usufruir da energia em 2022, para ele a energia é importante, mas viver sem ela na ilha nunca foi um problema.

A energia também é importante, pois agora alguns moradores adquiriram bombas de água que são colocadas no rio levando água diretamente para as caixas d'água das casas, não sendo mais necessário buscar a água em baldes ou galões, atividade penosa e de risco, sobretudo para os mais velhos, pois no período de seca do Araguaia, descia-se e subia-se o barranco íngreme se equilibrando para não cair. As bombas de água também se tornaram importantes na irrigação e cultivo das roças.

A ilha tão abundante de água utilizada para lavar roupa, tomar banho, irrigação, lavar louça, não dispõe de água potável, as tentativas de fazer um poço artesiano não foram bem-sucedidas, de forma que hoje os moradores da comunidade quilombola tem que ir diariamente na cidade para buscar água.

O saneamento ainda é precário [...] o poço não prestou. Era pra ser feito. O quê que acontece, a gente conseguiu um poço de um político, o rapaz cavou. O poço não foi esgotado na quantidade que deveria por conta de energia, mas o poço tá feito lá e a gente ia fazer outro poço lá tio Pedro pra ficar dois poços, um perto da tia Das Luz e outro perto do tio Pedro. A gente não tem água, esse é um problema grave e as pessoas precisam levar água da cidade pra beber. Todo mundo que vai leva a sua água, na garrafa, no litro. O William todo o dia naquela labuta precisa levar água, botar água na voadeira, levar, subir aquela ladeira. Nosso consumo de água é muito grande. Imagina uma casa com seis, sete pessoas e todo dia você ter que levar essa água. Então é um problema grave, não só da água, de banheiro, você não tem um banheiro adequado. (Trecho da conversa com Jorlando Ferreira Rocha, ocorrida no dia 17 de julho de 2022).

Fotografia 23 – Água potável



Fonte: Herbert Costa Levy, julho/2022.

Muitos membros da comunidade que moram ou vão passar algum período na Ilha trazem água de suas casas na cidade ou utilizam o poço artesiano feito pela prefeitura na cidade, como o conhecido poço do Aquiles, próximo ao calçadão da beira do rio.

Além dos problemas como a falta de água potável, saneamento, parte da comunidade quilombola também defende que seria importante que na ilha tivesse uma escola e um posto de saúde, pois se houvesse, alguns membros acreditam que parte da comunidade poderia se sentir motivada a se mudar para São Vicente, onde encontrariam uma estrutura de saúde e educação próxima a que existe na zona urbana da cidade.

Mesmo assim, as famílias quilombolas que vivem na ilha e possuem casa na cidade preferem viver nela pela tranquilidade, liberdade para criação de animais, trabalhar com a terra, pescar, lazer. Como disse seu Pedro Barros, muitos até têm vontade de viver na e da ilha, mas atualmente é muito difícil, pois devido ao reduzido território atual, só é possível criar animais e plantar apenas para subsistência, de forma que hoje quem vive na ilha é aposentado ou tem algum trabalho na cidade.

Algumas ações das lideranças e da própria associação têm contribuído na melhoria da qualidade de vida na comunidade, alguns projetos vêm se desenvolvendo na ilha envolvendo agroecologia promovidos pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins), pela ONG Alternativas Para Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO), pelo Programa Ecoforte da Fundação Banco do Brasil, que de uma forma geral têm proporcionado orientações para o cultivo de árvores frutíferas, horta, criações de animais, aquisição de galinhas, mangueira para irrigação, cercado, caixa d'água. Outro órgão importante também é o Ministério Público do Trabalho (MPT) que também contribui com o material necessário para construção de uma casa de farinha, tratorito e roçadeira.

Assim, mesmo diante das dificuldades, as lideranças, a associação e a organização da comunidade quilombola tem sido atuante, atuação essa que enxerga na educação a força motriz mais importante na solução dos problemas enfrentados. O foco na educação foi fomentado pela figura e ideias de Maria de Fátima Batista Barros, a Fátima Barros.

Maria de Fátima Batista Barros

“Quando eu invisto tempo em jovens de faculdades, eu sei que serei retribuída, porque quando eu os vir fazendo algo importante, eu falarei: bem, eu fui parte disso”. Fátima Barros

Fátima Barros nasceu em Araguatins vinda de uma família de dez irmãos, sempre nos encontros e reuniões fazia questão de reforçar a força da mulher quilombola através da sua ancestralidade nos momentos em que se apresentava: “Sou Fátima Barros, a tataraneta de Serafina Barros, bisneta de Maria Batista, neta de Maria Francisca e a filha de dona Vicência Barros, mulher de pele preta, a quinta geração da família Barros”. Abaixo, seguem outras informações sobre ela.

Maria de Fátima B. Barros é militante da ANQ (Articulação Nacional de Quilombos), liderança quilombola da Ilha de São Vicente, membro da Comissão de Povos do Cerrado do Conselho Regional do Tocantins (CRP-23), membro do grupo Carolinas Leitoras de Marabá, membro do Coletivo Dandaras do Mato, coordenadora da Biblioteca Quilombola Julião Henrique Barros, coordenadora do Coletivo de Jovens Lideranças da Ilha de São Vicente, pedagoga e mestrandia no PPGCult, UFT, campus Araguaína. É técnica formada pela DECAMP-SEMED, em Marabá (PA). Também atuou como projetista e coordenadora na AMAS (Associação de Mães Solteiras e Mães Carentes no Extremo Norte do Tocantins), no Projeto Capacita Ação. (REIS et al., 2021, p. 221-222).

A sua atuação como liderança e referência desponta em 2011 e uma de suas ações era incentivar os mais jovens da comunidade a entrarem em uma universidade pela cota destinada aos remanescentes de escravizados e a garantir a bolsa de R\$ 900,00 reais. Ela pessoalmente ia a Brasília na FCP tratar da Bolsa Permanência dos jovens da comunidade. Hoje a comunidade tem mais de 20 membros que estão cursando ou já concluíram o 3º grau, boa parte incentivada e ajudada por Fátima Barros. Atualmente há membros da comunidade formado ou cursando informática, biologia, enfermagem, direito, contabilidade, letras, pedagogia, matemática, agronomia, jornalismo.

Esse grupo que conseguiu entrar na universidade foi tudo com o apoio da tia Fátima, porque ela foi a primeira pessoa da nossa comunidade que conseguiu um curso formativo de nível superior, então era uma das coisas que ela pregava, quando ela via vestibular ou coisa assim, ela sempre falava: Vamos entrar. Tanto que comigo foi assim, com minhas primas foi assim. (Trecho da conversa com Helisana Barros ocorrida no dia 16 de março de 2022).

Além de sua importância na formação acadêmica de muitos membros da comunidade, Fátima também foi importante na formação política e identitária da juventude:

Praticamente todos os jovens sabem falar da nossa luta e Fátima teve um papel importante nessa formação política da juventude. Ela sempre trouxe muito isso, a forma dela se identificar, dela se vestir, dela falar fez essa formação política com a juventude. Não pode ninguém dizer “eu não sei o que é ser quilombola”. Eu acho que os jovens conseguem se identificar com o território com a comunidade. Fátima contribuiu muito. (Trecho da conversa com Jorlando Ferreira Rocha, ocorrida no dia 17 de julho de 2022).

Fátima Barros antes de falecer estava desenvolvendo o seu projeto de criar na Ilha de São Vicente uma biblioteca e ao longo do caminho que une os 35 lotes da comunidade, ela queria colocar pontos com livros para que as pessoas pudessem retirá-los e depois devolver. A biblioteca já tinha um acervo considerável, mas em virtude da falta de um lugar adequado na ilha para acondicionar de forma segura, atualmente os livros estão guardados em um espaço do Instituto Federal do Tocantins (IFTO) – Campus Araguatins. Segundo Silvanei Barros, atual presidente da associação, há a intenção de concretizar o projeto de Fátima Barros.

Fátima Barros também lutou para que fosse construído na ilha uma escola e um posto de saúde, o prefeito de Araguatins até chegou a visualizar um espaço para construção, mas não foi concretizado. Ela era uma ativista na área educacional, social e territorial quilombola, sempre entrava em contato comigo no Incra para saber e cobrar informações sobre a tramitação do processo de regularização do território da comunidade. Inclusive sua atuação junto ao MPF

também concorreu para que a Justiça Federal julgasse como parcialmente procedente o pedido para condenar o Incra e a União a adotarem medida para conclusão e titulação da comunidade quilombola Ilha de São Vicente até agosto de 2024, sob pena multa.

Como legado e contribuição de Fátima Barros, hoje a comunidade quilombola tem duas bandeiras de luta muito fortes: a educação e a luta pela ilha como território. Ambas as bandeiras estão imbricadas, pois parte da comunidade acredita que a educação, a formação política e acadêmica é a forma mais salutar para conquistar o território, a ocupação da ilha na sua inteireza. Essa relação faz com que a comunidade tenha confiança de que não somente conseguirá obter seu território, como também de que ela o manterá no futuro:

Acontece em áreas indígenas das pessoas quererem entrar, mas hoje você tem o aparato judicial. A gente não é cangaceiro pra ir pra briga, a gente vai pra Justiça. Hoje a gente tem uma grande vantagem, tem pessoas se formando em direito. Hoje a gente depende ainda da assessoria jurídica da COEQTO, da APA-TO, que nos dá esse suporte, mas talvez, quando essa regularização sair, a gente já tenha mais pessoas formadas dentro da comunidade. São aproximadamente 20 pessoas entre formadas e se formando e são em várias áreas. Aí, jornalismo, então a gente tem pessoas na comunicação, Letícia, que é formada em jornalismo, publica no G1, trabalha no G1, faz trabalho pros movimentos sociais também, pra COEQTO, pra CONAQ, então assim, a gente já tem outros meios de se proteger que não é por meio da arma, da briga, então a gente tem pessoas que tem outras formações, temos pessoas formadas em pedagogia, letras, da área da biologia, na área da agronomia, na área do direito, ciência da computação, assim, a gente já tem outros meios de se resguardar e resguardar o nosso território. [...] O fazendeiro conflitante não ganhou esse processo (um processo que ele moveu contra os invasores, “ribeirinhos” ou “pescadores”, que segundo ele tinham invadido sua propriedade) porque o juiz entendeu que o território é quilombola e se o juiz entendeu que é quilombola significa que podemos mover um processo e tirar todos os ocupantes que agora estão invadindo essa nova área. Então depende de nós segurar a ilha. Por que que a gente tá quieto? Porque a gente não tá procurando inimigo. (Trecho da conversa com Jorlando Ferreira Rocha, ocorrida no dia 17 de julho de 2022).

Essa colocação é o espírito que paira na comunidade, ela entende que o momento não é de embate, de lutar vis-à-vis com possíveis outros vizinhos conflitantes, seria uma guerrilha de não-batalha:

Mas como é possível que aquilo que inicialmente não passava de uma fuga (mesmo sendo coletiva) – um recuo face à adversidade – se transforme numa forma de luta? A fuga dos escravos não surge como covardia, como um fenômeno passivo, a menos que se adote uma concepção redutora da resistência, que confunda resistência e enfrentamento, e esteja restrita a uma visão viril e heroica do combate. Do mesmo modo que a batalha não passa de uma das modalidades particulares da guerra, o frente-à-frente apenas constitui uma das modalidades específicas da resistência. A guerrilha – a tática privilegiada dos nômades, dos marrons, de todos os grupos e minorias banidos – apresenta-se então como uma não-batalha, em que a astúcia, as artimanhas enganosas, os disfarces, a camuflagem, as fugas e os ataques surpresa zombam da moral dos poderosos (BONA, 2020, pp. 40-41).

Para que o embate, o desgaste, se a Ilha de São Vicente é um bem da União, se um juiz da comarca de Araguatins entende que a ilha pertence a comunidade, se no âmbito do Incra, apesar da morosidade, é o processo mais célere dentre todos e se a Justiça Federal determinou que até 2024 a ilha seja titulada em nome da comunidade?

Fotografia 24 – Parte da Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente reunida



Fonte: ACREQUISVI, junho/2022

Quanto à forma futura de ocupação da ilha, uma vez ela titulada em nome da comunidade, muitos membros por já estarem habituados a viverem com suas famílias em outras localidades, possivelmente possam não vir a habitar a ilha, mas na comunidade existem também muitos que vivem fora da ilha e que anseiam habitá-la. Há também aqueles que desejam habitar na ilha e na cidade. Assim, há várias possibilidades de usufruto da ilha pela comunidade.

A titulação em nome da comunidade permitirá ainda que alguns membros que estão vivendo de forma precária na cidade por não encontrarem um trabalho fixo, possam produzir na ilha e vender seu produto na cidade. Seja como for, na ilha haverá espaço para todos que quiserem morar, e espaço para o desenvolvimento de várias formas de trabalhar e produzir. A agroecologia deverá ser uma das formas a ser abraçada pela comunidade, pois hoje, na pequena área em que se espreme, vi babaçu junto com árvores frutíferas e horta trabalhados conjuntamente através do conhecimento tradicional da comunidade, paralelamente alguns estão

ansiosos para trabalhar também com a criação de gado como os seus antepassados, pois alguns têm experiência na lida com o gado e são empregados em fazendas da região, outros inclusive tem experiência com apicultura e pretendem desenvolver essa prática na ilha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma série de fatores me levaram a escolher e a fazer minha pesquisa na e com a comunidade quilombola Ilha de São Vicente, mas aqui quero destacar alguns que considero os principais: foi a primeira comunidade tradicional que visitei como antropólogo; a afinidade com as lideranças, em especial a saudosa Fátima Barros e a acolhida da comunidade sempre receptiva desde 2013 quando estive nela pela primeira vez. Tudo isso me levou a ilha mais uma vez em 2022.

Dessa vez queria envolver a ilha e a comunidade com um outro olhar, mais leve, mais acadêmico e menos legalista preso à normativas que limitam o processo criativo do fazer antropológico. A experiência no campo dessa maneira, permitiu que eu conversasse com as pessoas ao invés de entrevistá-las e a não me preocupar em atender as normas que regem o fazer antropológico enquanto profissional do Estado, isso fez com que eu abordasse a ilha não somente como o território mais importante reivindicado pela comunidade, mas ao mesmo tempo me inspirou a pensar em outros possíveis territórios, multiterritórios, que também envolvem São Vicente, tendo como referências Paul Little, Rogério Haesbaert, Tim Ingold, Deleuze e Guattari e outros estudiosos, cujas ideias, conceitos e reflexões também me levaram a tratar das questões territoriais de forma mais aberta, fluida e a pensar território como movimento e relação entre humanos e não humanos, numa perspectiva apartada de uma concepção de território mais tradicional, hermética e hierarquizada sob a ótica do Estado.

A comunidade quilombola não está apenas na ilha, ela está na cidade de Araguatins, Brasília, Espanha, Palmas, Marabá, Imperatriz...ela está em outros territórios e em outras ilhas, mas eu não consegui alcançar a comunidade em toda sua riqueza multiterritorial e dispersividade espacial, findei permanecendo mais preso na Ilha de São Vicente. Assim, minha visão sobre a comunidade certamente acabou por ser mais parcial e mais limitada do que eu gostaria.

Mas ao focar mais a ilha, pude presenciar algumas mudanças nos dois curtos períodos diferentes em que lá estive, matizes e tons mais escuros e sombrios iam levemente tornando-se mais claros e quentes, a covid-19, a chuva, o isolamento ainda presentes em março foi se transformando em julho, em sol, praia, encontros e reuniões familiares. Isso são ciclos, mudanças, assim como os períodos de cheia e seca do Araguaia, a morte e o nascimento presente na comunidade.

Tais ciclos e mudanças me levaram também a ver a história da comunidade como um ciclo territorial, embora não se conheça toda essa história, penso que seus ancestrais talvez

vivessem livres em algum lugar do continente africano, depois se tornaram seres humanos escravizados em Carolina-MA e em Araguatins-TO, depois, ainda que precariamente, se tornaram livres novamente em 1888 vivendo na Ilha de São Vicente, mas, outra vez, tiveram sua liberdade tolhida ao não poder se locomover na sua ilha em virtude da chegada de ocupantes não quilombolas, muitos vivendo hoje fora da ilha ou espremidos nos 32 hectares, numa ambiência mista de relativa calma e o medo de um novo despejo. Tudo isso é um ciclo pernicioso.

Portanto, para mim trata-se de um ciclo histórico territorial que envolve o passado, o presente e o futuro, em que apresentei a origem da comunidade, seus conflitos, suas relações ecológicas, suas perdas, seus dramas, sua resiliência, e a esperança que a comunidade tem da ilha tornar-se de fato seu território e encerrar de vez esse ciclo nocivo. Nesse sentido, a atuação do Estado e da Justiça serão de suma importância para que a comunidade obtenha a titulação da ilha antes de findar a segunda década do século XXI.

Contudo, quase sempre tais entes não atuam com a celeridade necessária, por isso, tanto ou mais importante do que o Estado e a Justiça, é a atuação da própria comunidade, sua associação e suas lideranças em prol de melhores condições de vida dentro e fora da ilha para seu membros através da guerrilha da não-batalha, que não se limita apenas a luta pelo ilha como seu território total como demonstrei, mas também por saúde e educação como fazia Fátima Barros, cuja inspiração ressoa na comunidade, talvez por isso, como li algures em um texto em que a homenageavam postumamente, não havia referência ao verbo morrer, mas ao verbo ancestralizar. Ela ancestralizou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, C. S.; AKAMA, A.; LUCINDA, P. H. F. Inserção da UHE Peixe Angical na bacia Araguaia - Tocantins e metodologia de amostragem. In: AGOSTINHO, C. S.; PELICICE, F. M.; MARQUES, E. E. **Reservatório de Peixe Angical bases: ecológicas para manejo da ictiofauna**. São Carlos: RiMa. p.5-13. 2009.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARAGUATINS, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Saúde. **Boletim Informativo Covid-19 N° 896**. 2022. Disponível em: https://www.araguatins.to.gov.br/portal/noticia_abrir/8db68ffb-3047-11ed-8ad0-ced4282c34f. Acesso em: 23 de fev. de 2023.

BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar Teodoro da. **Antropologia e Imagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BONA, Dénètem Touam. **Cosmopoética do Refúgio**. Florianópolis, SC: Cultura e Barbárie, 2020.

BRASIL, INCRA. **Processo 54400.001430/2011-26**. Vol.1., 2011.

_____, INCRA. **Instrução Normativa nº 57 de 20 de outubro de 2009**. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/in_57_2009.pdf. Acesso em: 8 de ago. de 2022.

_____, INCRA. Nota Técnica nº 1077/2020/DFQ-1/DFQ/DF/SEDE/INCRA. Assunto - **Subsídios à Equipe Nacional de Ações Cíveis Públicas da PFE referentes à Ação Civil Pública apresentada pelo Ministério Público Federal contra o Incra e a União objetivando a titulação do quilombo Ilha de São Vicente, município de Araguatins/TO**. 2020.

_____, INCRA. **Passo a Passo da Titulação de Território Quilombola**, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/passo_passo_quilombola_incra.png. Acesso em: 11 de nov. de 2022.

_____, Ministério de Minas e Energia. **Empresa de Pesquisa Energética Plano Decenal de Expansão de Energia 2024**. Brasília: MME/EPE, 2015.

CLIFFORD, James. **A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

_____, James; MARCUS, George E. (org.). **A Escrita da Cultura: poética e política da etnografia**. Traduzido por Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: EdUERJ; Papéis Selvagens Edições, 2016.

COELHO, Leonídia Batista. **Comunidade da Ilha de São Vicente em Araguatins-TO**, 2010.

COLETIVO DE SERVIDORES E SERVIDORAS LOTADAS/OS NOS SERVIÇOS DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS E COORDENAÇÃO-GERAL DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO INCRA. **Carta Pública Contra o Desmonte da Política Quilombola no Incra**, 2022.

CORRÊA, Diogo Silva; BALTAR, Paula. O antinarciso no século XXI – A questão ontológica na filosofia e antropologia. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 123, dezembro/2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/11227>.

CRUZ, Gercina Rodrigues da. **Impactos socioambientais e econômicos da usina hidrelétrica de Marabá (2014-2016) na comunidade da Ilha de São Vicente-TO**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira. Boa Vista: UFRR, 2017.

DEALDINA, Selma dos Santos (Org.). **Mulheres Quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol.1. São Paulo: Editora 34, 1995.

DOMINGUES-LOPES, Rita de Cássia. **Relatório Antropológico de reconhecimento e delimitação do território da Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente, Araguatins - Tocantins**. Palmas: INCRA-TO, 2014. 121 f.

_____, Rita de Cássia. **Identidade e Territorialidade na comunidade remanescente de quilombo Ilha de São Vicente na região do Bico do Papagaio – Tocantins**. 2019. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras Ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: FANY, Ricardo (Org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: O desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**. Salvador - BA e Bauru - SP: EDUFBA, EDUSC, 2012.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UnB, 2002.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MELLO, Marcelo Moura de. **Reminiscência dos Quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MINAS GERAIS, Governo do Estado de. Secretaria de Estado de Saúde. Notas Recomendação COVID-19, **Coronavírus**, 2023. Disponível em: <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/blog/27-como-surgiu-o-coronavirus>. Acesso em: 23 de fev. de 2023.

MOCELLIM, Alan Delazeri. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, pp. 105-125, 2011.

MORENO, Silvana de Oliveira; PIMENTEL, Renata da Silva. Uma análise da formação econômica do território maranhense através da pecuária: um olhar acerca da origem e desenvolvimento da pecuária no estado. *In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 21, 2012, Uberlândia. **Anais “Territórios em Disputa: o desafio da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”**. Minas Gerais: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1036_1.pdf. Acesso em: 06 de jun. de 2023.

NARLOCH, Leandro. **Achados e perdidos da história: escravos**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Coronavirus (COVID-19) Dashboard**, 2023. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 15 de abr. de 2023.

OSTROWER, Fayga. **Acasos e criação artística**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PNCSA. PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **Quilombolas da Ilha de São Vicente, Araguaínas-Tocantins**, nº 11, Manaus: UEA Edições, 2014.

REIS, N. V. dos; BATISTA Barros, M. de F.; MACEDO Miranda de Medeiros, O.; GONÇALVES Costa, K.; PENHA Dias, A. C.; FEITOSA, V. . “Nós de Dentro do Território Viemos Para Tensionar”: Mulheres, Territórios e Luta –Um Caminhar Com Fátima Barros. **Revista Escritas**, Araguaína, 13(01), 199–212, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/vol13n01pp199-212>. Acesso em: 14 de fev. de 2023.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. 2 ed. Brasília: AYÔ, 2015.

SANTOS, Luciano Laurindo. **Territorialidades transfronteiriças de poder do Bico do Papagaio: Pará, Tocantins e Maranhão, na temporalidade de 1970 a 2016**. 2019. Tese

(Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.

SÃO PAULO, Governo do Estado de. Instituto Butantan. Portal do Butantan. **Como surgiu o novo coronavírus? Conheça as teorias mais aceitas sobre a sua origem.** [2021?]. Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/como-surgiu-o-novo-coronavirus-conheca-as-teorias-mais-aceitas-sobre-sua-origem>. Acesso em: 23 de fev. de 2023.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In. SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular – UNESP, 2008.

SILVA, Régia Agostinho da. Escravidão e resistência no Maranhão: anúncios e fugas escravas no século XIX. **Rev. Hist. UEG**, Anápolis, v. 3, n. 2, p. 30-51, jul./dez. 2014.

STRATHERN, Marilyn. **O Efeito Etnográfico e Outros Ensaios.** Traduzido por Iracema Dulley, Jámille Pinheiro e Luísa Valentine. São Paulo: Ubu, 2017.

TOCANTINS, Governo do Estado do. Secretaria da Saúde. 2023. Disponível em: <http://integra.saude.to.gov.br/covid19>. Acesso em: 15 de abr. De 2023.

TSING, Anna. **More-Than-Human Sociality: a call for critical description.** Hastrup, Kirsten (ed.). *Anthropology and nature.* New York: Routledge. 2013, 27-42.

_____, Anna. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. **Revista Piseagrama**, n.12, agosto de 2018.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de Sociologia.** São Paulo: Editora Moraes, 1987.